

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
NÍVEL MESTRADO**

**GABRIEL BORGES DOS SANTOS**

**INTERNET, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS DE  
INCLUSÃO/EXCLUSÃO DIGITAL**

**SÃO LEOPOLDO  
2017**

Gabriel Borges dos Santos

INTERNET, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS DE  
INCLUSÃO/EXCLUSÃO DIGITAL

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. José Rogério Lopes  
Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo Leistner

São Leopoldo  
2016

S586i Santos, Gabriel Borges dos  
Internet, políticas públicas e suas múltiplas perspectivas de inclusão/exclusão digital / Gabriel Borges dos Santos. – 2016.  
108 f. : il. ; color. ; 30cm.  
Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências), São Leopoldo, RS, 2016.  
Orientador: Prof. Dr. José Rogério Lopes; Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo Leistner.

1. Internet. 2. Internet - Sociabilidade. 3. Desigualdade digital. 4. Políticas públicas - Inclusão digital. 5. Políticas públicas - Exclusão digital. 6. Tecnologias da Informação e da Comunicação - TICs - Aspectos sociais. I. Título. II. Lopes, José Rogério. III. Leistner, Rodrigo.

CDU 004.738.5

Gabriel Borges dos Santos

INTERNET, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS DE  
INCLUSÃO/EXCLUSÃO DIGITAL

Dissertação apresentada como requisito  
parcial para a obtenção do título de Mestre  
em Ciências Sociais, pelo Programa de  
Pós-Graduação em Ciências Sociais da  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -  
UNISINOS

Aprovado em \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

---

## AGRADECIMENTOS

O mestrado é uma fase na vida acadêmica que encerra uma parte do nosso ciclo do conhecimento. Além disso, tem o condão de provar que as centenas de horas de dedicação não foram em vão e fazem ampliar o horizonte, ainda que essas horas tenham sido muitas vezes limitadas, no meu caso, pela hermenêutica jurídica.

As ciências sociais me apresentaram um novo mundo que é possível mudar e compreender através de múltiplas perspectivas.

Levo na memória as aulas humanizadas do prof. Rogério, a possibilidade de aceitar o diferente com a profa. Miriam, e depois desconstruir tudo isso com o Prof. Gadea.

Agradeço aos meus pais que me ajudaram em mais uma etapa e aguentaram aqueles dias de mal humor depois de inúmeras horas de dedicação a esse mestrado.

Aos meus avós (in memorium) que, mesmo ausentes, permanecem vivos.

Mariana e Sirlanda, duas grandes amigas que fizeram e fazem parte desse projeto.

Aos meus amigos e amigas que sempre acreditaram na possibilidade de concretização desse trabalho.

E, por fim, a Unisinos, por patrocinar parte dessa jornada através da bolsa formação.

*“Sabemos mais do que somos capazes de expressar”*

(POLANYI, 1966)

## RESUMO

Este trabalho buscar identificar as novas perspectivas relacionadas à internet através da interação dos usuários com os dispositivos, assim como investigar a interação criada pelas TICs e o surgimento da nova sociedade da informação. Tenta-se identificar a construção dos primeiros passos da tecnologia até os dias atuais, passando da domesticação dos animais até a criação da internet e suas inferências no cotidiano dos indivíduos, bem como trazer para discussão a desigualdade digital no Brasil, e, através de uma pesquisa *in loco*, estudar as emergências relacionadas ao acesso à internet através de rede pública no município de Alvorada (RS). Para tanto, procura-se refletir sobre a “nova sociedade” baseada na internet e a percepção do indivíduo sobre o acesso, a rede e sua manutenção.

**Palavras-chave:** Internet. Desigualdade Digital. Políticas Públicas. Tecnologias da Informação e da Comunicação - TICs.

## **ABSTRACT**

This theses aims to identify new perspectives related to the internet through the interaction of users with devices, as well as to investigate the social interactions created by ICTs and the emergence of the new information society. It also aims to identify the first steps of technology to the present day, from the animals' domestication to the creation of the internet and its inferences in the individuals' daily life, as well as to discuss the digital inequality in Brazil. Through a research in loco, the work investigates the emergencies related to the access to the internet through Wireless public municipal broadband networks in the city of Alvorada (RS). In order to do so, we analyze the "new society" based on the Internet and the individual's perception about the access and maintenance of municipal broadband.

**Key-words:** Internet. Digital Inequality. Public policy. Information and Communication Technologies - ICTs.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capa da revista Time de 1983.	33
Figura 2: Capa de revista Time de 2010.	34

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Acesso da população brasileira aos equipamentos da Tecnologia da Informação – TIC no ano de 2015.	21
Gráfico 2: Distribuição de matrículas em cursos EAD no Brasil em 2013.	27
Gráfico 3: Distribuição de matrículas em cursos presenciais no Brasil em 2013.	27
Gráfico 4: Gráfico elaborado pelo IDC sobre a influência da tecnologia na vida das pessoas no ano de 2015.	69

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Acesso à internet por crianças e adolescentes no Brasil em 2015.	26
Mapa 2: A população brasileira e o percentual populacional de cada região em 2015.	28
Mapa 3: Região metropolitana de Porto Alegre.	80

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Baby Boomer.	84
Tabela 2: Geração X.	85
Tabela 3: Geração Y.	86
Tabela 4: Geração Z.	87

## **LISTA DE SIGLAS**

ARPA	Advanced Research Projects Agency
ARPANET	Advanced Research Projects Agency Network
CESMAR	Centro Social Marista
IoT	Internet of Things (Internet das Coisas)
IP	Internet Protocol

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>2 CONCEITOS INICIAIS SOBRE INTERNET E SOCIABILIDADE</b>	<b>18</b>
<b>3 OS PRIMEIROS PASSOS DA TECNOLOGIA</b>	<b>30</b>
3.1 A BASE DA INTERNET	35
3.2 A CRIAÇÃO DO MARCO CIVIL DA INTERNET	38
3.3 OS LAÇOS DIGITAIS DA SOCIEDADE PÓS-MODERNA: A PRIVACIDADE NO MARCO CIVIL DA INTERNET	40
3.4 A EMERGÊNCIA DA INTERNET	43
3.5 A GERAÇÃO APP	45
3.5.1 <i>A configuração das gerações e o enquadramento da geração APP</i>	48
3.5.2 <i>A perversidade da informação</i>	51
<b>4 A INTERNET E SUA CAPILARIDADE COM A SOCIEDADE EM REDE</b>	<b>53</b>
4.1 REDE, NEUTRALIDADE E SUA FORMAÇÃO ATRAVÉS DA INTERNET	54
4.2 EXCLUSÃO/INCLUSÃO DIGITAL E O ACESSO À REDE	57
4.3 O DIREITO NA CONSTRUÇÃO JURÍDICA DO SOFTWARE E A REDE	58
4.4 AS REDES NA NUVEM: A PRIVACIDADE COMO MEDIADOR DE ACESSO AO OUTRO	61
4.5 OS LAÇOS DA PRIVACIDADE NA VIDA ATUAL	64
<b>5 POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERNET</b>	<b>67</b>
5.1 A EMERGÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À INTERNET	71
5.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS INICIAIS	73
5.3 SOFTWARE LIVRE COMO POLÍTICA PÚBLICA: A PRIMEIRA AGENDA GLOBAL SOBRE ACESSO À TECNOLOGIA	75
<b>6 ANÁLISE DOS RESULTADOS PESQUISA</b>	<b>79</b>
6.1 DA CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALVORADA	79
6.2 MÉTODOS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA	80
6.3 DA PESQUISA EXPLORATÓRIA	81

6.4 DELIMITAÇÃO EMPÍRICA	89
6.5 DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	89
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>98</b>
<b>ANEXO A: PESQUISA EXPLORATÓRIA</b>	<b>104</b>
<b>ANEXO B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	<b>105</b>
<b>ANEXO C: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA</b>	<b>107</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação, num primeiro momento, tinha o objetivo de demonstrar a alteração da inclusão digital pelas políticas públicas através da criação do Marco Civil da Internet (Lei Federal nº. 12.965). Contudo, durante as aulas e discussões realizadas no curso do mestrado, alguns questionamentos iniciais foram alterados, assim como a possibilidade de ampliação da área estudada, partindo do sujeito e não da criação jurídica pois a inserção da inclusão digital dentro do Marco Civil da Internet é um mecanismo simbólico, uma vez que sua efetivação já era praticada há décadas por inúmeras políticas públicas.

A abordagem realizada nessa pesquisa parte da interação do indivíduo com a máquina (internet e dispositivo) através da perspectiva apresentada pelo usuário sobre sua concepção do mundo e não aquilo que lhe é dado como conceito. A construção ou desconstrução da inclusão/exclusão digital não pode ser aferida senão pelo próprio agente que utiliza a plataforma, pois esse é conhecedor da sua própria liberdade digital.

A escolha do tema também está relacionada com minhas experiências empíricas ao longo dos anos em que acompanho as tecnologias da informação e seus reflexos em inúmeras áreas do conhecimento. Ao final da graduação em Ciências Jurídicas e Sociais, apresentei monografia de conclusão de curso sobre o *software* livre e suas relações com o Direito, trazendo para discussão as questões jurídicas que envolvem a área, bem como a necessidade de criação de instrumentos jurídicos para salvaguardar o movimento do *software* livre. Já na especialização lato sensu, pesquisei as relações de consumo através da internet, buscando discutir a vulnerabilidade do consumidor frente às novas formas de consumo advindas com a internet.

Ademais, acompanhei projetos vinculados à inclusão digital e a autonomização dos indivíduos, podendo citar o projeto do Centro de Recondicionamento de Computadores (CEC), que é promovido pelo CESMAR (Centro Social Marista), na Zona Norte de Porto Alegre. Os alunos beneficiados pelo projeto, na maioria moradores das proximidades e com pouca referência em inclusão digital, recebem qualificação profissional através dos cursos de informática que englobam o recondicionamento dos computadores, *software* livre e outros cursos de formação



social, abarcando, desta forma, uma formação não apenas digital do aluno, mas, também, sociodigital.

Considerando a relevância social e científica da questão aqui abordada, as variadas formas sociais que vem assumindo e as possibilidades apresentadas pelas TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação, proponho investigar uma experiência de implantação de acesso universal à internet: o projeto “Internet Social”, implementado pelo município de Alvorada (RS). Desta forma, discutirei as novas abordagens relacionadas à inclusão/exclusão digital.

Para compreender o objeto de estudo, é necessário discutir o estágio atual da internet e seus reflexos na vida dos indivíduos. Esta ferramenta é fruto de um longo caminho percorrido pela humanidade, sendo que os motores da mudança foram sendo criados através dos séculos e demonstram a capacidade do indivíduo de interagir com a máquina ao longo do tempo, podendo utilizá-la para o bem ou para o mal, ou para os mesmos binômios na mesma ação, dependendo do ponto de vista. Neste sentido, inclusão e exclusão digital não necessariamente podem ser definidos como conceitos fechados e gerados de fora para dentro do indivíduo, uma vez que o usuário de internet é o próprio avaliador de sua inclusão/exclusão no ambiente digital.

As considerações sobre a relevância dessa temática não se esgotam nas atuais discussões que emergem na esfera pública brasileira, ampliadas quando se constata que a garantia de liberdade de acesso à informação encontra-se insculpida na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>1</sup>, que trata da negociação de direitos percebidos em escala universal.

O objeto de pesquisa aqui definido ancora-se em duas possibilidades investigativas. Por um lado, trata-se de questionar se o desenvolvimento tecnológico ligado à emergência dos meios digitais tem reforçado e/ou ampliado as desigualdades sociais. Por outra via, busca-se analisar os principais modelos de políticas públicas empreendidas como contrapartidas àquelas desigualdades, nos termos de seus processos de formulação, implantação e resultados obtidos.

---

<sup>1</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada pela resolução nº. 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, e destaca: “Artigo 19 - Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 25 out. 2015

Ressalte-se que essas duas possibilidades investigativas se orientam com base em duas perspectivas de análise principais, cada qual relacionada a um universo empírico específico.

No primeiro caso, recorre-se a um enfoque macrossociológico, a partir do qual se observam as desigualdades digitais e suas contrapartidas políticas numa dimensão mais ampla e relacionada com o desenvolvimento da internet na sociedade brasileira de um modo geral. Partindo-se da análise de informações disponibilizadas em diversos bancos de dados e outras pesquisas especializadas, busca-se constituir um mapeamento não apenas das principais tipologias de desigualdade digital que emergiram no país de acordo com o desenvolvimento histórico da internet, mas ainda das modalidades de políticas públicas empreendidas no sentido de sanar aquelas assimetrias.

No segundo caso, a partir de um enfoque microssociológico, os questionamentos sobre as assimetrias digitais e as ações políticas orientadas à democratização da internet são avaliados com base num estudo de caso, cujo contexto empírico se refere a um projeto de internet social implementado no município de Alvorada (RS).

Em síntese, é a partir desses dois enfoques de análise, bem como do contexto empírico assinalado, que se pretende avaliar as relações entre a emergência da desigualdade digital no país e suas alternativas políticas, buscando responder as seguintes perguntas: Em que medida as políticas públicas estão sendo aplicadas para garantir acesso universal da população à internet e quais as formas de desigualdade digital que se apresentam, nessa aplicação? A internet social disponibilizada em Alvorada (RS) produz o acesso universal do indivíduo e inclusão sócio digital ou apenas garante a inclusão digital?

As dinâmicas criadas pelo acesso à internet através do surgimento de novas ferramentas tecnológicas trazem inúmeras perspectivas e análises sobre inclusão/exclusão, uma vez que o indivíduo passa a compreender estas abordagens por múltiplas perspectivas através do seu nível de acesso à rede.

Atualmente, a inclusão digital está em ampla discussão nos mais diferentes níveis de políticas públicas, e teve início institucional com a publicação do Decreto 3.294 de 15 de dezembro de 1998<sup>2</sup>, onde foi instituído o *Programa Sociedade da*

---

<sup>2</sup> O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, da Constituição, DECRETA:

*Informação*. Inúmeras expressões abarcam o conteúdo proposto, no entanto, utilizaremos o termo inclusão/exclusão digital.

O Brasil incorpora a nova pauta em sua agenda política no ano de 2000, quando lança o Livro Verde – Sociedade da Informação no Brasil. (TAKAHASHI, 2000) É justamente no âmbito dessas iniciativas que se identificam as desigualdades quanto ao acesso de grandes contingentes populacionais às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Tais desigualdades vêm sendo denominadas genericamente como *digital divide*, *gap digital*, *apartheid digital*, infoexclusão ou exclusão digital, e têm justificado a formulação de numerosas políticas públicas com a finalidade de minimizá-las. (BONILLA; PRETTO, 2011)

Dessa forma, busco compreender, na pesquisa proposta, a extensão e o alcance das políticas de inclusão sociodigital para a configuração dessa pluralização, tendo por foco o projeto de acesso livre da população do município de Alvorada (RS) à internet, investigando a percepção do indivíduo – usuário – e suas múltiplas perspectivas de análise sobre uma mesma ferramenta.

Esta dissertação está dividida em 5 capítulos principais. No próximo, apresento os conceitos iniciais sobre a internet e sua sociabilidade na nova sociedade baseada na informação, bem como dados importantes que fundamentam a emergência de pesquisa na área. No segundo, me dedico a construir os primeiros passos relacionados à tecnologia e o surgimento da internet, assim como as principais discussões sobre a ferramenta quando passa a interagir com o indivíduo e a sociedade, num contexto social. No seguinte capítulo, introduzo questões relacionadas à rede digital estabelecida atualmente, principalmente, sobre neutralidade e laços oriundos do contexto digital (sociais, afetivos, econômicos). O quarto capítulo contextualiza as políticas públicas relacionadas à internet e, por fim, o último estabelece a constituição do projeto internet social no município de Alvorada (RS), apresentando, num primeiro momento, uma pesquisa exploratória sobre acesso à rede e, num momento posterior, uma pesquisa semiestruturada.

---

Art. 1o Fica instituído o Programa Sociedade da Informação, com o objetivo de viabilizar a nova geração da Internet e suas aplicações em benefício da sociedade brasileira.

Art. 2o O Ministério da Ciência e Tecnologia será o responsável pela coordenação das atividades e da execução do Programa.

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 1999; 178o da Independência e 111o da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

## 2 CONCEITOS INICIAIS SOBRE INTERNET E SOCIABILIDADE

Contudo, é preciso avaliar que as possíveis desigualdades relacionadas com as diferentes formas de contato com a internet são complexas, sendo que a relação entre inclusão/exclusão digital não está balizada apenas pela simples possibilidade de acesso à rede mundial de computadores. Nesse sentido, como exemplo, destacam-se as peculiaridades técnicas e limitações físicas do acesso (banda larga fixa ou móvel), cujas características podem variar de modo efetivo em cada região do país ou para cada estrato social considerado. Nesse último caso, vale ressaltar a pesquisa realizada em 2013 pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes - TIC Kids Online Brasil<sup>3</sup>, publicada em 2014, demonstra que, embora as novas gerações estejam cada vez mais conectadas, o acesso ao ambiente online é desigual no que se refere à classe social.

O estudo comparativo entre as pesquisas EU Kids Online, da Europa, e TIC Kids Online, do Brasil, revela uma situação de vulnerabilidade maior das crianças brasileiras em relação às europeias, o que pode ser analisado a partir de alguns dados (BARBOSA et al., 2013). Por exemplo, mais de dois terços das crianças entrevistadas na pesquisa brasileira de 2012 (de 68% a 78%, variando em relação à condição socioeconômica familiar) com experiências online acreditam saber mais sobre Internet do que seus pais ou responsáveis. Além disso, desse montante, o estudo indica que mais da metade dessas crianças (53%) relataram que pais e responsáveis não usam a Internet, ao passo que, na Europa, apenas 28% a 46% das crianças responderam saber mais do que os pais sobre a Internet. A pesquisa TIC Kids Online Brasil 2012 também mostra que crianças que começaram a usar a Internet com idades abaixo dos 10 anos representam 44% dos respondentes, e cerca de um terço (31%) começaram a usar o ambiente online com 11 ou mais anos. Essas diferenças são particularmente evidentes por classe social: entre as crianças/adolescentes das classes AB, 18% começaram a usar a Internet depois dos 11 anos, percentual que é de 32% na classe C e chega a quase metade das crianças/adolescentes nas classes DE (47%) – o que evidencia a desigualdade dos pontos de partida para a conexão dos jovens brasileiros (CGI.br, 2013). A TIC Domicílios 2012, também indicou que, além do Brasil ser um país com grandes disparidades regionais (distribuição geográfica), fatores como renda e nível de instrução influenciam muito quanto ao acesso à Internet. Por exemplo, apenas 7% dos domicílios com renda familiar menor do que um salário mínimo tem Internet em casa, contra 91% daqueles com renda de mais de 10 salários mínimos (CGI.br, 2013) (GUZZI, 2014, p. 31).

Ampliando-se essas considerações, torna-se importante referir que, em dados estatísticos, o Brasil atingiu, em 2015, mais de 50% da população com acesso à

---

<sup>3</sup> Segundo CGI (Comitê Gestor da internet no Brasil). Disponível em: <[http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC\\_Kids\\_2014\\_livro\\_eletronico.pdf](http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Kids_2014_livro_eletronico.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2015.

internet<sup>4</sup>, e os planos do governo federal de oferecer banda larga para as populações de baixa renda elevam as perspectivas neste segmento de mercado, sendo que a universalização da internet deve pautar as discussões que proponham garantir ao indivíduo relações com os novos meios digitais.

Recentemente, a pesquisa realizada em 2015 pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes - TIC Kids Online Brasil<sup>5</sup>, publicada em 2016, conforme mapa abaixo do CETIC.BR, demonstra que o nível de acesso entre crianças e adolescentes acontece em nível desigual de acordo com a região do Brasil. Do total de crianças e adolescentes (9 – 17 anos), a média é de que 79% sejam usuários de internet, totalizando 23,4 milhões de crianças. Em sentido contrário, 6,3 milhões estão desconectados, e, entre esses, 3,6 milhões nunca acessaram a rede. A região norte possui apenas 54% das crianças e adolescentes com acesso à internet, demonstrando a desigualdade de acesso em relação a região do Brasil: a região Sul e Sudeste possuem, em média, 90% dessa população com acesso à internet.

A troca do ambiente físico para o virtual demonstra a evolução da sociedade atual frente as anteriores, ao que parece, atingindo sua maioria tecnológica, demonstrando que as novas tecnologias evoluem e são incorporadas aos hábitos dos indivíduos, passando a ter uma relação pessoal com a máquina. Segundo Ferkiss (1976), o rádio e a televisão levaram para dentro dos lares grandes triunfos, numa época de guerra fria, creditadas aos Estados Unidos ou à União Soviética, mas que não são apenas vitórias de um ou de outro, mas de toda a humanidade, pois os benefícios advindos foram agregados a outras nações, empresas e disseminadas na sociedade global. O autor, ao citar Charles Darwin, identifica que o sujeito atual não foi sempre o mesmo, mas sim fruto de um longo processo, afirmando que a tecnologia também segue esse curso, através do desenvolvimento de novas tecnologias: “A resistência às mudanças é o fator mais importante dentro da sociedade humana. O homem é o animal que não renuncia a coisa alguma. Simplesmente soma umas coisas ao que já tem e ao que já é” (FERKISS, 1976, p. 22).

---

<sup>4</sup> Segundo IBGE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95753.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2016.

<sup>5</sup> Disponível em: <[http://cetic.br/media/analises/tic\\_kids\\_online\\_brasil\\_2015\\_coletiva\\_de\\_imprensa.pdf](http://cetic.br/media/analises/tic_kids_online_brasil_2015_coletiva_de_imprensa.pdf)>. Acesso em 16 set. 2016.

A tecnologia não é uma criação moderna ou pós-moderna, mas algo imbricado ao indivíduo desde sempre, pois foi assim com a invenção da roda, da carroça, da escrita, da cangalha para facilitar o transporte, entre outras criações que ajudaram o desenvolvimento das sociedades ao longo dos séculos. No entanto, atualmente, a tecnologia ganha uma relevância maior, pois passamos a dominá-la num sentido mais amplo, tal como vê-se nas composições químicas, nos alimentos transgênicos, na tecnologia nuclear, etc. A sociedade atual não é uma sociedade mudada ou ampliada, mas sim uma nova sociedade (TOFFLER, 1994).

Segundo Gorz (1998), o surgimento das novas tecnologias, principalmente aquelas vinculadas à substituição do trabalho tradicional, estão fomentando a criação de uma nova sociedade, não baseada no trabalho tradicional da sociedade industrial, onde a classe de operários é a grande massa de produção de riquezas, mas uma sociedade baseada em múltiplas formas, tanto materiais como imateriais. Na mesma esteira, o Estado-Nação deixa de ser o elo entre os indivíduos (sociedade-Estado) e passa a ser um “Estado-Virtual” sem fronteiras físicas e baseado na globalização, trazendo consigo a inovação e a substituição do trabalhador por máquinas eletrônicas, ou seja, o território passa a ser compreendido por uma lógica diversa da limitação física. Surge, nesse contexto, uma crise do modelo fordista que não logrará êxito nesse novo processo baseado no “saber” e que é altamente acessível pelas tecnologias da informação Gorz (1998, p. 23).

Gorz (1998, p. 23) justifica seu pensamento da seguinte forma:

La globalización no habría podido desarrollarse, ni siquiera considerarse, en ausencia del potencial, en gran medida no explotado hasta ese momento, de las “tecnologías de información”.

(...)

La revolución informática permitió la globalización, pero ésta, inversamente, permitió y luego exigió el desarrollo acelerado de las tecnologías de información y de sus aplicaciones.

No contexto brasileiro, por exemplo, o telefone celular já está presente em 92% dos domicílios no Brasil e a fomentação de acesso à banda larga móvel cria uma expectativa de acesso à internet de forma universal, uma vez que o acesso à rede mundial de computadores é facilitado por tecnologias móveis, em comparação com as tecnologias que exigem implementação física de rede. Em comparação com a televisão, que está em 98% dos domicílios, esses dados permitem afirmar que a possibilidade de acesso à internet está se universalizando.

O gráfico elaborado pelo CETIC<sup>6</sup> (abaixo) demonstra o acesso da população brasileira aos equipamentos da Tecnologia da Informação – TIC no ano de 2015, comprovando que televisão e telefone celular são os principais dispositivos tecnológicos utilizados pela sociedade brasileira nos dias atuais, sendo o telefone celular, através de smartphones, a grande mola propulsora de acesso à internet nos próximos anos.

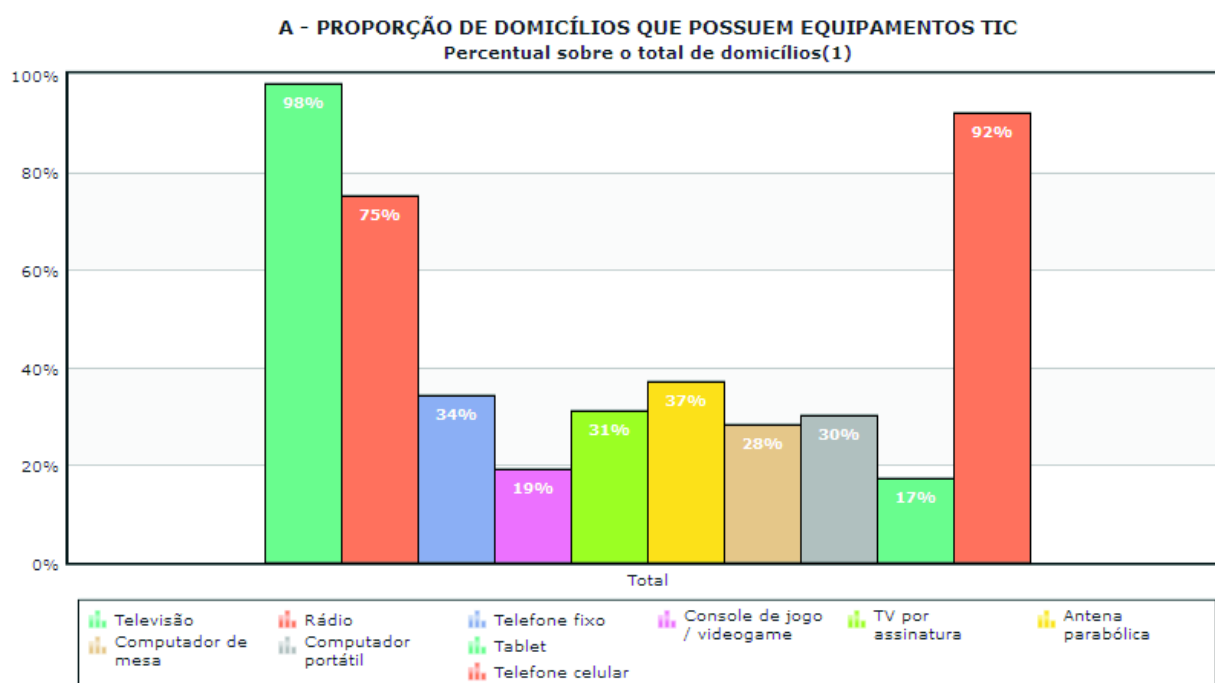


Gráfico 1: Acesso da população brasileira aos equipamentos da Tecnologia da Informação – TIC no ano de 2015.

Diante da evolução das ferramentas tecnológicas e sua vinculação cada vez maior à internet, como a internet das coisas<sup>7</sup> destaca, é fundamental o estudo das novas perspectivas dos atores sociais no contexto pretendido pela pesquisa, qual

<sup>6</sup> Disponível em: <http://data.cetic.br/cetic/explore>. Acesso em 10 dez. 2016

<sup>7</sup> A internet das coisas é a ligação entre internet e coisas - em inglês, *Internet of Things* (IoT) -, ou seja, os objetos comuns e que não surgiram da tecnologia passam a ser interligados através de rede sem fios, cada um com um número IP próprio, como cafeteiras, carros, interruptores de luz, etc. Desta forma, o controle das “coisas” passa a ser mediado através da internet e sua capilaridade. A internet das coisas vai aglutinar o mundo físico com o mundo digital, passando a investir objetos desprovidos de tecnologia com inteligência, dando base para um grande Big Data. Assim, a velocidade do formato digital já permeia nossa vida em vários sentidos: em 2000 apenas 25% dos dados do mundo estavam armazenados em formato digital; em 2007, já eram 94%; hoje; estamos próximos dos 99,9%. Isso não significa que o papel deixe de existir, mas o processamento eletrônico demonstra o crescimento da área (TAURION, 2013).

seja, compreender os entraves e benefícios oriundos do acesso à rede, bem como identificar o nível de utilização desse conhecimento tecnológico pelos indivíduos entrevistados. Muito embora os projetos sociais que envolvem TICs melhorem a vida das pessoas, não funcionam à perfeição, pois existem limitações físicas e lógicas – *hardware* e *software* – além do sistema social e humano que interage com a rede, sendo necessários os relacionamentos físicos, digitais, humanos e sociais, além das estruturas comunitárias e institucionais (WARSCHAUER, 2006).

O universo oceânico de informações descrito por Pierre Levy (1999) demonstrava a preocupação moderna com o processamento de dados nos mais variados conjuntos de técnicas (materiais e imateriais), atitudes, pensamentos e valores. Esses passaram a ser agregados ao ciberespaço, não por uma abordagem indivíduo-máquina, mas pela relação dos atores sociais que se tornaram protagonistas das técnicas, ou seja, inventam, produzem, utilizam e interpretam de diferentes formas as técnicas, passando a discutir a inteligência coletiva criada pela mutação da sociedade da informação (LEVY, 1999). Segundo o autor, “o virtual não ‘substitui’ o ‘real’, ele multiplica as oportunidades para atualizá-lo” (LEVY, 1999, p. 90).

De acordo com Castells (1999), os computadores eram pontos na antiga concepção de redes e passaram, com a criação da internet, a ser vistos como “nós”, isto é, um elo da relação dos indivíduos, fazendo com que a grande produção de inovação prescindia da facilidade de acesso à informação. A rede que era individualizada passou a ser cooperativa (troca do ponto final pelo nó) e dependente da tecnologia da informação para captar e distribuir a criação, sendo que o novo padrão de sociabilidade é caracterizado pelo individualismo em rede. Na mesma esteira, quanto mais uma sociedade e seu governo dependem de sua rede de comunicações, mais ficam expostos a ataques, demonstrando que a tecnologia não é avaliada apenas pelos seus impactos positivos.

Na metade do século passado, a tecnologia da informação era baseada na criação de *hardwares*, pois esse suporte era necessário para o desenvolvimento de *softwares*. Nessa época, a máquina possuía componentes caros, enquanto o programa de computador era acessório, fato que foi alterado com a disseminação dos computadores, a criação da internet e a necessidade dos indivíduos por *softwares* específicos, atualmente denominados APPs (aplicativos).

O homem tecnológico descrito por Ferkiss (1976) apresentava o novo território acessado pelo sujeito, não mais ligado à superfície da terra, mas ao espaço (por



exemplo, lançamento do satélite Sputnik), ultrapassando a fronteira das gerações anteriores rumo ao novo meio ambiente. O indivíduo era apresentado como um expectador de novas tecnologias, que poderiam ser agregadas à sua vida cotidiana em razão de uma necessidade de governos, empresas e indivíduos. Por outro lado, Toffler (1994) já apresentava o futuro da tecnologia como sombrio e padronizador, retirando do sujeito sua individualidade através da criação de consumidores desprovidos de mente, apenas captadores da tecnologia em si.

Na verdade, o indivíduo não estava sofrendo ausência de escolha, mas uma abundância paralisante de escolha: a superescolha, através de um crescente mercado segmentado. A tecnologia primitiva gerou a padronização, contudo, a automação abriu os caminhos para inúmeros fracionamentos de escolhas, passando da uniformidade à diversidade; em suma, quanto mais a tecnologia avança mais ela se movimenta na direção da diversidade, tanto é que não existem dois indivíduos percorrendo a mesma trilha educativa (TOFFLER, 1994).

À medida que novas tecnologias são criadas, algumas passam a ser adotadas e outras descartadas, passando por avanços e descontinuidades. O sociólogo Hagen (1967) apresenta duas teses para explicar o progresso contínuo, a primeira denominada técnico-econômica; a segunda, sociológica. Na primeira, existe a acumulação de conhecimentos técnicos e científicos, passando pela lógica matemática, onde a soma de conhecimento aumentaria a descoberta de novas técnicas e simplesmente haveria um número crescente de ideias para se combinar com outras. Na segunda, as tensões crescentes entre grupos da sociedade poderiam implantar motivações radicalmente diferentes das que foram transmitidas de geração a geração, antes do surgimento das tensões; desta forma, quando acontece a reação à subordinação de um grupo social subordinado, os outros estariam distantes, ainda que pouco, da situação tradicional, institucionalizando o progresso tecnológico na sociedade (HAGEN, 1967).

A tecnologia não apresenta interferências apenas no indivíduo, mas também no processo de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado, etc. No pensamento de Harvey (1993), ainda vivemos uma sociedade baseada na vida econômica e com grande necessidade de produção em função dos lucros. O fordismo (1914) surgiu com a finalidade de produção e consumo em massa, através de uma nova sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista que, após a Segunda Guerra Mundial,

caracterizou o modelo de planificação social difundido pelo Welfare State (HARVEY, 1993, p. 121). Contudo, a forte deflação de 1973-1975 abriu espaço para mudanças tecnológicas, automação e busca por novos nichos de mercados, passando a sociedade reproduzida sob o modo de regulação fordista por uma forte reestruturação econômica e de reajuste social e político. É criado, assim, um sistema denominado de modo de acumulação flexível, onde há uma confrontação à rigidez do fordismo e a necessidade de flexibilização dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, gerando ganho ao capitalismo em detrimento da força trabalhadora.

A meia vida de um produto fordista típico, por exemplo, era de cinco a sete anos, mas a acumulação flexível diminuiu isso em mais da metade em certos setores (como o têxtil e o do vestuário), enquanto em outros – tais como as chamadas indústrias de “*thoughtware*” (por exemplo, videogames e programas de computador) – a meia vida está caindo para menos de dezoito anos (HARVEY, 1993, p. 148).

O uso da tecnologia passou a agir como objeto centralizador do capitalismo descentralizado, uma vez que a produção em massa passou a sua produção residual aos países em desenvolvimento, também chamado de “fordismo periférico”. Nesse sentido, o progresso é visto como inevitável e sustenta a reprodução do capitalismo. A acumulação flexível não se torna hegemônica, da mesma forma que o fordismo também não o foi, combinando tecnologia e produtos flexíveis com produção artesanal, sendo que as novas tecnologias agregam valores aos produtos e serviços em detrimento do trabalho tradicional (HARVEY, 1993).

No conjunto dessas mudanças societárias, e considerada no contexto de desenvolvimento da tecnologia, a internet é um fenômeno novo e merece atenção dos pesquisadores, haja vista que é considerada atualmente pela ONU<sup>8</sup> um bem fundamental, uma ferramenta de acesso à informação (ONU, 2016).

A internet é onipresente na vida de milhões de brasileiros, os quais consomem, partilham, produzem e disseminam informações, entre outras possibilidades, através desse meio técnico, mantendo uma relação com a tecnologia diferente da que ocorreu com outros meios de comunicação social em épocas passadas, tais como a televisão e o rádio. Enquanto esses se apresentam de forma aberta, bastando o consumidor possuir o aparelho para receber o sinal, a internet possui características técnicas que inviabilizam o acesso livre a seus conteúdos e meios de interação digital, o que pode

---

<sup>8</sup> Resolução 20 do Conselho de direitos humanos da ONU. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/HRC/32/L.20&referer=/english/&Lang=S](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/HRC/32/L.20&referer=/english/&Lang=S)>. Acesso em: 10 dev. 2016.

gerar relações de desigualdade entre os agentes “conectados” e “não conectados” (LEVY, 1999). Trata-se de questões cuja relevância pode ser inferida junto ao caloroso debate estabelecido com a criação do Marco Civil da Internet (Lei Federal nº. 12.965). Com base nessa jurisdição, como exemplificado em seu artigo 27, a ideia de “inclusão digital” passou a ser vista no país como imprescindível não apenas para a redução das desigualdades que decorrem das diferentes formas de acesso à web, mas ainda para a melhoria de vida dos agentes sociais em contato com essas novas tecnologias.

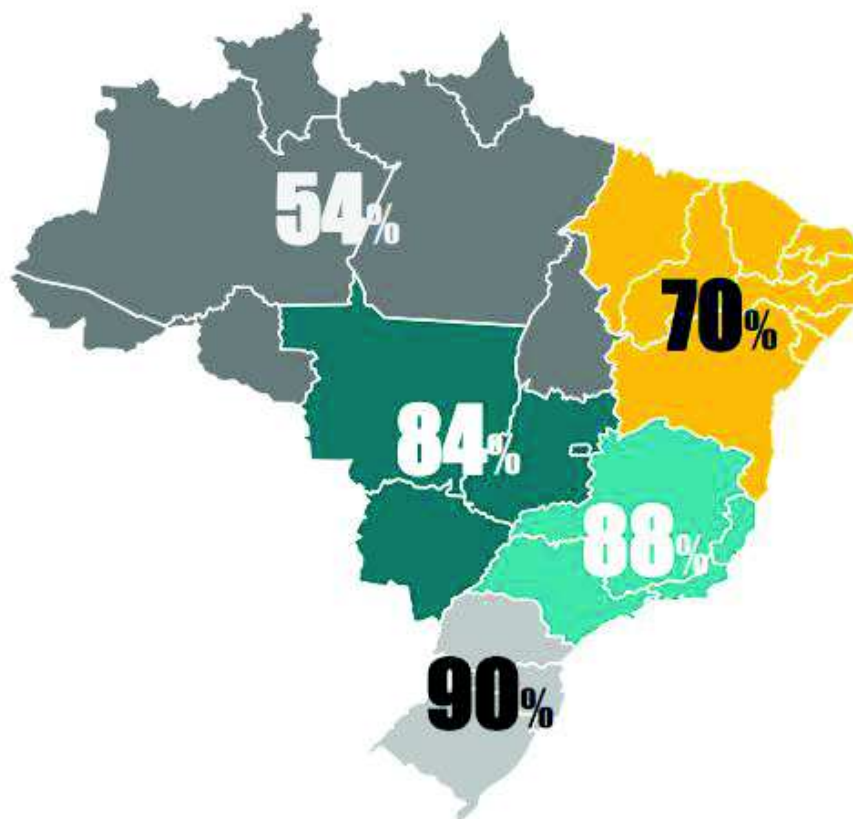
Frente a esse quadro em expansão, os principais autores que subsidiam a discussão da inclusão digital e, por consequência, da diminuição da desigualdade digital, são os teóricos Pierre Levy e Manuel Castells.

Na obra “Sociedade em Rede”, Castells (1999) demonstra como a sociedade atual se organiza em rede e como se dá sua vinculação com o capitalismo, bem como sua nova estrutura social, seus vínculos de poder e as novas formas de trabalho. Nesse contexto, o autor sugere que o mundo está dividido entre conectados e não conectados. Além desta obra, o autor também escreveu “A Galáxia da Internet”, obra em que descreve as contradições criadas a partir das redes de internet, que são altamente conectadas e não partilham as informações no mesmo nível.

Pierre Lévy, por sua vez, aborda a potencialidade da internet desde a complexidade que a mesma gera na interação entre os indivíduos. Segundo ele, o desenvolvimento da tecnologia passa por diferentes fases, sendo a primeira delas o rádio, através do qual um comunicador envia informação aos ouvintes (interação “um-todos”). A segunda interação se dá através do telefone, sendo que um emissor-receptor desenvolve o diálogo com um outro emissor-receptor (interação “um-um”). Por fim, chegamos à internet, em que a criação passa a ser colaborativa; somos ao mesmo tempo receptores e criadores de conteúdo, gerando-se a interação “todos-todos” (LEVY, 1999).

Diante do contexto de desenvolvimento tecnológico da sociedade atual, o avanço das tecnologias não pode ser mediado por poucas ferramentas ou pela hegemonia de apenas um modelo ou paradigma, a pluralização se faz necessária para evitar a tecnod dependência (GARDNER; DAVIS, 2014). A reflexão sobre a tecnologia é muito mais profunda entre o que queremos e valorizamos, tanto como indivíduo quanto como sociedade, pois nossa geração herdou mais oportunidades de transformar o mundo do que qualquer outra, sendo que a tecnologia não é o destino,

mas nossas escolhas sobre o destino que queremos (BRYNJOLFSSON; McAFEE, 2015).



Mapa 1: Acesso à internet por crianças e adolescentes no Brasil em 2015.

O ensino superior a distância é um grande exemplo do potencial da internet no acesso ao conhecimento, principalmente, em áreas carentes de instituições superiores ou com limitações físicas de acesso. Segundo a pesquisa realizada pelo SEMESP (Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior)<sup>9</sup>, publicado em 2015, em 2013 havia cerca de 1,8 milhão de alunos matriculados nas IES da rede pública (28,8%) e 4,4 milhões de alunos em instituições privadas (71,2%), totalizando 6,1 milhões de matrículas em cursos presenciais. Já nos cursos de EAD, o total chegou, em 2013, a 999 mil alunos na rede privada e 155 mil na rede pública.

Os dados, conforme os indicadores abaixo, apresentam um fator impressionante na região norte do Brasil, uma vez que proporcionalmente o acesso

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2016.

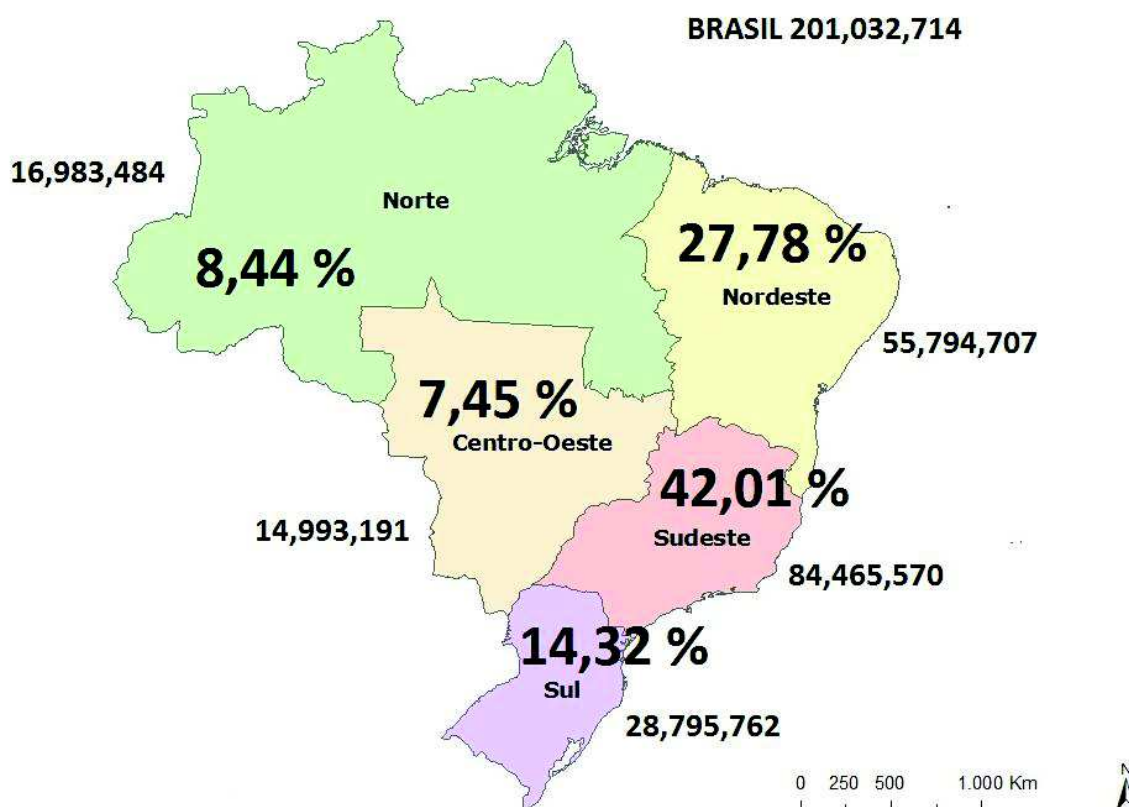
ao ensino superior a distância foi significativamente maior do que o acesso presencial, enquanto que os outros estados mantiveram uma simetria entre acesso presencial e EAD. Talvez os dados se justifiquem na peculiaridade de acesso físico aos centros universitários na região norte do Brasil, fazendo da internet uma aliada no acesso ao ensino superior.



Gráfico 2: Distribuição de matrículas em cursos EAD no Brasil em 2013.



Gráfico 3: Distribuição de matrículas em cursos presenciais no Brasil em 2013.



Mapa 2: A população brasileira e o percentual populacional de cada região em 2015.

Nesses termos, constatando-se que as relações de inclusão/exclusão digital são complexas e socialmente relevantes, e avaliando-se que essas mesmas noções adquiriram pertinência no debate político contemporâneo, este trabalho propõe refletir sobre o avanço da internet no Brasil (de seu surgimento até os dias atuais), buscando relacionar e compreender as possíveis desigualdades geradas a partir do desenvolvimento dessa tecnologia, além de avaliar algumas políticas públicas direcionadas à democratização da internet no contexto brasileiro, principalmente o projeto “internet social” do município de Alvorada (RS). Dito de outro modo, o objetivo geral desta pesquisa é Investigar as dinâmicas das desigualdades digitais geradas pelo acesso à internet, frente à pluralidade de níveis de acesso e tipologias, em correspondência com a implementação de políticas públicas de inclusão digital. Neste eixo, o estudo busca identificar as formas de desigualdades geradas pelo acesso à internet e os modelos de interação possibilitados dentro deste ambiente; revisar as principais políticas públicas relacionadas ao tema e sua efetividade diante do novo contexto criado pelo Marco Civil da Internet; e, finalmente, analisar o projeto “Internet social” no município de Alvorada (RS), através de uma perspectiva situacional,

identificando quais os níveis e as modalidades de acesso à internet possibilitadas aos cidadãos.

### 3 OS PRIMEIROS PASSOS DA TECNOLOGIA

Os primeiros passos no desenvolvimento da sociedade que temos hoje é iniciado com a domesticação do cachorro e ocorreu antes de 14.000 a.C. Oito mil anos depois, os cavalos foram domesticados; assim como o boi, que foi adestrado 6.000 a.C. ao ser ligado a um arado. Fatos que vieram transformando a humanidade ao longo dos séculos e geraram a transição da caça ao cultivo. Da mesma forma, a ligação de um telefone a uma máquina de processamento de dados gerou o surgimento da internet, demonstrando que a ligação entre coisas transforma a vida e propicia avanços. O grande ápice da recente industrialização começou com a revolução industrial, que nada mais é que uma mudança em vários setores: engenharia, química, metalúrgica, etc., passando o progresso humano para um outro nível de aceleração de descobertas, sendo o motor a vapor a grande mola propulsora do desenvolvimento nessa época, uma vez que gerou a energia necessária para as máquinas e, assim, inaugurou o período descrito como a primeira era das máquinas. Atualmente, computadores e outros dispositivos passam a moldar nossos ambientes através de tecnologias digitais, surgindo a segunda era das máquinas, período que supera as limitações anteriores e nos leva para um novo território (BRYNJOLFSSON; McAFEE, 2015).

As famílias mais abastadas se reuniam ao redor do piano antes do desenvolvimento da energia elétrica e, com o desenvolvimento do rádio e da televisão, mudaram sua forma de organização para outros aparelhos tecnológicos. Assim, não podemos negar que a internet está mudando nosso comportamento e nossos hábitos, do mesmo modo que não podemos ignorar como algumas tecnologias apresentam impactos mais profundos que outras. Dito de outro modo, algumas tecnologias possuem o poder de transformar bruscamente nosso modo de ser, tornando o indivíduo de hoje totalmente diferente do indivíduo de amanhã, possibilitando transformações em uma velocidade cada vez mais rápida (NICOLACI-DA-COSTA, 2002).

A escassez da revolução industrial que limitava o acesso a bens de consumo parece não existir na era da informação, uma vez que a abundância é a regra; contudo, o progresso tecnológico deixará para trás algumas pessoas: assim como a era industrial gerou fuligem no céu das cidades industrializadas e explorou crianças dentro de fábricas, ela também poderá criar seus equivalentes modernos



(BRYNJOLFSSON; McAfee, 2015). Foi conferido à Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, as grandes mudanças com impactos sociais e econômicos nos processos produtivos: a sociedade liberal passou a proporcionar, ou esperava que proporcionasse, uma livre concorrência através da transformação de produtos e ações em parte das necessidades da sociedade (JESUS, 2013).

Na metade do século passado, muitos adventos tecnológicos surgiram e delinearão a política, a economia, os indivíduos, entre outros campos, que passaram a construir a base da sociedade moderna. Esses avanços mobilizaram o mundo e a coletividade em escala cada vez maior através de dois grandes repertórios – progresso e decadência – e possuem a mesma origem (LATOUR, 2013). O domínio da bomba atômica é um grande exemplo da capacidade humana aliada às técnicas sobre a matéria; porém, ao definir isso como progresso e aplicá-la na guerra, ela criou decadência à humanidade, mostrando a dualidade entre bem e mal, ocidente e oriente, vida e morte. Desta forma, existe o medo de enfrentar um país que domina o enriquecimento de urânio - que é a base da bomba nuclear -, e possui a detenção do conhecimento como mediador de um controle global, tanto é que o surgimento da internet tem base nas pesquisas militares dos Estados Unidos da América e que, atualmente, ainda domina o ecossistema da governança da internet<sup>10</sup>.

Da mesma forma, o crescimento da empresa IBM durante o governo de Adolf Hitler, na Alemanha, demonstrou que a aliança de um governo controlador com ferramentas tecnológicas pode gerar descontrole social e força de um sobre o outro. A IBM, durante o período nazista, alugava máquinas de processamento de cartões perfurados e fornecia suplementos e materiais necessários para a organização e a classificação de informações de acordo com a necessidade do governo nazista, criando uma infraestrutura capaz de controlar os indivíduos, principalmente, os judeus, alvo principal do Reich (BLACK, 2001).

Black revela que o ódio de Hitler e sua cruzada contra os judeus “foi rigorosamente ampliada e energizada pela engenhosidade e ambição de lucro da empresa International Business Machines (IBM) e o charmain Thomas J. Watson”. Relata que, diariamente, chegavam contingentes de mão-de-obra escrava nos campos de concentração. Os prisioneiros eram

---

<sup>10</sup> A Governança da Internet é um grande aliado das grandes potências que dominam o trânsito das informações, uma vez que a informação passa por inúmeros servidores alocados em partes distintas do globo terrestre e a maioria delas sem criptografia, gerando, muitas vezes, controle do tráfego das informações na rede mundial. Existem órgãos regulamentadores, mas com pouca autoridade na área, deixando uma grande lacuna entre os que detêm e os que não detêm o conhecimento e a tecnologia (CLARKE, KNAKE, 2015).

identificados por meio de cartões Hollerith descritivos, cada um com as colunas perfuradas, detalhando nacionalidade, data do nascimento, estado civil, quantidade de filhos, motivo do encarceramento, características físicas e habilidades profissionais. Na coluna rotulada “Razão de partida” havia códigos que significavam transferidos para outro campo a fim de prosseguir com o trabalho; morte natural; execução; suicídio; tratamento especial “que em geral significava extermínio, seja em câmara de gás, seja por enforcamento ou fuzilamento”. (MENDONÇA, 2007, p. 107)

O controle através de máquinas de processamento de dados foi e está sendo usado nos mais distintos níveis, muitas vezes, sem controle nenhum, seja ético ou jurídico, passando despercebido pela população, alvo do controle e do monitoramento. Baker (2009) cita que as próximas décadas serão dos estatísticos e afirma que as únicas pessoas capazes de interpretar uma grande capacidade de dados são os matemáticos, cientistas da computação e os engenheiros. Desta forma, essas categorias podem estruturar os dados e prever comportamentos, doenças, epidemias, etc., ou seja, estão aptos a governar as informações de nossa vida – assim chamados de “numerati”. Algumas décadas atrás, nós éramos alguns números (identidade, ficha de cadastro, etc.); contudo, hoje, os planos são muito mais ambiciosos e cada um de nós é um enorme e complexo emaranhado de números e equações (modelos matemáticos). Segundo Baker (2009), basta informar o sexo, a data de nascimento e o código postal para que 87% das pessoas nos Estados Unidos sejam identificadas pelo nome. Assim, o avanço cada vez maior das ferramentas de processamento de dados parece gerar um controle maior de nossos rastros digitais.

Não há período histórico que tenha colocado invenções em crescente transformação como a tecnologia: os carros, aviões e trens não ficam mais rápidos a cada ano, mas o processamento de informações (indústria da computação) mantém um ritmo incrível de progresso. Moore (1965) previu que após 10 anos os circuitos seriam 500 vezes mais potentes que eram em 1965; contudo, a previsão de uma década continua sendo aplicada até os dias atuais, e não há previsão de cessar. Ao que parece, mudamos a tecnologia ou acrescentamos potencial a ela a cada cinco ou sete anos nos últimos 40 anos e nossa capacidade não parece ter fim (BRYNJOLFSSON; McAFEE, 2015, p. 44-47).

Pensando um pouco mais longe, os sistemas calcularão não apenas o que provavelmente compraremos, mas quanto podemos render para uma loja, e tudo isso através de um simples emaranhado de dados gerados sobre os nossos rastros digitais. Por exemplo, o simples cadastro de um CEP (código de endereçamento postal) pode formar um perfil através do nosso bairro e das lojas que compõem aquela

região, bem como as necessidades dos consumidores – é sempre mais fácil vender às pessoas o que elas querem comprar. A privacidade é colocada num segundo plano, isso quando é pensado sobre o tema. A internet parece ser um lugar seguro e protegido; no entanto, não estamos discutindo com seriedade esse tema (BAKER, 2009).

Para as empresas, o monitoramento dos usuários, cada vez que eles entram na Internet, é considerado como único caminho para assegurar o pagamento de direitos autorais, além de transmitir informações sobre os padrões de consumo dos internautas. (SORJ, 2003, p. 53)

A internet surgiu em solo americano e utilizou como paradigma a liberdade cunhada nos tribunais americanos. A internet solapou a soberania nacional e o controle do Estado, sendo utilizada como ferramenta auxiliar em várias manifestações e revoluções. Os EUA tentaram controlar a internet, assim como outros países, no entanto, a Primeira Emenda à Constituição Americana é clara ao dispor sobre o direito à livre expressão. Algumas legislações americanas no final da década de 90 e no início dos anos 2000 tentaram utilizar como argumento a proteção das crianças no ambiente digital; contudo, a legislação foi declarada inconstitucional pelo argumento da liberdade de expressão (CASTELLS, 2003).

A soberania do Estado sempre começou com o controle da informação, e agora esse controle estava sendo lenta, mas inexoravelmente erodido. Dado o caráter global da Internet, tornou-se necessário para os governos mais importantes agir de maneira conjunta, criando um novo espaço, global, de vigilância. De fato, ao fazer isso eles estavam perdendo soberania, já que tinham de compartilhar poder e concordar com padrões comuns de regulação – tornaram-se eles próprios uma rede – de agências reguladoras e de vigilância. Mas compartilhar a soberania era o preço a pagar para conservar coletivamente algum grau de controle político (CASTELLS, 2003, p. 146).

A revista *Time* declarou, em janeiro de 1983, o computador pessoal como “Máquina do Ano” e, desde então, a discussão sobre tecnologia tem pautado cada vez mais nossas relações sociais e econômicas, pois inúmeras abordagens podem ser realizadas com o mesmo acesso e dispositivo. Assim como a interação do indivíduo com a máquina se dá em diversos níveis, o binômio inclusão/exclusão digital ganha uma nova discussão nos dias atuais, seja pelo acesso, falta de acesso ou até mesmo pelo excesso no acesso. Apesar disso, a pesquisa desenvolvida nessa dissertação não tem por escopo criar parâmetros para medir sua aplicação, mas compreender a forma de acesso do usuário e sua percepção no ambiente digital através do uso de acesso livre a internet.

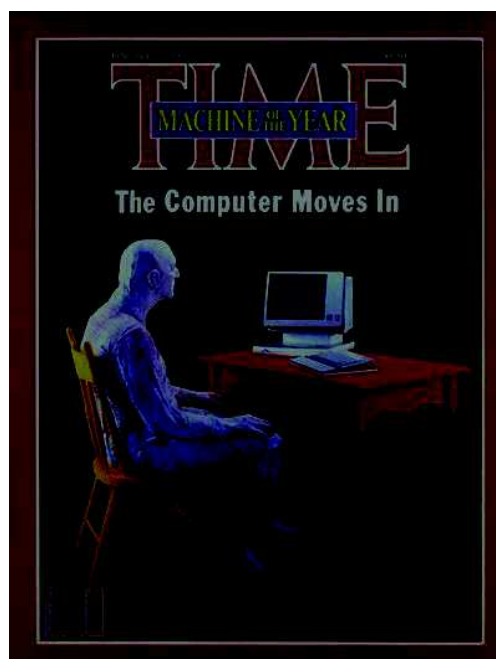


Figura 1: Capa da revista *Time* de 1983.

A capa da revista *Time* de 2010 demonstra que, após quase 30 anos, a tecnologia continua evoluindo e outras discussões passam a permear nossa vida social e econômica. Ocorre um deslocamento entre a tecnologia do século passado para os dias atuais, uma vez que nossa vida está cada vez mais digitalizada e propensa a vulnerabilidades, principalmente, na privacidade.

A América não será a mesma antes e depois da eletricidade; o contexto social do século XIX não será o mesmo se for construído com pobres coitados ou com pobres infestados por micróbios; quanto ao sujeito inconsciente estendido sobre seu divã, como será diferente caso seu cérebro seco descarregue neurotransmissores ou caso seu cérebro úmido secrete hormônios. Nenhum destes estudos pode reutilizar aquilo que os sociólogos, psicólogos ou economistas dizem do contexto social para aplicá-lo às ciências exatas. A cada vez, tanto o contexto quanto a pessoa humana encontram-se redefinidos. (LATOURET, 2013)

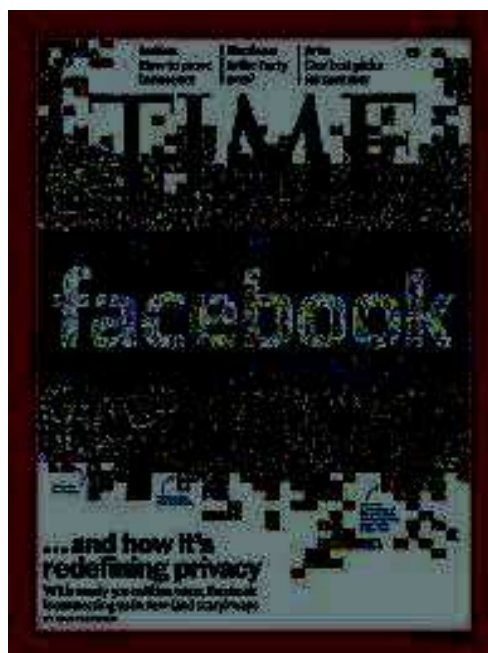


Figura 2: Capa de revista *Time* de 2010.

Sempre fomos ligados a terra, mas uma fronteira foi ultrapassada com os lançamentos de missões espaciais e marcou o acesso a um novo ambiente, criando o início de uma mudança na natureza do próprio conquistador (FERKISS, 1969, pg. 9).

Ferkiss (1969) desenvolve algumas ideias que ajudam a construir uma equidade nesse ambiente novo, pois a conquista de novos espaços pode gerar desordem social, confusão cultural e talvez a guerra internacional; contudo, isso pode ser superado quando sabemos porque fazemos essas coisas. Nossa tarefa, portanto, é inventar não o futuro, mas a nós mesmos em primeiro lugar, colocando o indivíduo no centro da discussão das novas tecnologias.

### 3.1 A BASE DA INTERNET

As primeiras máquinas de processamento eletrônico utilizavam cartões perfurados e os computadores ocupavam salas inteiras, além de uma infraestrutura complexa para resfriamento dos componentes, uma vez que eles não possuíam a estética nem a funcionalidade que adquiriram nos dias atuais.

Então, um dia, Kotok e Saunders foram para o clube TMRC e encontraram as peças para montar o que se tornaria o primeiro *joystick* (controle) para computador. Totalmente montado com partes que estavam largadas no clube em uma hora de inspiração construtora, as caixas de controle foram feitas de madeira com topo em painel de masonite. Tinham botões para rotação e

pressão, assim como um puxador para o hiperespaço. Todos os controles, com certeza, eram silenciosos e, assim, era possível sorrateiramente circular em torno de seu oponente no enésimo espaço, se você quisesse (LEVY, 2012, p. 51).

O investimento do governo americano no setor de informática garantiu o surgimento da internet em razão da Guerra Fria, pois havia uma preocupação com o sigilo das informações, bem como a necessidade de interação entre os agentes militares. Na época, foram interligados alguns computadores através da rede telefônica. Este foi o primeiro passo para se formar a atual rede mundial de computadores – internet. Desta forma, apenas algumas universidades, bases militares e empresas estavam interligadas, pois a finalidade da rede era, basicamente, militar.

Em outubro de 1957, os soviéticos lançaram o primeiro satélite no espaço – Sputnik – e passaram a desenvolver ferramentas tecnológicas à frente dos Estados Unidos da América. A União Soviética foi o primeiro país a levar um ser vivo ao espaço – a cadela Kudriavka – e, por vários anos, inovaram nessa área, conforme esclarece Carvalho (2006).

“A liderança soviética durou vários anos, com o lançamento do primeiro ser vivo ao espaço (a cadela Kudriavka, da raça Laika), da primeira nave a pousar na Lua (Lunik 2), da primeira nave a fotografar o outro lado da Lua (Lunik 3), do primeiro astronauta (Yuri Gagarin), do primeiro voo conjunto de duas espaçonaves (Vostok III e IV), da primeira mulher ao espaço (Valentina Tereshkova), da primeira nave a levar mais de um tripulante (Voskhod 1), do primeiro astronauta a “caminhar” no espaço (Alexei Leonov), além da espaçonave com maior período de uso na história da exploração espacial (Soyuz)”. (CARVALHO, 2006, p. 8).

Como forma de equilibrar a busca por novas ferramentas tecnológicas, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos criou a *Advanced Research Projects Agency* (ARPA), que é uma unidade militar. Contudo, esse departamento foi aliado a grandes universidades americanas e passou a mediar inovações civil-militares. Em 1966, o escritório do governo americano IPTO (*Information Processing Techniques Office*), começou a desenvolver um projeto de interligação dos computadores que integravam a ARPA com a finalidade de facilitar o tráfego de dados, dando início a ARPANET (CARVALHO, 2006).

Ainda em solo americano, nos anos 1980, cinco supercomputadores, cada um de um centro de investigação científica, foram interligados através da National Science Foundation, começando, dessa forma, a rede NSFNET, nas quais escolas poderiam ter acesso às informações, agindo de forma compartilhada. Em razão da popularidade da rede NSFNET, ocorreu uma pressão pela sua disseminação. Contudo, em vez de

sua expansão, houve a criação de novas redes que se interligavam, o que recebeu o nome de INTER – NET – NETWORK. Dessa forma, a internet passa a ter sua disseminação comercial nos anos 1990, passando por três processos independentes que se unem para formar a rede: as exigências da economia por flexibilidade administrativa e por globalização do capital, da produção e do comércio as demandas da sociedade, em que os valores da liberdade individual e da comunicação aberta tornam-se supremos; e os avanços extraordinários na computação e nas telecomunicações possibilitados pela revolução microeletrônica. Estas três condições são a base da internet, uma vez que antes de sua disseminação comercial servira apenas para uso militar e estudo de pesquisadores da área. É na convergência desses três processos que surge a internet, trazendo consigo uma nova sociedade – a sociedade de rede (CASTELLS, 2003, p. 8).

A internet propicia uma interação em tempo real, sendo que a restrição de acesso a esta ferramenta impede a disseminação da informação e a finalidade de interação online. Os primeiros acessos comerciais à internet no Brasil iniciaram em 1995<sup>11</sup>. Contudo, já havia ocorrido um ensaio durante a RIO 92. Desde a chegada no Brasil e o aprimoramento da ferramenta, muitas políticas públicas foram implementadas com a finalidade de garantir acesso igualitário e democrático à rede mundial de computadores; no entanto, como propõem alguns autores, o acesso à informação ainda é um limiar entre inforricos e infopobres (SILVA, 2002). A informação é um bem oneroso e a geração de riqueza depende do acesso às novas tecnologias,

---

<sup>11</sup> O primeiro contato do Brasil com a internet ocorreu em 1988, quando a Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) ligada à Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, realizou a primeira conexão à rede através de uma parceria com o Fermilab, um dos mais importantes centros de pesquisa científica dos Estados Unidos. A façanha coube aos professores Oscar Sala e Flávio Fava de Moraes, da Universidade de São Paulo (USP), que tocaram o projeto em conjunto e inauguraram a conexão oficialmente no ano seguinte. Na mesma época, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Laboratório Nacional de Computação Científica (INCC), em Petrópolis (RJ), também se conectaram à internet através de links com universidades americanas. O governo federal entrou na onda em 1992, com a criação da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). A RNP, coordenada pelo cientista Tadao Takahashi, criou uma gigantesca infraestrutura de cabos para suportar a rede mundial de computadores, chamada de espinha dorsal (ou *backbone*), que recebia o link internacional. Também espalhou pontos de conexão pelas principais capitais do país e começou a operar a infra-estrutura de funcionamento da internet, distribuindo o acesso à rede para universidades, fundações de pesquisa e órgãos governamentais espalhados pelo território nacional. Paralelamente ao início das operações da RNP, surgiu uma organização não-governamental (ONG), chamada Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que se tornaria a primeira instituição brasileira fora do ambiente acadêmico a utilizar a Internet através do Alternex, um servidor de correio eletrônico e grupos de discussão conectado à rede, em 18 de julho de 1989. O grande teste do Alternex ocorreu em 1992, durante a conferência internacional ECO-92, no qual foi montado um sistema de veiculação de informações eletrônicas para acompanhar o andamento dos debates. A Web, finalmente, ganhava o Brasil (VIEIRA, 2003, p. 8).

assim como a capacitação de profissionais e a proteção jurídica dos bens criados através da tecnologia a fim de garantir acesso universal.

O uso comercial da internet facilitou a interação das empresas, garantindo um laço maior com a globalização; entretanto, embora seus objetivos iniciais fossem os de disseminação do conhecimento, sua exploração comercial gerou um quadro em que o uso dessa ferramenta ocorreu sem maiores referências normativas, numa primeira concepção. No Brasil, a internet chegou em meados dos anos 1990; todavia, sua regulamentação só ocorreu em 2014, através do Marco Civil da Internet, muito embora políticas públicas sobre o tema já estivessem em implantação antes mesmo de sua regulamentação.

A regulamentação da internet é, na atualidade, um dos temas mais polêmicos e complexos, envolvendo governos, sociedade civil, comunidades de internet e setores da iniciativa privada na elaboração de princípios, normas, regras e procedimentos decisórios para a regulamentação de ações que podem ou não ser feitas na rede. Trata-se de um campo de grande disputa, reunindo atores com os mais diversos interesses e posicionamentos sobre como a internet deve funcionar e se ela deverá permanecer com a arquitetura livre, colaborativa e com garantia para a liberdade de expressão (SEGURADO, 2015, p. 18).

Na recente aprovação do Marco Civil da Internet, muitas forças permearam as discussões sobre a regulamentação da internet no Brasil, sendo que muitas propostas tramitavam no Congresso Nacional, mas poucas matérias relacionadas às novas tecnologias avançaram ou conseguiram aprovação. Cabe ressaltar a criação da Lei 12.737 que trouxe alterações no código penal e teve como motivação, aos políticos, a invasão do dispositivo informático da atriz Carolina Dieckman, gerando a aprovação de uma lei federal sobre a matéria. Diante do contexto apresentado, a regulação da internet, através da criação de um marco regulatório, ajuda a construir políticas públicas legitimadas em um instrumento jurídico moderno e com um viés pautado pela diminuição da desigualdade digital. Os próximos capítulos consistem no processo de regulamentação da internet e sua fragilidade em ambientes tecnodependentes.

### 3.2 A CRIAÇÃO DO MARCO CIVIL DA INTERNET

O estopim sobre a criação de um instrumento regulatório da internet no Brasil teve origem na divulgação de documentos em 2013, pelo site WikiLeaks, contendo espionagem do governo americano aos celulares e e-mails de políticos vinculados à Presidência da República, bem como a própria presidenta.



A agência de segurança americana (NSA) teve relatórios divulgados por Edward Joseph Snowden no mês de junho de 2013 e trouxe à tona vários documentos de espionagem americana a líderes mundiais. A partir de então, a tramitação do Projeto de Lei nº. 2126/11, que culminou com a Lei 12.965, recebeu regime de urgência no congresso nacional em 10/09/2013<sup>12</sup>. No entanto, a aprovação de uma regulamentação da Internet no Brasil é simbólica, visto que o grande fluxo de informações atuais passa por servidores estrangeiros, principalmente, americanos e europeus.

O discurso imposto pelo Marco Civil da Internet, no campo da soberania, demonstra que existe uma subordinação entre os que detêm a técnica e os que se sujeitam a ela; todavia, o ato de criação de um marco regulatório tenta gerar uma resistência simbólica aos atos de espionagem pretéritos e futuros, restabelecendo uma legitimidade que havia se perdido em razão da inexistência de uma legislação sobre o tema. Assim, ao discutir a matéria em Cortes ou Organizações Internacionais, a mesma é embasada por uma legitimação através de conteúdo jurídico.

Muitos temas foram abordados durante a tramitação do Marco Civil da Internet, principalmente, nas audiências públicas que ocorreram durante a tramitação do projeto de lei. Algumas matérias tiveram sua regulamentação postergada ou excluída do projeto de lei, mas havia uma necessidade de resposta imediata aos constantes atos de espionagem pela NSA.

As discussões sobre o Marco Civil da Internet tiveram inúmeras participações e por diversos canais, sendo o principal deles o blog - <http://culturadigital.br/marcocivil/> - que foi disponibilizado pelo governo federal para a interação das discussões, assim como a disponibilização de informações necessárias para o debate, tais como: a consulta do Itamaraty às embaixadas para que fornecessem informações das regulamentações da internet nos países consultados; e-mail de órgãos ou movimentos sociais. Na mesma época, inúmeros segmentos implementaram lobby no Congresso Nacional para suprimir ou aprovar determinadas matérias, pois o poder burocrático centralizado não significa, naturalmente, que o governo faça à sua maneira.

---

<sup>12</sup> O texto da mensagem de urgência: “Senhores Membros do Congresso Nacional, Dirijo-me a Vossas Excelências para solicitar seja atribuído o regime de urgência, de acordo com os termos do §1º do art. 64 da Constituição, ao projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados com o nº. 2.126, de 2011, que ‘Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil’, encaminhado ao Congresso Nacional com a mensagem nº. 326, de 2011. Brasília, 10 de setembro de 2013. Dilma Rousseff”.

Poderosos lobbies participaram para afetar o curso da discussão na esfera pública. Nesse contexto, as discussões que corriam em espaços comuns tópicos projetam demandas em um “espaço comum metatópico”, segundo Taylor (2000, p. 296).

As discussões ventiladas na criação do Marco Civil da Internet apresentaram um grande debate de temas relacionados ao ambiente digital; contudo, alguns não conseguiram inserção no texto legal, como, por exemplo, a propriedade intelectual nas plataformas digitais. Outros temas, por seu turno, ganharam agenda na discussão e na Lei, tais como pornografia da vingança, inclusão digital, educação digital, etc. Todas estas questões estão relacionadas diretamente ao objeto de pesquisa, uma vez que o tráfego de dados, conteúdo e o nível de acesso afetam a qualidade da internet e a interação do indivíduo com a ferramenta, seja pela necessidade de compartilhar os dados ou manter-se no anonimato.

### 3.3 OS LAÇOS DIGITAIS DA SOCIEDADE PÓS-MODERNA: A PRIVACIDADE NO MARCO CIVIL DA INTERNET

Com o advento da televisão e, mais recentemente, da internet, os fatos parecem estar mais próximos da memória coletiva à história; no entanto, em ambos, não podemos deixar de manter os fatos pretéritos mais presentes como uma forma de ligação, ou seja, nossas memórias não são feitas apenas por aquilo que presenciamos, mas também pelo depoimento vivo de quem presenciou ou compreendeu determinado fato.

A diferença entre história e memória coletiva, nos ensinamentos de Halbwachs (1990), é de que a história entre um período e outro tem uma renovação, com perspectivas diferentes em razão de uma nova forma, mas nenhuma riqueza de detalhe poderá ser esquecida ou apagada.

A memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É na corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição ela não ultrapassa os limites deste grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo tipo que esquece uma parte de seu passado há, na realidade, dois grupos que se sucedem. A história divide a sequência dos séculos em períodos, como se distribui o conteúdo de uma tragédia em vários atos. Porém, enquanto que numa peça, de um ato para outro, a mesma ação prossegue com os mesmos personagens, que permanecem até o desenlace de acordo com seus papéis, e cujos sentimentos e paixões progredem num movimento ininterrupto, na história se tem a impressão de que, de um período a outro, tudo é renovado, interesses

em jogo, orientação dos espíritos, maneiras de ver os homens e os acontecimentos, tradições também e perspectivas para o futuro, e que se, aparentemente reaparecem os mesmos grupos, é porque as divisões exteriores, que resultam dos lugares, dos nomes, e também da natureza geral das sociedades, subsistem. Mas os conjuntos de homens que constituem um mesmo grupo em dois períodos sucessivos são como duas barras em contato por suas extremidades opostas, mas que não se juntam de outro modo, e não formam realmente um mesmo corpo. (HALBWACHS, 1990).

As novas ferramentas tecnológicas trouxeram inúmeras complexidades à vida cotidiana dos indivíduos e, não obstante, se transportam para o pós-morte através da memória digital. Com o advento de novas mídias digitais e modalidades de armazenamentos propícios a perpetuidade das vidas após o encerramento do ciclo mundano, novos problemas surgem perante esta complexidade, seja pelo excesso de visibilidade ou pela busca do anonimato. Desta forma, a tecnologia exerce papel importante na realização de mudanças econômicas e sociais.

A tutela jurídica que abarca a proteção da privacidade não consegue atualização frente as novas tecnologias e, mesmo que conseguisse, não daria conta da complexidade da privacidade posta em nossa sociedade pós-moderna, uma vez que cada indivíduo tem um limite sobre excesso ou não da sua vida privada. A história da internet é curta e farta de episódios produzidos através da rapidez informacional, ausência de mecanismos eficientes de censura, poder descentralizado e mobilização. Nesse sentido, inúmeras revoluções iniciaram sua base no ambiente tecnológico com reflexos imediatos na vida das pessoas: Primavera Árabe de 2011, Candidatura de Barack Obama em 2008, Movimento do Passe-livre em 2013, entre outros. A transferência para o mundo virtual (on-line) das demandas físicas (off-line) ou vice-versa transformam a otimização dos processos políticos ordinários (defesa de causas, mobilização, arregimentação de militantes e simpatizantes, etc.) e demonstra que não existem mecanismos de proteção da privacidade na plenitude (JUNGBLUT, 2015, p. 14).

A comunicação que foi mediada pelo computador passa a ser fomentada cada vez mais através de *smartphones* e *tablets* e não guarda continuidade em relação a qualquer base geográfica fundamental. Muito embora a informação esteja presa à rede, ela não está mais em apenas um local físico, mas em inúmeros ambientes digitais estabelecidos em servidores e dispositivos móveis com características de intercâmbio e substituíveis sem a perda dos dados e a circulação da informação (RAMOS, 2015).

A partir dessa perspectiva da interconexão e da perda de um local único dos dados é estabelecido o termo nuvem (*cloud computing*), que deriva da forma de utilizar a internet para acessar dados de qualquer dispositivo móvel ou fixo sem limitação temporal.

A possibilidade de armazenamento e processamento de dados em um servidor na web, através dos serviços oferecidos pela Computação em Nuvem, permite que uma grande diversidade de dispositivos (*tablets*, celulares, *notebooks* e *desktops*), possam acessar e executar esses recursos, sendo necessário somente o acesso à internet e um mecanismo padronizado, que por sua vez pode ser um navegador que necessita poucos recursos computacionais. A computação em nuvem pode ser considerada a transformação dos sistemas computacionais físicos em sistemas virtuais que poderão ser acessados de qualquer lugar, tornando assim a internet o centro da base de dados do mundo, permitindo novas possibilidades com grande capacidade de processamento sem a necessidade de altos investimentos em infraestrutura. (VANDRESEN; MAGALHÃES, 2013, p. 1)

Dentro desse contexto da interconexão e da circulação da informação, inúmeras situações surgem, mas a pornografia da vingança recebe uma atenção especial da sociedade moderna e do legislador brasileiro no Marco Civil da Internet. A internet e outras tecnologias não acabaram com a privacidade, mas estabeleceram outras definições e limites. Assim, a discussão estabelecida hoje poderá ser totalmente diferente nos próximos anos com o surgimento de novas ferramentas e formas de conexão, sendo a tecnologia plástica, móvel, maleável e potencialmente reestruturada para criar outras coisas diferentes. A privacidade não é compreendida como a ausência de conhecimento sobre o outro, mas sim o controle exercido sobre essas informações e dados pessoais (LEONARDI, 2012).

O debate apresentado pela construção do projeto de Lei do Marco Civil da Internet trouxe inúmeras questões relacionadas à vida digital, assim como formas de manutenção desse ambiente novo e que vem sendo explorado cada vez mais com a finalidade de proporcionar a criação de redes entre os indivíduos. A chegada da internet nos dispositivos móveis migrou o fluxo de dados e informações de um lugar fixo para um ambiente novo e ainda em fase exploratória e inúmeros exemplos podem ser citados, tais como o Uber, o Tinder, o WhatsApp, o AirBnb, etc.

A pornografia da vingança (*revenge porn*) trouxe para debate algumas situações violentas, principalmente de mulheres. Fotos, vídeos ou outros materiais contendo nudez ou atos sexuais de caráter privado eram livremente divulgados na internet e, para sua retirada, dependiam de autorização judicial específica, facilitando

o compartilhamento e a divulgação do material uma vez que todo esse procedimento jurídico é burocrático e desencorajador à vítima.

Baseado na teoria dos círculos concêntricos<sup>13</sup>, a intimidade representa o círculo mais oculto das esferas da privacidade e deve ser protegido de plano, uma vez que entre a lacuna entre o judiciário e a disseminação desses arquivos na rede inviabilizaria qualquer possibilidade de diminuição de danos. Assim, a legislação beneficia a retirada imediata do material sem intervenção do sistema judiciário, conforme art. 21<sup>14</sup> do Marco Civil da Internet (Lei nº. 12965).

### 3.4 A EMERGÊNCIA DA INTERNET

O advento das tecnologias demonstra, também, que a sociedade está vivenciando uma revolução baseada na informação, sendo que o domínio e a geração de riquezas passam pelo acesso à informação. A construção da arena pública para uso das ferramentas informáticas se tornou um bem com muitas disputas. Desta forma, um porteiro da informação pode manipular a opinião pública e impedir o desenvolvimento tecnológico (CLELAND, 2012).

Outra questão relacionada à vida digital é a exclusão, que não se dá somente pela ausência de acesso a computadores e à internet, mas, também, pelos recursos adicionais que permitem o uso da tecnologia. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define a exclusão digital como um “fosso entre indivíduos, empreendimentos e áreas geográficas de diferentes níveis socioeconômicos em relação às suas oportunidades de acesso às tecnologias da informação e internet” (OCDE, 2001).

---

<sup>13</sup> Nas palavras de Di Fiori (2012), “dentre os estudos feitos sobre a correlação entre vida privada e suas esferas está a chamada ‘teoria dos círculos concêntricos da esfera da vida privada’ ou ‘teoria das esferas da personalidade’, que ganhou relevo na doutrina alemã, a partir de 1953, com Heinrich Hubmann. Ele dividiu a esfera da vida privada do ser humano em 3 círculos, de acordo com sua densidade, sendo que a esfera externa seria a privacidade, a intermediária alocaria o segredo e a esfera mais interna seria o plano da intimidade. Esta corrente foi trazida ao Brasil por Elimar Szaniawski e é adotada pela doutrina minoritária, a exemplo de Cristiano Chaves de Farias..

<sup>14</sup> Art. 21. O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo. Parágrafo único. A notificação prevista no caput deverá conter, sob pena de nulidade, elementos que permitam a identificação específica do material apontado como violador da intimidade do participante e a verificação da legitimidade para apresentação do pedido.

A promoção de acesso à internet, como política pública, não basta, pois existem outras formas de manter a desigualdade digital, mesmo com a facilidade de acesso, uma vez que a velocidade de conexão e o acesso aos conteúdos são grandes entraves na neutralidade de rede. Ademais, a inclusão sociodigital pode ser uma forma de garantir a formação do indivíduo para, num contexto de inclusão digital, exercer a cidadania de forma mais ampla, pois fomenta a interação dos indivíduos e seu acesso a outros posicionamentos. Nesse sentido, os locais de formação e implementação das políticas públicas não podem servir à criação de consumidores, mas à discussão sobre a tecnologia num sentido mais amplo. Diante do contexto de desenvolvimento tecnológico da sociedade atual, muitas tecnologias surgem, desaparecem ou, até mesmo, são absorvidas por novas tecnologias, sendo que o avanço não pode ser mediado por poucas ferramentas ou pela hegemonia de apenas um modelo ou paradigma. A pluralização se faz necessária para evitar a tecnodependência (GARDNER; DAVIS, 2014).

Nuestra teoría es que los jóvenes de ahora no solo crecen rodeados de aplicaciones, sino que además han llegado a entender el mundo como un conjunto de aplicaciones, a ver sus vidas como una serie de aplicaciones ordenadas o quizás, en muchos casos, como una única aplicación que se prolonga en el tiempo y que les acompaña de *lacuna a la tumba* (hemos llamado <<superapp>> a esta aplicación global) (GARDNER; DAVIS, 2014, p. 21).

A expressão de *lacuna a la tumba* significa, em português, “do berço ao túmulo” e demonstra que a tecnologia abrange todas as fases da nossa vida, ou seja, a tecnologia está imersa no nosso cotidiano. Assim como a TV atraiu as pessoas para dentro das casas e passou a disseminar a informação, a internet passou a ser um bem poderoso e cobiçado (SILVEIRA, 2003).

Enquanto alguns teóricos consideram que o mundo passou a ser dividido entre “norte” e “sul” (SANTOS, 2007), tornando-se cada vez menos saliente a divisão entre países “em desenvolvimento” e “desenvolvidos”, percebe-se que o problema é ainda mais radical quando são considerados os países que nem adquiriram o grau de “em desenvolvimento”. Para essas nações, a tecnologia será tão logo um meio de aprisionamento dos sujeitos, sem que se pense no uso racional deste controle. A violência exercida mediante a dominação de espaços públicos, por exemplo, a governança da internet (administração da internet), nada mais é que o modelo de exclusão radical descrito por Santos (2007) que, no contexto digital, produz um liame

fraco mas dependente entre colônia e colonizado, comprovando que o ciclo colonial está passando por uma nova abordagem.

Essa autonomização digital significa, para além de possuir domínio sobre aplicativos, domínio sobre sistemas de navegação, domínio sobre redes sociais e *upload* ou *download* de informações, também consciência dos perigos que correm ao pertencer a essa rede – invisíveis, mas nem tanto – de colaboradores digitais, sabendo distinguir em especial o nível cada vez menor de efetiva liberdade que existe na transmissão generalizada de informações.

A utilização de mecanismos de controle de apropriação de riquezas pela informação é atual e notória, sendo que o sistema de propriedade intelectual é o mais abrangente e seguro meio de transferência de riqueza aos países ricos que, a meu ver, impõem a necessidade da utilização de tecnologia aos países “em desenvolvimento”, através de suas patentes, marcas, *know how*.

Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. Conforme já vimos, as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas das informações (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle (SANTOS, 2001, p. 38-39).

A soberania dos países deixou de ser absoluta e passou a ser relativa, pois o capital internacional passou a subordiná-la em seus modos de regulação (HARVEY, 1993).

### 3.5 A GERAÇÃO APP

Os novos meios digitais estão moldando a forma de consumo e, aos poucos, as pessoas estão sendo preparadas para os novos produtos lançados no mercado de consumo, sem perceber que já estão assimiladas às novas tecnologias agregadas aos produtos e serviços. O surgimento da multidiversidade agrega ao mercado de consumo novos tipos de consumidores, além de criar o predomínio do mercado e da mídia, através do conhecimento e da informação (YÚDICE, 2004). A morte, que sempre foi um tabu na sociedade, passará a ser discutida de forma natural, pois

deixaremos além de nossos bens materiais, a herança digital e, para tanto, o acontecimento da morte que era algo imprevisível passa a ser planejada a todo momento.

Com o advento da informática e suas inovações tecnológicas, a informação passa a ser um bem cobiçado como forma de dominação e controle da circulação de conteúdo, assim como afeta a orientação ética e a identidade dos usuários mais jovens, assim chamados de geração APP (GARDNER, 2014, p. 11).

A tecnologia televisiva atraiu as pessoas para dentro da casa e passou a descortinar desejos adormecidos ou escondidos. Também constituiu um poderoso instrumento de informação e de disputa ideológica na sociedade. Grupos econômicos e políticos logo buscaram dominar seus conteúdos e seus canais de transmissão.

O resultado de uma nova revolução tecnológica em geral só fica evidente quando esta já se alastrou, reconfigurando a sociedade. Observando a história e os debates entre intelectuais da atualidade, é possível afirmar que estamos vivendo uma revolução tecnológica que produzirá efeitos tão devastadores quanto a primeira e a segunda revoluções industriais. Como em todas as anteriores, o alerta do sociólogo Manuel Castells é válido: os grupos sociais em disputa tentam usar o poder da tecnologia “para servir à tecnologia do poder” (SILVEIRA, 2005, p. 8).

O advento das tecnologias demonstra que a sociedade está vivenciando uma revolução baseada na informação, sendo que o domínio e a geração de riquezas passam pelo acesso à informação e a construção do público que utiliza as ferramentas informáticas. Os buscadores de dados na internet são exemplos clássicos de controle da informação e disseminação do conhecimento. O Google, empresa que oscila entre a primeira e segunda posição de mais valiosa do mundo, controla o conteúdo exibido ao consumidor através de ranking de acessos e link patrocinado, dominando 90% das buscas realizadas na internet. Além do mais, o motor de busca age conforme seu algoritmo (programação) e pode rebaixar, destacar ou até mesmo bloquear as informações.

O Googleplex – sede do Google – é a cidade da economia digital e dita os rumos das buscas na internet em todo o mundo, salvo algumas exceções de países que seu poder não prosperou – como, por exemplo, a China. Assim como a cidade das esmeraldas criada por Frank Baun no livro *O maravilhoso mágico de OZ*, a sede da empresa é referência em sua área de tecnologia e concentra um grande poder (CLELAND, 2012).



O consumidor acredita que tem a possibilidade de decidir sobre a informação que vai receber, mas tudo que é exibido durante a busca na internet é manipulado por algoritmos, sendo que, nesse momento, o consumo será construído não como quer o consumidor, mas como o mercado o quer construir.

O Google compreende que quem quer que controle os serviços de busca, compartilhamento de vídeos e serviços baseados em localização controlará a internet. A busca é o índice; o vídeo é a linguagem universal. E a localização é o contexto. E o Google já domina todos os três (CLELAND, 2012, p. 18). E, na medida em que nossos computadores estão ocupados fazendo escolhas discretas sobre o que é, até certo grau, o não discreto e sutil mundo em que vivemos, muitos de nós estamos também ocupados – dando espaços aos computadores vivendo e definindo a nós mesmos nos seus termos. Nós estamos fazendo escolhas não porque queremos, mas porque os nossos programas assim o exigem. (RUSHKOFF, 2012, p.55)

A geração APP – nativa digital – demonstra poucos mecanismos de emancipação tecnológica, sendo dependente das tecnologias disponibilizadas e não discutem a sua utilidade e a forma de controle da informação. Os mercados financeiros estão cada vez mais voláteis e movidos à informação, tornando-se um estilo de vida (CASTELLS, 2003, p. 77). A expressão “informação é o poder” é mais relevante hoje do que já foi em tempos passados, pois designa como a sociedade atual é criada através da informação. Com o advento da internet, surge uma nova economia baseada em negócio de eletrônicos, onde a produtividade e a competitividade das empresas passam a ser realizadas, também, neste ambiente, assim denominada empresa de rede.

Em primeiro lugar, há um processo de crescente globalização e interdependência entre mercados financeiros. Embora as regulamentações nacionais ainda importem (de fato, diferenças em ambientes regulatórios propiciam oportunidades para especulação), a capacidade do capital de fluir para títulos e moedas e abandoná-los através dos mercados, bem como a natureza híbrida dos derivados financeiros, muitas vezes compostos de títulos de diversas origens, estão entrelaçando os mercados num ritmo acelerado. Essa interdependência financeira é tecnologicamente viabilizada por uma rede de redes de computadores que assegura a capacidade transacionar e decidir globalmente em tempo real (CASTELLS, 2003, p. 70).

A tecnologia apresentada pelas empresas e pelos mercados globalizados formam o consumidor através da neuroplasticidade, ou seja, o nosso cérebro muda dependendo do que fazemos: um cérebro que aprende com o computador estrutura-se de maneira diferente do que um cérebro que aprende com livro (RUSHKOFF, 2012).

### 3.5.1 A configuração das gerações e o enquadramento da geração APP

Inúmeras são as formas de caracterização das gerações e o tempo de duração. Assim como Matusalém<sup>15</sup>, personagem com maior longevidade da Bíblia, que pode ter passado por apenas uma geração ou por várias ao viver por quase mil anos, a definição de geração pode ser realizada de várias formas, como a biológica, a histórica, a bíblica ou a sociológica. Quando descrevemos nossa ancestralidade e trabalhamos com a árvore genealógica, estamos descrevendo nossa geração biológica; contudo, quando historiadores e sociólogos passam a estudá-las dentro do seu contexto de estudo, as gerações passam a ter um outro sentido e duração.

En esta obra, afirmamos que las tecnologías digitales han dotado de un significado nuevo al concepto de generación: un significado cuyas implicaciones puen abarcar tanto la duración de la generación como el modo em que se ve afecta su conciencia. Para ser concretos, la aparición de la tecnología digital em general (y de las aplicaciones em particular) ha dado lugar a una generación única: forjada por la tecnología, com una conciencia fundamentalmente distinta a la de sus predecesores y, solo quizá, predecesora de una serie de generaciones aún mas cortas y definidas por la tecnología. (GARDNER; DAVIS, 2014, p. 49)

Dentro do contexto trazido para estudo, a caracterização da geração será aquela definida como geração APP, ou seja, aqueles que nasceram nativos digitais e imersos na tecnologia, mais precisamente, aqueles que nasceram a partir de 1995 e que passam a ser consumidores e a moldar o consumo de seus ancestrais (pais, avós, tios, etc.).

A Administração utiliza conceitos próximos para definir as atuais gerações, separando-as da seguinte forma: “Belle Époque”, “Baby Boomers”, “x”, “y” e “z”. Belle Époque corresponde as pessoas nascidas entre 1920 e 1940, onde a depressão econômica pós-guerra predominava e gerava um fluxo imigratório grande em busca de novas perspectivas econômicas, onde o respeito ao trabalho, regras e as autoridades eram incontestáveis e, até mesmo, o casamento era incontestável. A próxima geração que surge é a *baby boomers* e inicia após a Segunda Guerra Mundial e vai até 1960, em uma época marcada pelo grande número de nascimentos de crianças. Nesses anos, a organização familiar e laborativa era incontestável e

---

<sup>15</sup> Gênesis 5:21-2721 E viveu Enoque sessenta e cinco anos, e gerou a Matusalém. 22 E andou Enoque com Deus, depois que gerou a Matusalém, trezentos anos, e gerou filhos e filhas. 23 E foram todos os dias de Enoque trezentos e sessenta e cinco anos. 24 E andou Enoque com Deus; e não apareceu mais, porquanto Deus para si o tomou. 25 E viveu Matusalém cento e oitenta e sete anos, e gerou a Lameque. 26 E viveu Matusalém, depois que gerou a Lameque, setecentos e oitenta e dois anos, e gerou filhos e filhas. 27 E foram todos os dias de Matusalém novecentos e sessenta e nove anos, e morreu.

contestá-la tinha como pena duras punições, seja pelo chefe, seja pelos pais. Os valores eram disciplina, ordem e obediência.

No início dos anos 60, a geração *baby boomers* chegava na fase adulta. Naquela época os casamentos entre os jovens eram a regra; ou seja, os jovens constituíam família ainda na adolescência. Seus filhos passam a ser designados de geração “x” e essa se estende até o final da década de 70. Esta geração passa a rebelar-se contra tudo aquilo que foi paradigma e passa a contestar estas regras estabelecidas. O nome “x” surge da morte do grande líder negro estadunidense Malcolm x, que se opôs a política de guerra estabelecida pelos EUA. No Brasil, muitos movimentos começaram a criticar a ideologia política estabelecida e a fomentar movimentos sociais e políticos contra o paradigma estabelecido (ditadura). A TV passa a ser um bem central e fomenta discussões e questionamentos, assim como para manipular a informação. (OLIVEIRA, 2010).

Os filhos da geração “x” agora são designados geração “y” e nasceram, aproximadamente, entre 1980 e 1999, ainda distantes da imersão na tecnologia, mas com um grande diferencial: a absorção da tecnologia durante a adolescência, com reflexo acentuado no comportamento. O batismo dessa geração se deve ao fato que a união Soviética exercia domínio sobre um vasto território e determinava a primeira letra do nome das crianças, sendo que a principal delas era o “y”. Os jovens da geração “y” nasceram de famílias estruturadas; contudo, dentro de um modelo mais flexível (OLIVEIRA, 2011).

A geração y é a mais conectada da história da humanidade e sabe usufruir de toda tecnologia para obter relacionamentos mais numerosos e intensos. Não se trata de estabelecer comparação entre relacionamentos profundos ou superficiais, mas sim de amplitude. O mundo para esses jovens é muito menor (OLIVEIRA, 2010, p. 67).

Sociólogos, psicólogos e outros educadores fazem constantemente afirmações discriminatórias sobre determinados comportamentos observados na Geração Y. Justificam seus julgamentos, utilizam exemplos extremos e negativos para, de alguma forma, profetizar a decadência da juventude, o fim dos valores e dos princípios, a morte da virtude nas novas gerações. Esse equívoco já foi cometido por nossos pais, e nós estamos repetindo o erro (OLIVEIRA, 2011, p. 74).

Assim como os jovens da geração x não conheceram os lares sem energia elétrica, geladeira e televisão, os da geração y não conseguem conceber o mundo sem computadores, celulares e internet (OLIVEIRA, 2010, p. 106).

Para contextualizar o raciocínio desenvolvido no trabalho, a geração nascida imersa na tecnologia – nativos digitais – serão designados como geração APP. Os jovens de hoje não só vivem rodeados de aplicativos (APPs), como também passam

a entender o mundo como um conjunto de aplicativos ou, muitas vezes, como uma aplicação única que se prolonga no tempo. A expressão utilizada “de la cuna a la tumba” faz referência a presença da tecnologia na vida dos jovens desde o nascimento até a morte (GARDNER; DAVIS, 2014).

As definições das gerações no século passado foram definidas por diversos conceitos, tais como: militares (guerras mundiais), políticos (ditaduras), econômicos (crises mundiais). As gerações, atualmente, passarão a ser definidas pela longevidade de uma tecnologia ou inovação tecnológica, uma vez que o desenvolvimento da identidade dos jovens e sua formação de conteúdo passarão a ser moldadas pelos meios tecnológicos e pelo consumo (absorção da tecnologia).

Debemos muchos de los grandes logros de la humanidad a la tecnología desarrollada por el ser humano, como por ejemplo los rejotes, la rueda, la máquina de vapor o los cohetes espaciales. Del mismo modo, buena parte de nuestros logros más aterradores también se derivan de tecnologías concebidas por el ser humano como el arco y la flecha, la escopeta, las armas nucleares, los cohetes espaciales (de nuevo) o, más recientemente, los drones con los que cada vez se libran más batallas en lugares remotos (GARDNER; DAVIS, 2014, p. 29-30).

As definições das gerações através das tecnologias criarão gerações breves., Em 1958, apenas cinco servidores seriam suficientes para o processamento de dados necessários à época;, atualmente, a internet passou de 16 milhões de usuários em 1995 para quase 3 bilhões de usuários em 2014, sendo decisiva esta ferramenta para as interações dos usuários e suas ferramentas tecnológicas. Através das tecnologias, a formação das identidades passa a ser alterada e terá consequências na construção das identidades dos jovens, podendo ser criada uma identidade pré-fabricada, assim como o consumo passará a ser pré-fabricado, moldando o consumidor para novas tecnologias.

O crescimento do individualismo entre as pessoas é uma grande característica da geração APP. Os programas televisivos são provas reais do individualismo (Ídolos, The voice, Astro), ao contrário de décadas passadas, onde os programas de TV possuíam uma vinculação menos individualista. No mesmo compasso, pesquisas realizadas por psicólogos nos EUA apresentaram que em 1980 apenas 18% dos jovens apresentam sinais de narcisismo e, no início do século XXI, 30% apresentam estes sinais. O próprio perfil do Facebook é um exemplo do individualismo das pessoas, ao invés da coletividade. Ademais, muitos jovens buscam seus modelos de

referência em programas e pessoas famosas ao invés de buscar em suas famílias ou comunidades (GARDNER; DAVIS, 2014).

### 3.5.2 A perversidade da informação

Assim como muitos autores defendem a globalização, Milton Santos (2001, p. 48) destaca sua perversidade e a modelação do consumidor antes da apresentação de novos produtos e serviços: “As empresas hegemônicas produzem o consumidor antes dos produtos.” A informação é um bem cobiçado e pode ser utilizada como forma de domínio. Contudo, sua finalidade não é essa, mas sim a descentralização do conhecimento e a facilidade de acesso à ela (SANTOS, 2001, p. 38-39).

O grande fluxo de dados não cessará e a internet é a principal ferramenta no acesso à informação. O controle de conteúdo pode gerar censura prévia, assim como o bloqueio ao conteúdo poderá gerar desigualdade de acesso à informação. O futuro do consumo está sendo modelado pelas TICs e não há uma discussão sobre a preparação do indivíduo com emancipação sociodigital, pois a única preocupação é a concretização da relação consumerista.

A vida assim realizada por meio dessas técnicas é, pois, cada vez menos subordinada ao aleatório e cada vez mais exige dos homens comportamento previsíveis. Essa previsibilidade de comportamento assegura, de alguma maneira, uma visão mais racional do mundo e também dos lugares e conduz a uma organização sociotécnica do trabalho, do território e do fenômeno do poder. Daí o desencantamento progressivo do mundo. (SANTOS, 2001, p. 63).

A expressão *globalitarismo* descreve que vivemos mais que uma globalização, mas o domínio através da globalização (SANTOS, 2001). O uso da força deixou de ser a regra e passou a ser a exceção, uma vez que a tecnologia passou a mediar o conflito e a eliminá-lo. O consumo, como grande protagonista do mercado, está ávido por novos consumidores e mercados; contudo, o indivíduo deve, ao menos, possuir sua emancipação digital. Este estudo pretende apresentar a emergência da internet e seu acesso à rede através de políticas públicas; desta forma, os limites impostos às ferramentas tecnológicas pelas operadoras de telefonia – internet privada – ou pelos entes públicos – internet pública – podem prejudicar o acesso em desigual.

A soberania dos países deixou de ser absoluta e passou a ser relativa, pois o capital internacional passou a regulá-la. A geração APP é passiva diante do movimento criado de regulação de mercados e informação, sendo que os movimentos sociais estão perdendo sua força e não há uma discussão forte para contrapor a

hegemonia do capital. A indústria da cultura globalizada está alterando a formação da cidadania e, por consequência, criando a atual geração APP totalmente vinculada as suas ideologias consumeristas em detrimento dos patrimônios nacionais, o folclore e as altas artes, além da forte “americanização” dos países latinos (YÚDICE, 2004).

Por fim, a geração APP – nativa digital – e atual moderadora da tecnologia está sedimentando-se sobre uma perspectiva de clientelismo dos grandes mercados, sendo moldada como esses querem. O enfrentamento ao paradigma da informação deve ser a garantia de acesso livre a conteúdos essenciais ao desenvolvimento da sociedade. A próxima geração, ainda desconhecida, mas filha da geração APP, receberá toda a herança digital das gerações passadas e não poderá ser submissa à tecnologia, assim como querem os mercados e o capital.

#### 4 A INTERNET E SUA CAPILARIDADE COM A SOCIEDADE EM REDE

A sociedade em rede (CASTELLS, 2003) passa a utilizar a internet como sua principal ferramenta de interação, gerando novas tecnologias. Sua infusão nos vários campos das ciências sociais é recente e traz um novo campo de estudos através dos mecanismos tecnológicos dispostos à sociedade. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um marco na preocupação internacional com os direitos do indivíduo, sem considerar sua nacionalidade ou seu país de origem, e traz no seu artigo 19<sup>16</sup> as bases para atual legislação que envolve a internet – rede – e sua neutralidade.

No final do segundo milênio, vários acontecimentos começaram a modelar uma nova forma de interação social da vida humana, assim como a economia passou a manter interdependência global e a máfia passou a possuir uma nova roupagem a partir dos fluxos globais e informacionais. Todos esses acontecimentos falam uma língua universal digital com reflexos em todos os campos da sociedade, gerando redes interativas de computadores, moldando a vida e, ao mesmo passo, sendo moldados por ela. Os sistemas políticos estão mergulhados em crises de legitimidade por escândalos expostos pela mídia e redes digitais. Desta forma, precisamos levar a tecnologia<sup>17</sup> a sério para localizá-la dentro do processo de transformação no contexto social que ela ocorre e através da qual está sendo moldada (CASTELLS, 1999).

Ianni (1992) menciona que a máquina do mundo está cada vez mais num processo de mundialização. A bipolaridade anterior a década de 90 – capitalismo x socialismo – começa uma transformação para o capitalismo com o declínio do Estado-

---

<sup>16</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada pela resolução nº. 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Artigo 19 - Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

<sup>17</sup> Castells abraça o primeiro capítulo de sua obra, abordando o aspecto da revolução da tecnologia da informação e o processo de globalização, com a finalidade de tornar patente o processo atual de transformação tecnológica, que se expande exponencialmente em razão de sua capacidade de criar uma interface entre campos tecnológicos mediante linguagem digital, na qual a informação é gerada, armazenada, recuperada, trabalhada e disseminada. Estamos nos envolvendo cada vez mais nas facetas das novas tecnologias e a maneira como o autor enfoca a tecnologia deixa claro como ela de um modo geral, vem revolucionando a nossa forma de pensar e agir. A leitura da obra nos faz acreditar que o mérito desta revolução tecnológica se dá na aplicação dos conhecimentos e da informação para gerar conhecimentos e dispositivos de processamento/comunicação da informação em ciclo regenerativo - interativo, isto é, as novas tecnologias não são aplicativos, mas processos a serem desenvolvidos. Neste contexto, temos como vetor: a interatividade, gerando uma nova informação e abrindo janelas através das quais o homem pode pensar, decidir e produzir dentro do sistema de produção. Assim, a informação passa a ser considerada um processo e não apenas um elemento (PINHEIRO, 2000).

Nação através da globalização, que incorpora internacionalização das fianças e seguros comerciais, mudança da divisão internacional do trabalho, movimento migratório e competição ambiental. A função do Estado também passa por novas competências que são exigidas pela economia mundial. A globalização não é um passo acabado, mas algo que continua gerando discussão e transformação na sociedade, e de forma exponencial com o advento de novas tecnologias.

Em sentido contrário, a compreensão pela exclusão também gera discussão e debate, pois interfere diretamente no acesso à rede. Santos (2007) resume que existe “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. Aqueles que estão “deste lado da linha” são considerados existentes, relevantes e dentro da rede; já os “do outro lado da linha” apresentam uma marginalidade em relação ao outro lado, desconectados e invisíveis. Essa linha moderna não possui cor, mas separa drasticamente os “outros”. A violência é exercida pela ausência de humanidade, uma vez que seres subumanos não são considerados aptos à inclusão social.

A rede pressupõe a formação de nós que se interligam e geram novas conexões; contudo, diante do contexto de exclusão de indivíduos das redes (em sentido amplo), fortalece-se a ideia de que cada vez mais estamos excluindo aqueles que não possuem meios ou ferramentas tecnológicas capazes de manter um vínculo com a rede. Atualmente, o celular é um formador de rede através de voz e mensagens, mas o *smartphone* exponenciou as redes através da internet com a utilização de voz, mensagens, dados, internet e outras ferramentas, fato que gerou novos formatos de redes com a exclusão dos indivíduos/usuários dos telefones comuns.

#### 4.1 REDE, NEUTRALIDADE E SUA FORMAÇÃO ATRAVÉS DA INTERNET

A formação de redes não é um conceito desenvolvido em razão da tecnologia, mas foi potencializado com a disseminação da internet e suas ferramentas de interação entre os indivíduos. Antes disso, a antropologia já identificava as redes sociais estabelecidas entre indivíduos, grupos, etc. Atualmente, o ciberespaço (também chamado de rede) é a nova forma de interconexão entre máquinas e indivíduos, abarcando todo o fluxo informacional que alimenta este novo universo (LEVY, 1999).

Vivemos em diversos espaços distintos, cada um com características próprias (temporal, afetiva, linguística, etc.), de forma que podemos estar próximos num espaço e distantes em outro. Passamos parte de nosso tempo administrando e



modificando os espaços, que não são necessariamente físicos ou geométricos, mas também afetivos, estéticos, sociais e históricos. (LÉVY, 2007). A rede, no ambiente digital, sofre interferência de inúmeros fatores, sendo a plataforma de mediação de rede (ferramenta) e seu processamento de tráfego de informações os grandes limitadores da extensão da rede.

Para Castells (1999, p. 566-567),

Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação. Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaça ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada [...]. As conexões que ligam as redes representam os instrumentos privilegiados do poder. Assim, os conectores são detentores do poder. Uma vez que as redes são múltiplas, os códigos interoperacionais e as conexões entre redes tornam-se as fontes fundamentais da formação, orientação e desorientação das sociedades.

Existem inúmeras matrizes teóricas<sup>18</sup> que embasam o sistema de redes e que devem ser observadas na sua análise. Ademais, antes do estudo da rede, é necessário contextualizá-la no tempo e espaço, assim como sua abordagem. O enfoque é no sentido de delimitar as redes constituídas através da internet e sua forma de mobilizar grupos de indivíduos.

A partir dos anos 90, novas categorias de análise passam a ser pesquisadas, tais como: planetarização, sistema-mundo, sociedade mundial e sociedade dos indivíduos, processos de exclusão e inclusão social. A concepção de território<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Observa-se que há muitas matrizes teóricas que sustentam a ideia de rede. As categorias de análise são similares, mas assumem sentidos diversos conforme a teoria ou paradigma que as articulam. Assim, temos: circulação, fluxo, troca, intercâmbio de informações, compartilhamento, intensidade, extensão, colaboração, aprendizagem, inovações, diversidade de articulação, pluralismo organizacional, ação direta, institucionalidade, atuação campos cultural e político, descentralização, horizontalidade organizativa, flexibilidade, maior agilidade. O uso indiscriminado de termos novos, na busca de "ser moderno", poderá estar deixando de lado outras categorias relevantes, tais como articulações, processos, relações, etc. Esse aparente esquecimento ou pseudomodernidade esconde o abandono de paradigmas tidos como "velhos", substituindo-os por novos, que realizam outras leituras e interpretação do social e do político. Para nós, a questão é complexa e diz respeito à luta político-cultural de diferentes grupos sociais, na busca de ressignificar conceitos, representações e imagens construídas na sociedade. Assim, para alguns, rede substitui a categoria movimento social; para outros, é um dos suportes ou ferramentas dos movimentos, e, para outros ainda, a rede é uma construção que atua em outro campo, das práticas civis, sem conotações com a política, em que a ideia de "público participante" substituiu a de militante, etc. (GOHN, 2008, 447)

<sup>19</sup> O território passou a ser uma categoria ressignificada e uma das mais utilizadas para explicar as ações localizadas, mas orientada para uma nova concepção, distante da geografia tradicional, que a confundia com espaço físico. Território passa a se articular à questão dos direitos e das disputas pelos

também é alterada para abarcar os novos fluxos de informações e interações que facilitam a mobilização social, ou seja, o território é ressignificado através da nova concepção, não podendo mais ser analisado apenas pela lógica geográfica (GOHN, 2008).

A rede estabelecida na construção dessa dissertação é a rede mundial de computadores – internet – e tem como enfoque a vinculação do indivíduo com a ferramenta estudada, bem como seus reflexos nas políticas públicas e na interação entre sujeito e dispositivo. A manutenção da rede é fundamental para que o indivíduo tecnológico continue sendo recriado (FERKISS, 1969); contudo, a neutralidade da rede é base para sua continuidade.

Primeiro, a neutralidade de rede é um conceito tecnológico que garante o tratamento isonômico dos dados e dos indivíduos no ambiente virtual, independentemente do conteúdo, origem, destino, entre outras características. O termo neutralidade é cunhado através da tecnologia, mas tem vinculação direta com a sociedade e sua interação, sendo objeto de estudo pelas ciências sociais, uma vez que a quebra na isonomia de rede compromete todo o sistema social, principalmente, os movimentos sociais que utilizam a internet como meio de articulação. Alguns países limitam a utilização da rede e são alvos de críticas por organismos internacionais:

Em 2011, o governo egípcio, na tentativa de desmobilizar grandes protestos, ordenou que os provedores de Internet desligassem as rotas de BGP9 do país, desconectando 20 milhões de usuários em todo o Egito. “Para garantir a eficácia da ação, as operadoras também foram obrigadas a ‘desligar’ as linhas telefônicas de mais de 55 milhões de pessoas” (ALVES, 2011, p. 23).

Concepções de liberdade e sua percepção podem ser frustradas em razão da falta de neutralidade de rede, assim como comprometer a constante expansão e evolução da internet e todos os dispositivos que se ligam por esta ferramenta. Por fim,

---

bens econômicos, de um lado, e, de outro, pelo pertencimento ou pelas raízes culturais de um povo ou etnia. A globalização provoca a desnacionalização, e outros atores, além do antigo Estado-nação, participam da disputa pelos territórios. As novas tecnologias digitais também entram como fator de mediação para a apropriação de direitos e autoridade sobre ele (SASSEN, 2006). O território agora passa a ser visto também sob a óptica de um ativo sociofinanceiro, porque é fruto de um conjunto de condições, predominando o tipo de relações sociais e produtivas que são desenvolvidas onde ele se localiza. Classe social, raça, etnia, grupos religiosos, recursos e infraestrutura passam a ser indicadores para a análise de um território e seus conflitos. Territórios com pilares de sustentação criados a partir da diversificação da estrutura produtiva local, com uma desconcentração dessa base produtiva, tornam mais flexíveis às adaptações necessárias às mudanças exteriores, assim como o desenvolvimento de políticas de mobilização social, necessárias às novas políticas de inclusão social (GOHN, 2008, p. 445).

elas têm o efeito de garantir o acesso igualitário na rede, bem como evitar abusos do poder econômico (MELCHIOR, 2014). Os defensores da neutralidade em rede sofrem pressões de grandes grupos econômicos e geram discussões sobre a sua quebra, sendo que empresas de telecomunicações no Brasil são alvos de críticas neste sentido, uma vez que estão limitando o acesso à internet através do corte nos dispositivos móveis e garantindo acesso a apenas determinadas empresas. A Tim, por exemplo, oferece acesso ao Facebook e ao WhatsApp mesmo sem pacote de dados. Para alguns, é um modelo de negócios através da evolução da internet, mas, para outros, trata-se de uma quebra na isonomia de rede, pois gera um modelo único de acesso.

Como vimos no capítulo anterior, a neutralidade de rede foi introduzida no ordenamento jurídico pátrio através do Marco Civil da Internet<sup>20</sup> e ainda carece de discussões e decisões judiciais relevantes que balizem os conceitos do termo.

#### 4.2 EXCLUSÃO/INCLUSÃO DIGITAL E O ACESSO À REDE

Para garantir acesso à internet é necessário o estudo da inclusão/exclusão digital, pois deriva do próprio conceito de neutralidade na rede e vem sendo objeto de grande discussão com a criação do Marco Civil da Internet – Lei 12.965/2014. Como garante o artigo 27<sup>21</sup> a promoção da inclusão digital é necessária para diminuir as desigualdades oriundas do acesso à internet a partir da sua potencialidade de autonomizar o indivíduo. No mesmo texto legal, outras matérias ligadas a rede de computadores surgem para garantir um equilíbrio de acesso, tais como cultura digital, cidadania, acesso à informação, educação digital, entre outras.

Tanto para garantir o acesso e à internet (exclusão/inclusão), quanto o nível de acesso (neutralidade) são fundamentais para garantir a liberdade de informação insculpida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, garantindo a mobilização da sociedade civil e sua participação no fluxo de informações. Primeiramente, o binômio exclusão/inclusão digital, ao ser analisado de forma unitária, introduz a ética

---

<sup>20</sup> Art. 3º A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios: I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal; II - proteção da privacidade; III - proteção dos dados pessoais, na forma da lei; IV - preservação e garantia da neutralidade de rede;

<sup>21</sup> Art. 27. As iniciativas públicas de fomento à cultura digital e de promoção da internet como ferramenta social devem: I - promover a inclusão digital; II - buscar reduzir as desigualdades, sobretudo entre as diferentes regiões do País, no acesso às tecnologias da informação e comunicação e no seu uso; e III - fomentar a produção e circulação de conteúdo nacional.

e a subjetividade na análise sociológica da desigualdade. A análise deste enfoque retira do indivíduo a culpa pela exclusão e gesta subjetividades para sentir-se incluído, ou seja, a exclusão só existe em relação a inclusão, sendo um processo entre vários fatores sociais.

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. Portanto, em lugar da exclusão, o que se tem é a “dialética exclusão/inclusão” (SAWAIA, 2001: 8).

A limitação de acesso à rede de computadores, mesmo num sentido amplo, está vinculado a uma série de pontualidades: necessidade de um instrumento informático, acesso à internet, educação digital, etc. Tais aspectos reproduzem no ambiente digital a mesma exclusão/inclusão, num primeiro momento, vivenciada em outras áreas da sociedade; contudo, a chegada tardia aos mecanismos de informática cria um abismo grande entre os conectados e os não-conectados.

A mudança de foco da exclusão digital para a inclusão social baseia-se em três premissas principais: 1) a nova economia da informação e a nova sociedade de rede emergiram; 2) a TIC desempenha um papel decisivo em todos os aspectos dessa nova economia e nova sociedade; e 3) o acesso à TIC, definido de modo amplo, pode ajudar a determinar a diferença entre marginalização e inclusão nessa nova era socioeconômica (WARSCHAUER, 2006, 31).

Muitos autores partilham que a tecnologia acelera a concentração de renda e aumentam a desigualdade social, mas tais questões podem ser superadas através da própria tecnologia. A concentração de renda, na concepção de Bresser Pereira (1999), está vinculada à aceleração do processo tecnológico e ao aumento brutal da produtividade, uma vez que implica na demanda por mão de obra especializada em detrimento de demanda por trabalhadores não-especializados, ou seja, a concentração de renda está ligada a remuneração do trabalho. Muito embora a tecnologia possa ser administrada pelo Estado, esse não pode interferir nos avanços tecnológicos, uma vez que a livre iniciativa e sua neutralidade é pilar constitucional.

#### 4.3 O DIREITO NA CONSTRUÇÃO JURÍDICA DO SOFTWARE E A REDE

Nos últimos anos, várias revoluções iniciaram-se pela criação de redes, mais especificamente, redes sociais através da internet com a utilização de ferramentas que possuem conexão imediata entre os indivíduos. Manifestações como a Revolução

Jasmim, na Tunísia; no Egito; Revolução Verde, no Irã; e protestos no Brasil, numa perspectiva afastada da tecnologia, são lidas de forma a afastar as redes sociais da motivação das pessoas de saírem pelas ruas, voltando o foco para as péssimas condições de hospitais, escolas, transporte urbano. No entanto, não podemos descartar a possibilidade de que as redes sociais conectadas a internet surtiram efeitos para agrupar e mobilizar as pessoas.

A maturidade que a sociedade brasileira vem criando frente as novas ferramentas de conexão operacionaram os protestos de julho de 2013 através da criação de redes virtuais para compartilhamento de materiais, datas de protestos e realimentação de materiais criados pelos próprios manifestantes. Três princípios basearam o crescimento inicial do ciberespaço<sup>22</sup>: a interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva, desta forma, foi estabelecida a interação humana de forma desterritorializada, transversal e livre. (LÉVY, 1999, p. 127-129, apud MORAES; SANTOS, 2013).

Os movimentos sociais, em razão da globalização, partilham não só de assuntos locais, uma vez que questões, como as ambientais e armamentistas, interferem sobre outros países que não aqueles ocasionadores dos danos, sendo as novas tecnologias mediadoras do debate global e, muitas vezes, local. A interação da sociedade civil com a internet e todas as ferramentas que facilitam a mediação não substitui o Estado ou reduz o seu papel, mas se fortalece com ele (BRESSER PEREIRA, 1999). A normatização da internet pela criação de legislações acaba moldando a forma como os movimentos sociais agem nesse ambiente, dando segurança jurídica para os interlocutores do ambiente virtual, principalmente, os ciberativistas.

---

<sup>22</sup> Três princípios orientaram o crescimento inicial do ciberespaço: a interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva. Para a cibercultura, a conexão é sempre preferível ao isolamento. A conexão é um bem em si. Para além de uma física da comunicação, a interconexão constitui a humanidade em um contínuo sem fronteiras, cava um meio informacional oceânico, mergulha os seres e as coisas no mesmo banho de comunicação interativa. A interconexão tece um universal por contato. O segundo princípio da cibercultura que prolonga o primeiro é o desenvolvimento das comunidades virtuais, já que estas se apoiam na interconexão. Uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou troca, independente da proximidade geográfica e da filiação institucional. A vida de uma comunidade virtual raramente transcorre sem conflitos. A maioria das comunidades virtuais estrutura a expressão assinada de seus membros frente a leitores atentos e capazes de responder a outros leitores atentos. O apetite para as comunidades virtuais encontra um ideal de relação humana desterritorializada, transversal, livre. As comunidades virtuais são os motores, os atores, a vida diversa do universal por contato (LÉVY, 1999, p. 127-129 apud MORAES; SANTOS, 2013)

A abertura da democracia brasileira na década de 1980 e a chegada, na mesma época, das primeiras ferramentas de tecnologia no país (*software*) culminaram com a primeira lei que regulamentou a informática no Brasil – Lei 7.232/1984. Assim como a nossa atual democracia é jovem, a tecnologia também o é, e a construção de políticas públicas que garantem a inclusão digital e a criação de mecanismos que evitam a exclusão digital são pontos cruciais para evitar o atraso tecnológico do país. A sociedade civil, movimentos sociais e todos aqueles que utilizam a internet e suas ferramentas para mediação garantem o formato livre da rede e aplicam, desta forma, o espírito de liberdade cunhado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na legislação pátria.

A política nacional de informática, através da Lei nº 7232/84, garantiu pelo prazo de oito anos o controle das importações de bens e serviços de informática, gerando uma política nacional de proteção ao *software* nacional – reserva de mercado. O início da proteção do *software* era protecionista aos *softwares* nacionais, dificultando a entrada de produtos estrangeiros ao público nacional. Em 1987, surge a primeira lei do *software* no Brasil – Lei nº. 7.647/87 – deixando de lado a discussão sobre qual instituto melhor protegeria o programa de computador: direito autoral, propriedade industrial ou a criação de um direito *sui generis*, ficando escolhido o direito autoral que garante além dos direitos patrimoniais, os morais.

O tempo de proteção era de 25 anos contados do lançamento e as empresas estrangeiras só poderiam fazer o registro se não houvesse similar nacional e a alegação de similaridade deveria ser arguida pelo titular do programa nacional que se sentir lesado. Por fim, em 1998, surge a atual lei de *software* – Lei 9.609/98, que traz algumas mudanças significativas: proteção por 50 anos, registro em órgão competente, sigilo do programa, entre outras, deixando para traz a reserva de mercado imposta pelo ordenamento anterior (LUPI, 1998, p. 55). Desde então, a busca por uma legislação atualizada e que abarque os novos dilemas da tecnologia e do direito são matérias em constante debate; contudo, dentro da área jurídica, as discussões sobre privacidade e dados sensíveis<sup>23</sup> são as mais habituais.

---

<sup>23</sup> Dados sensíveis são aqueles que refletem algo íntimo do indivíduo e que possuem potencial de causarem mais danos, tais como: informações sobre religião, saúde, matéria de foro íntimo.

#### 4.4 AS REDES NA NUVEM: A PRIVACIDADE COMO MEDIADOR DE ACESSO AO OUTRO

A computação em nuvem (*cloud computing*) vem ganhando espaço e se popularizando na vida cotidiana dos indivíduos através do processamento de dados em um servidor web com o acesso remoto, através de um ou vários dispositivos móveis ou não, em tempo real, sendo necessário à nuvem o acesso à internet para garantir o tráfego de informações na rede (VANDRESEN; MAGALHÃES, 2013).

O conceito utilizado para descrever o termo nuvem é algo que se perde no ar, ou seja, no contexto proposto, a violação de privacidade ao ser deslocada para a nuvem fragiliza o seu controle perante terceiros que podem ou não compartilhar, armazenar, deletar, etc. A nuvem facilita o acesso a serviços, aplicativos, entre outras informações, ao mesmo passo que facilita a potencialização da perda de monitoramento do conteúdo relacionado ao objeto digital. Inúmeras empresas despontam na liderança de fornecimento de serviços na nuvem, como Google Drive, DropBox e MegaUpload. A infraestrutura necessária é estabelecida através do SaaS (*software* como serviço) e gera uma nova fonte de formação de riqueza usando a tecnologia. Por outro lado, algumas situações decorrem desta facilidade de compartilhamento na nuvem, em aplicativos e servidores de armazenamento de informações.

O termo computação nas nuvens surgiu durante uma palestra de Eric Schimidt, da Google, e está sendo cada vez mais utilizado nas TICs, transferindo o armazenamento para longe do equipamento e com dependência maior da internet, uma vez que necessita dessa rede para buscar os recursos informacionais. A informação perde seu caráter territorial e passa a ser hospedada em servidores espalhados por inúmeros países (BORGES et al, 2011).

O ambiente digital descrito acima apresenta a quadratura do círculo proposta por Bauman (2004), uma vez que, ao mesmo tempo que comemos o bolo, queremos conservá-lo; desfrutar dos prazeres relacionados à tecnologia, mas evitar os momentos amargos inerentes ao ambiente desconhecido; forçar uma relação a permitir sem desautorizar, possibilitar sem invadir, satisfazer sem oprimir. Assim como os relacionamentos, a privacidade oscila entre o sonho e o pesadelo e não há como determinar quando um se transforma no outro, a não ser pela própria percepção do agente que tem a intimidade violada.

Os relacionamentos e a forma de união entre os indivíduos, com o desenvolvimento tecnológico da sociedade, evolui para inúmeras complexidades de constituição, manutenção e término. Nesse sentido, os relacionamentos transformam-se atualmente em conexões, diminuindo os laços e criando redes que podem ser desconectadas com mais facilidade, gozando de mesmo status e importância entre as escolhas. As relações – paixão, amor, atração – não apresentam evento único como o nascimento ou a morte e podem ocorrer mais de uma vez, afinal, a expressão “até que a morte nos separe” foi superada pela possibilidade de deletar uma conexão e criar outra, ou até mesmo manter mais de uma. O mundo líquido moderno não está buscando solidez e durabilidade, seja nos produtos ou nos relacionamentos e, da mesma forma que descartamos um telefone obsoleto, podemos extinguir um vínculo emocional e estabelecer outros (BAUMAN, 2004).

Dito de outro modo, as conexões são criadas e desfeitas, talvez com laços cada vez mais frágeis; no entanto, surgem os rastros digitais da privacidade que podem ser utilizados como vingança entre as partes desconectadas e que não aceitam o fim da desconexão, uma vez que o conhecimento sobre o outro não é plena e abarca apenas as características apresentadas ao mundo, tanto é que inúmeros criminosos jamais apresentaram nenhum histórico de violência.

No contexto apresentado por Simmel (2009, p. 228), a definição da privacidade (segredo) é “o que não é oculto pode ser conhecido e o que não é revelado não deve ser conhecido”.

Assim como a propriedade material é uma extensão do ego - a propriedade é precisamente aquilo que obedece à vontade do possuidor, assim como o corpo é a nossa primeira "propriedade" com base nisso, toda invasão dessa posse é uma violação da personalidade; existe então uma propriedade privada espiritual cuja invasão significa uma violação do ego que está no seu centro. A discrição nada mais do que o senso de justiça com respeito a esfera dos conteúdos íntimos da vida. Naturalmente as intensidades deste senso variam em diferentes personalidades assim como o senso de honra e de propriedade pessoal têm um âmbito bem diferente quanto às pessoas no círculo imediato de alguém e com referência a pessoas estranhas ou indiferentes. No caso das relações sociais acima mencionadas no sentido estrito e que se expressam através do termo "conhecimento", nos deparamos com uma fronteira típica, além da qual talvez não se guardem segredos; com referência à qual, todavia, o que lhe for exterior, guardada a observância da discrição convencional, não se deve invadir com perguntas ou outras coisas (SIMMEL, 2009, p. 228-229)

Na divulgação do conteúdo de nudez ou atos sexuais de caráter privado, sem autorização do outro participante, demonstra que a relação estabelecida entre conhecedor e conhecido nunca toma uma única forma, uma vez que uma pessoa não



pode conhecer a outra de maneira absoluta, uma vez que formamos uma unidade de cada indivíduo através de nossas percepções fragmentadas dentre os pontos visualizados na observação. Desta forma, mentalmente formamos o caráter do outro e passamos a interagir com aquilo que sabemos, ou seja, o engano se articula com a verdade, pois, dentro desse aspecto, a verdade é construída pelo mapa mental construído sobre o outro. Aqui testamos a fragilidade dos laços e a quebra do segredo na esfera da subjetividade, uma vez que aquilo conhecido não é desconhecido. Assim, portanto, a esfera conhecida situa a verdade apresentada e dissimula e propicia o engano com o outro, de forma que a mentira nada mais é que a ocultação da verdade que detém. A privacidade lançada na nuvem ou na iminência de lançamento (arquivos armazenados) demonstra a complexidade e os limites das associações que, quanto maiores suas complexidades, maiores serão a perda do controle da informação (SIMMEL, 2009). A privacidade (segredo) produzida entre as partes numa relação, seja com conteúdo sexual ou não, goza de proteção jurídica, moral, social, econômica, no entanto, acima de todas estas categorias existe o indivíduo que pode violá-la e desprezar o outro, colocando em discussão a quebra do laço e do segredo, pois o primeiro estabelece uma conexão entre dois indivíduos ou mais e o segundo estabelece a ampliação da vida que não poderia ser produzida na publicidade, criando, desta forma, um segundo mundo que sofre as limitações do outro.

O conteúdo produzido e mantido em segredo entre as partes garante a soberania da possibilidade de agir sem moralidades e intervenções de terceiros; todavia, a revelação do segredo demonstra o poder que é dado ao detentor da informação que mantém a sensação de poder e dominação sobre o outro e não só em vida, mas também no *post mortem*, pois continua causando danos a familiares, a amigos e a um leque de pessoas e categorias que se colocam no local da parte violada, transferindo a terceiros os resultados da violação de privacidade (ou segredo). A discussão sobre a privacidade possui relação direta com a transferência do conteúdo à nuvem (ou rede sem território) e tem como fundamento o monitoramento das informações e a vulnerabilidade do indivíduo frente às novas tecnologias, uma vez que a insegurança no ambiente digital é amplamente discutida nas entrevistas do último capítulo.

#### 4.5 OS LAÇOS DA PRIVACIDADE NA VIDA ATUAL

A vida privada faz parte da sociedade contemporânea e está relacionada a conquista, primeiramente, de outros direitos básicos - tais como o direito à vida, à propriedade e à liberdade - e precisaram ser garantidos nas cartas constitucionais para construir, num segundo momento, um direito à privacidade num sentido mais amplo. A construção de um direito constitucional de proteção à vida privada se deu na Constituição Federal de 1988, principalmente no artigo 5º, incisos X, XI e XII<sup>24</sup> (SCHERKERKEWITZ, 2014, p. 124-125).

Não há uma definição inicial de privacidade, contudo, a primeira judicialização de um fato que envolvesse a vida privada ocorreu na França, no julgado do Tribunal Civil do Sena, em 16 de junho de 1858. Na ocasião, a irmã de um artista autorizou que dois pintores a desenhassem na sua fase terminal da vida. Após a pintura, seu retrato foi exposto para comercialização no comércio local, fato que gerou a apreensão do desenho e das provas fotográficas (COSTA JUNIOR, 2007)

No Brasil, o primeiro relato na jurisprudência sobre privacidade ocorreu em 1922, na sentença de Otávio Kelly sobre captura de imagens da Rainha da Beleza do Centenário da Independência, e demonstra que o direito à imagem foi violado da seguinte forma:

Registrada na doutrina como a primeira manifestação do direito à imagem no País, a referida sentença concedeu o interdito proibitório para impedir a exibição pública de fita cinematográfica, na qual se deixara fotografar, pela empresa P. Botelho & Cia, Maria José Leone (Zezé Leone), eleita “Rainha da Beleza” de 1922, ano do Centenário da Independência, “para evitar a publicidade de quaisquer atitudes ou quadros que possam afetar seus legítimos interesses de ordem moral e artística”. (CURY JUNIOR, 2006, p. 25)

A técnica criada pelo indivíduo e posta para coletividade corroe a fronteira da privacidade e trouxe à esfera pública algumas situações privadas que foram contaminadas, durante muitos séculos, pelo discurso da predominância de um gênero

---

<sup>24</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

sobre outro, de uma sexualidade por outra e inúmeras outras possibilidades complexas residentes dentro do conceito de “lar conjugal”.

Em benefício da privacidade do “lar conjugal”, mulheres foram mortas e violentadas, crianças foram escravizadas e sexualizadas; no entanto, a corrosão trazida pelas novas tecnologias trouxe à baila situações esquecidas num ambiente privado, mas que estavam intrinsecamente ligadas à esfera pública.

Os valores concebidos pela coletividade ou pela própria individualidade do sujeito frente à coletividade reclamam por tutela efetiva à privacidade, mas essa tarefa é ininterrupta e árdua, sendo que muitas vezes só acontece na solidão e despida de qualquer rastro digital. As composições e mediações dos níveis de privacidade podem ser explicados através dos círculos concêntricos estabelecidos por Simmel (2009) e seus desdobramentos na vida moderna.

A intimidade exterior, portanto, é aquela de natureza psíquica. O homem estabelece no burburinho da multidão. Ensimesmado-se em pleno tumulto coletivo. Decretando-se alheio, impenetrável às solicitações dos que o rodeiam. Presente e ausente. Rodeado e só.

A intimidade interior reveste-se de natureza física e material. O indivíduo afasta-se da multidão. Recolhe-se ao seu castelo. Desce as profundezas da sua alma e sai em busca de seu ser. Nada impede que o solitário físico venha a manter contato com a vida social, por intermédio dos meios de comunicação de que disponha. Ou mesmo trazendo para junto dele, na sua fantasia, o diálogo silente dos vivos dos mortos. (COSTA JUNIOR, 2007, p. 10-11)

O nosso desejo de mudar o outro é uma perversão da vida líquida moderna, destacando que o elo mais fraco sempre arrebenta na condição da quebra da isonomia, mesmo que subjetiva, uma vez que os habitantes deste mundo moderno detestam tudo que é sólido e durável. O sexo foi o primeiro ingrediente conhecido do *homo sapiens* que passou a definir a vida em sociedade (incesto, divisão das fêmeas, categorias de coabitação) e reproduz a grande preocupação atual sobre o vazamento de informações íntimas que restabelecem a precariedade da sociedade, onde o gênero feminino é mais violentado que o masculino. A ponte estabelecida entre a mortalidade e a imortalidade repousava nos filhos que mantinham a aquisição dos pais e perpetuava a duração das famílias e a morte sem filhos era o final da estrada de uma família, tanto é que os filhos estão entre as aquisições mais caras que podemos fazer ao longo da vida (BAUMAN, 2004).

A tecnologia saiu das residências (computador) e tomou seu espaço público (celular) e passou a mediar um limiar entre compartilhar e não compartilhar com um simples toque, fato que gera a criação de inúmeros danos apenas com um único

impulso. A invenção do celular nada mais é que o reflexo da individualidade, pois cada um possui um número e uma localização espacial única (latitude, longitude), já o seu antecessor era coletivo (telefone fixo) e o mesmo número servia para toda a família.

No entanto a proximidade virtual ostenta características que, no líquido mundo moderno, podem ser vistas, com boa razão, como vantajosas – mas que não podem ser facilmente obtidas sob as condições daquele outro tête-à-tête, não virtual. Não admira que a proximidade virtual tenha ganhado preferência e seja praticada com maior zelo e espontaneidade do que qualquer outra forma de contiguidade. A solidão por trás da porta fechada de um quarto com um telefone celular à mão pode parecer uma condição menos arriscada e mais segura do que compartilhar o terreno doméstico comum. (BAUMAN, 2004, 85)

O mesmo dedo que aceita o *match* do programa de relacionamento e que gera um conteúdo de caráter privado pode levar o fim da desconexão (relacionamento da vida moderna) aos extremos mais negativos da vida em comum - a traição de uma confiança estabelecida através de critérios conhecidos -, uma vez que não existe o conhecimento pleno sobre o outro.

A dignidade violada no vazamento de conteúdo íntimo revela que alguns indivíduos buscam a sobrevivência violando a humanidade de outros e sobrevive à morte de sua própria dignidade. O valor humano de humanidade é a garantia de viver com dignidade e respeito mútuo, não a sobrevivência a qualquer custo (BAUMAN, 2004).

Por fim, a tecnologia redefiniu os limites de uma constituição de uma nova forma de privacidade baseada na rede e no compartilhamento de informações com repercussão instantânea e com reflexos imediatos na vida dos indivíduos, seja baseado nos pontos positivos ou negativos e seus danos são, *a priori*, cada vez mais devastadores, potencializando condutas de enclausuramento, suicídio, isolamento social, etc. Existe uma grande preocupação, no ambiente digital, na forma como as informações são disponibilizadas e compartilhadas entre os indivíduos e sua rede, pois a interação do sujeito com o dispositivo e o acesso à internet pode gerar danos irreversíveis, tanto é que, nas entrevistas, serão abordados temas relacionados a formação da rede e sua segurança no ambiente virtual.

## 5 POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERNET

A agenda 21 foi elaborada durante a conferência Rio-92, no Estado do Rio de Janeiro, e estabeleceu uma agenda global com aplicações dos governos locais sobre problemas, principalmente os socioambientais (MALHEIROS et al, 2008). A finalidade da agenda 21 é repensar o curso da humanidade através de ações e políticas públicas voltadas a sustentabilidade do planeta e dos indivíduos

<sup>25</sup>, tais como combate à pobreza, mudança dos padrões de consumo, saúde humana, etc. Muito embora não exista um tópico específico sobre a Tecnologia da Informação ou sobre a desigualdade digital, a agenda é moldada de forma a incluir o surgimento e o desenvolvimento das tecnologias nos debates, pois está intrinsecamente ligada à economia e à sociedade através de múltiplos desdobramentos, entre eles a desigualdade digital.

O mapa do primeiro estudo sobre a exclusão digital no Brasil foi elaborado pela FGV, através do Censo Demográfico 2000, pois a equipe do IBGE captou dados sobre acesso à tecnologia nos domicílios da população e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2001 (NERI, 2003). Dentro das políticas sociais estudadas na pesquisa, as políticas sociais foram divididas em compensatórias (seguro-desemprego, renda mínima, previdência, cesta básica e salário mínimo) e estruturais (regularização fundiária, educação, microcréditos e inclusão digital), com 12,46% da população brasileira com acesso ao computador e 8,31% à internet, considerando a origem da população um fator decisivo no acesso à internet<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - SEÇÃO I. DIMENSÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS - CAPÍTULO 2 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA ACELERAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS INTERNAS CORRELATAS – INTRODUÇÃO 2.1. Para fazer frente aos desafios do meio ambiente e do desenvolvimento, os Estados decidiram estabelecer uma nova parceria mundial. Essa parceria compromete todos os Estados a estabelecer um diálogo permanente e construtivo, inspirado na necessidade de atingir uma economia em nível mundial mais eficiente e eqüitativa, sem perder de vista a interdependência crescente da comunidade das nações e o fato de que o desenvolvimento sustentável deve tornar-se um item prioritário na agenda da comunidade internacional. Reconhece-se que, para que essa nova parceria tenha êxito, é importante superar os confrontos e promover um clima de cooperação e solidariedade genuínos. É igualmente importante fortalecer as políticas nacionais e internacionais, bem como a cooperação multinacional, para acomodar-se às novas circunstâncias.

<sup>26</sup> Os *apartheids* racial e digital caminham de mãos dadas no Brasil, mesmo quando consideramos brancos e negros que obtiveram as mesmas condições de educação, emprego, etc. Mesmo sob a igualdade destas condições, a chance de um branco ter acesso à internet é 167% maior que a de um não branco” (NERI, 2003, p. 48).

A inclusão digital é compreendida não apenas através do acesso a TIC ou à rede, mas por inúmeras perspectivas, conforme ensina Luciano Galdino de Melo Rezende (2014, p. 2):

A inclusão digital não se resume à disponibilizar computadores para as pessoas, mas capacitá-las para utilização eficaz dos recursos tecnológicos possíveis. Para que exista uma inclusão digital não basta ter acesso a computadores conectados à internet. É extremamente necessário que estar preparados para utilização das máquinas, não somente em informática, mas com uma preparação que proporcione a utilização plena de seus recursos. O acesso às tecnologias da informação e da comunicação, que também são chamados de inclusão digital, está inteiramente relacionado, no mundo atual, aos direitos fundamentais à informação e à liberdade de opinião e expressão. A exclusão digital é também considerada uma das muitas formas de manifestação da exclusão social. Não é um acontecimento isolado ou que possa ser compreendido separadamente, pois se trata de mais um resultado das diferenças já existentes na distribuição de poder e de renda. Num momento em que empresas e governos migram informações e serviços para os meios eletrônicos, o excluído digital passa a ter dificuldade de conhecer e de exercer seus direitos de cidadão.

Segundo Pesquisa realizada pelo IDC<sup>27</sup>, que é uma empresa de consultoria na área de TI, telecomunicações e mercados de consumo em massa de tecnologia, o Brasil possui 280 milhões de linhas ativas de telefonia móvel, com um total de 128 milhões de *smartphones*, 32 milhões de notebooks e 13 milhões de *desktops* domésticos. Desta forma, fica evidente que a migração da internet para dispositivos móveis está mudando a forma como as pessoas estão se comunicando. Segundo o gráfico elaborado pelo IDC, a influência da tecnologia na vida das pessoas é alta ou média.

Analisando os dados do Censo 2000 referentes às características sociais podemos observar a um nível mais desagregado, através das Unidades de Federação. Destacamos os 5 Estados que consideramos como os “mais incluídos” e os 5 “menos incluídos”, estes critérios medidos segundo o acesso a microcomputador. O Estado que apresenta o maior grau de inclusão digital é o Distrito Federal, e o menos incluído é o Maranhão. Entre os mais incluídos temos: Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, e Paraná. Já entre os menos incluídos estão o Maranhão, Piauí, Tocantins, Acre e Alagoas. Vemos que a média educacional mais alta entre essas 10 Unidades da Federação é a do Distrito Federal: 9 anos de estudo, possui também a renda mais alta: 2255 reais em média. Este dado confirma não só a importância da educação na geração de renda, como a importância de ambas variáveis na inclusão digital. (NERI, 2003)

---

<sup>27</sup> <http://www.idclatin.com/QuISI/web/descargas/IDC-Qualcomm-QuISI-20151130-BRAZIL.pdf>

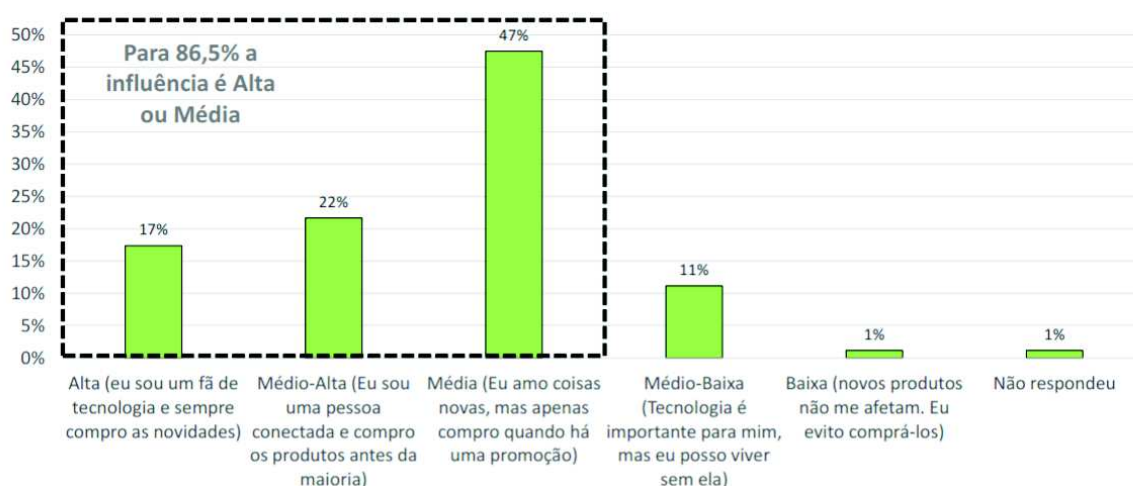


Gráfico 4: Gráfico elaborado pelo IDC sobre a influência da tecnologia na vida das pessoas no ano de 2015.

Através da consolidação de uma pauta internacional na década de 90 relacionada à “Sociedade da Informação”, o Brasil consolidou uma política nacional na mesma área no ano 2000, basicamente com o lançamento do Livro Verde – Sociedade da Informação no Brasil<sup>28</sup> (TAKAHASHI, 2000). Através da publicação da obra anterior, o Brasil passa a compreender melhor a desigualdade digital estabelecida no país, bem como os grandes empecilhos para o desenvolvimento de políticas públicas nacionais para diminuição da lacuna existente na área das TICs (BONILLA; PRETTO, 2011).

<sup>28</sup> No Brasil, Governo e sociedade devem andar juntos para assegurar a perspectiva de que seus benefícios efetivamente alcancem a todos os brasileiros. O advento da Sociedade da Informação é o fundamento de novas formas de organização e de produção em escala mundial, redefinindo a inserção dos países na sociedade internacional e no sistema econômico mundial. Tem também, como consequência, o surgimento de novas demandas dirigidas ao Poder Público no que respeita ao seu próprio funcionamento. Na era da Internet, o Governo deve promover a universalização do acesso e o uso crescente dos meios eletrônicos de informação para gerar uma administração eficiente e transparente em todos os níveis. A criação e manutenção de serviços equitativos e universais de atendimento ao cidadão contam-se entre as iniciativas prioritárias da ação pública. Ao mesmo tempo, cabe ao sistema político promover políticas de inclusão social, para que o salto tecnológico tenha paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões humana, ética e econômica. A chamada “alfabetização digital” é elemento-chave nesse quadro. Alavancar o desenvolvimento da Nova Economia em nosso país compreende acelerar a introdução dessas tecnologias no ambiente empresarial brasileiro, objetivo de um dos mais ambiciosos programas do Avança Brasil: o Programa Sociedade da Informação, que resulta de trabalho iniciado em 1996 pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Sua finalidade substantiva é lançar os alicerces de um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade. Essa iniciativa permitirá alavancar a pesquisa e a educação, bem como assegurar que a economia brasileira tenha condições de competir no mercado mundial. (TAKAHASHI, 2000, p. v)

O ano de 2003 apresentou mais de 12 milhões de usuários beneficiados com projetos relacionados à inclusão digital, demonstrando a preocupação dos governos com a nova temática apresentada, nas mais diferentes esferas, buscando um nivelamento para a desigualdade digital estabelecida no Brasil. Contudo, muitos dos principais projetos, na época, estavam alicerçados em regiões urbanas, principalmente no Sudeste. O governo federal criou o FUST<sup>29</sup> (Lei n. 9.998/2000) para gerar fluxo de caixa em fundo próprio para nivelar a universalização dos serviços de telecomunicações, sendo que 1% das receitas das operadoras de telecomunicações seriam depositados e geridos pelo FUST.

O segundo mapa da inclusão digital foi elaborado pela FGV em 2012, e demonstra que a desigualdade digital está diminuindo, além de estarmos na média mundial<sup>30</sup>; contudo, existem ilhas de prosperidade digital dentro do Brasil e lugares com acesso quase nulo à internet<sup>31</sup>. O município de Alvorada, segundo o Mapa da Exclusão Digital da FGV, em 2012, e utilizando dados de 2010, figura na posição 680º, com 44,30% dos domicílios com microcomputador (a média do Brasil é 41,11%) e na posição 1017º, com 29,37% dos domicílios em relação a microcomputadores com acesso à internet (a média do Brasil é 33,2%).

---

<sup>29</sup> Para combater a exclusão digital, os iniciais veículos utilizados pelo Governo Federal são o Programa Nacional de Informática para a Educação (Proinfo) e o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST). O Proinfo opera a partir da criação de centros de IT (NTE) com objetivo de trazer computadores e tecnologia aos estudantes. Desde que o projeto começou em 1997, 223 NTEs foram criadas, beneficiando 2.484 escolas do ensino fundamental e médio. O mais importante programa federal na luta contra a exclusão digital é o FUST. Esse foi fundado em agosto de 2000 com o propósito de suprir o acesso às novas tecnologias por meio da introdução de computadores nas salas de aula, bibliotecas, centros de saúde e museus. O objetivo foi modernizar todas as escolas com mais de 600 alunos no final de 2001 e o restante no final de 2002. O FUST é, portanto, um projeto ambicioso que instalará computadores em 12 mil escolas médias, alcançando 6,5 milhões de estudantes, 280 mil professores e 5.000 municípios. (NERI, 2003, p. 87)

<sup>30</sup> Segundo o Gallup World Poll, o Brasil, com 33% de seus habitantes na rede, é o 63º entre os 154 países mapeados pela FGV. O Brasil está exatamente em cima da média mundial de acesso à internet. O líder em 2010 é a Suécia, com 97% de conectados. Comparado aos demais Brics, superamos a África do Sul (108º) e Índia (128º), mas ficamos atrás da Rússia (46º). Não há informações para a China. (NERI, 2012, p. 16)

<sup>31</sup> Os dados municipais revelam que São Caetano do Sul, em São Paulo, é o lugar que apresenta maior acesso a computador e internet em casa (77,62% possuem computador e 74,07% estão conectados à rede). Em seguida, temos Vitória, Santos, Florianópolis e Niterói, que estão incluídos, não por coincidência, entre as cinco cidades mais classe AB do país (em ordem diversa entre elas). Em contrapartida, em São Lourenço do Piauí observamos a menor taxa de acesso a computador (0,43%). Quanto à internet, dos 20 menos, 18 municípios possuem acesso nulo (0%). (NERI, 2012, p 24)



## 5.1 A EMERGÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À INTERNET

A esfera pública conta com inúmeras discussões sobre temas relacionados à internet e sua regulamentação; no entanto, esta arena de debate global, em que os membros da sociedade civil se congregam por meio de uma variedade de meios e diversas modalidades de encontros, possibilita formular questões prioritárias e apresentar vários discursos em disputa por legitimação que, muitas vezes, não logram avanço social (TAYLOR, 2000). Nesse contexto, o ambiente virtual se tornou um bem econômico, político e social cobiçado por todos, já que todo o processamento automático de informações, das mais variadas atividades humanas, depende dele, gerando a economia da indústria da internet (CASTELLS, 2003).

Para Borges (2008), as políticas públicas de inclusão digital não pressupõem apenas o acesso a redes e a democratização do acesso à informação, mas, também, estão aliadas ao acesso à educação, ao trabalho, à saúde e ao lazer, e várias alternativas foram implementadas para erradicar a exclusão digital, tais como o acesso público à internet e os cursos de “alfabetização tecnológica”. Na mesma linha do pensamento, existem outras questões mais complexas que se deslocam em duas dimensões: as concepções e as ações no campo, sendo que ambas permeiam a reflexão da emancipação através das TIC. A grande questão é “as ações no campo da inclusão digital têm cumprido seus propósitos de emancipar os indivíduos na sociedade da informação?”.

Uma grande parcela de indivíduos está fora do complexo universo de consumo e produção de dados e são denominados de excluídos digitais, passando a estar à margem do acesso à informação. A emancipação digital é uma iniciativa contra a exclusão social e a promoção da cidadania, uma vez que exigem políticas públicas transversais, pois passam por diversas áreas do saber e de atuação, envolvendo gestão governamental e não governamental. A autonomia digital é formada pela autonomia dos sujeitos e propicia a capacidade de decidir, passando, desta forma, a portar responsabilidades diante de sua participação, estimulando participação ativa e criando uma maior capacidade de mobilização social (BORGES, 2008)

Num primeiro momento, a inclusão digital garantia apenas o acesso ao computador e, posteriormente, acesso à rede mundial de computadores. Contudo, na atual conjuntura da discussão da inclusão digital, surge uma ampliação da terminologia que passa por várias áreas do acesso, aplicações e conhecimento,

permeando as novas políticas públicas na área. As políticas públicas possuem vinculação maior através de telecentros e escolas, e chegam, atualmente, ao sinal livre de internet nos locais públicos, tais como praças, estádios, hospitais e escolas, tornando-se um bem acessível em vários níveis. A discussão sobre inclusão digital foi ampliada e não pode ser discutida como algo de fora para dentro, mas de dentro para dentro, uma vez que o acesso está sendo garantido, mas a qualidade do acesso está interferindo a nova concepção de inclusão digital. Desta forma, as políticas públicas devem ser focadas em novas vertentes da inclusão/exclusão digital.

O Estado, como fomentador de políticas públicas, não pode se eximir da responsabilidade de implementar a igualdade de acesso à internet, uma vez que esta ferramenta se tornou um bem público e acessível. A relevância do tema proposto ainda parte da centralidade que os meios digitais adquiram em processos de educação à distância, entre outras atividades, os quais têm sido fomentados pelos programas do governo federal. Ressalta-se, assim, a pertinência das questões que envolvem o acesso à rede mundial de computadores na atualidade brasileira.

As novas formas de desigualdades sociais relacionadas ao avanço da modernidade e suas tecnologias são temas amplamente discutidos e o indivíduo “tecnológico” continua sendo inventado através de novas tecnologias (FERKISS, 1969).

Não se trata de perceber a carência de pesquisas sobre as relações entre inclusão/exclusão digital, ou ainda sobre as políticas públicas voltadas à democratização da internet, mas de avaliar que a maior parte dos estudos disponíveis sobre essas realidades foram produzidos até a primeira metade dos anos 2000, tais como *A Sociedade em Rede* (1999) e *A Galáxia da Internet* (2003), de Manuel Castells; *Cibercultura* (1999) e *O que é virtual?* (1996), de Pierre Lévy; *Tecnopólio* (1994), de Neil Postman. Assim, considerando-se que o desenvolvimento desses meios técnicos é dinâmico, e que tal dinamismo incide de maneira efetiva sobre as possíveis desigualdades geradas no acesso à internet, a atualização de pesquisas sobre essas temáticas demonstram-se fundamentais à ampliação do conhecimento da área.

A citação abaixo foi extraída de uma entrevista concedida por um indígena do norte do país à BBC Brasil e demonstra a necessidade de acesso universal à internet pelos diversos segmentos da população brasileira.

"Acesso à internet por meio de uma antena que eu mesmo comprei. De todas as aldeias, só a nossa tem esse tipo de conexão. Como aqui não tem sinal de telefone, é a forma que consegui para trocar ideias e conhecer pessoas novas, como você", disse ele à BBC Brasil. A antena, conta, custou cerca de R\$ 2 mil, valor que a aldeia pagou "em parcelas mensais de R\$ 100". A realidade de Awipdavi é comum na região Norte do país, cujas distâncias e grandes dimensões retardaram a chegada das redes de dados e fibras óticas. Sem uma infraestrutura adequada de cabos, a banda larga móvel (sem fio) ganhou força frente à fixa, em uma evolução diferente da verificada no restante do país (BARRUCHO, 2015).

As principais obras que tratam sobre exclusão digital foram produzidas na década de 1990 e no início dos anos 2000 e são repetidas atualmente; contudo, o surgimento de outras TICs proporcionou novos desdobramentos à inclusão digital. Sérgio Amadeu da Silveira, na obra *Exclusão Digital: A miséria na era da informação*, reflete sobre o tema e aborda a exclusão digital como mais uma forma de exclusão. No entanto, os desdobramentos das novas tipologias da internet criaram novas abordagens sobre o tema e apenas o acesso parece um limitador, uma vez que uma banda de internet limitada cria empecilho ao acesso universal.

## 5.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS INICIAIS

Inúmeras áreas são beneficiadas quando existe uma ligação entre atividades humanas e tecnologia e que geram um incremento significativo no crescimento econômico: a equidade social, o intercâmbio cultural, a pesquisa e a educação. No entanto, é função do Estado, através de seus governos, implementar essa equidade almejada através de políticas públicas eficazes e que possam ser medidas através de índices de desenvolvimento, que se transfiguram através de programas, projetos e ações com o intuito de causar impacto na sociedade, diminuindo os infoexcluídos (HELOU et al, 2011).

SOUZA (2006) apresenta o ressurgimento das políticas públicas nas últimas décadas através de vários fatores: o primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gastos no âmbito econômico, mas que não se restringem a esta área, uma vez que gerou equilíbrio das contas públicas e intervenção maior do Estado nas políticas sociais e na economia. O segundo fator é alteração das políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gastos. O terceiro fator refere-se ao delineamento de políticas públicas que abarcavam promover a inclusão de uma grande massa de excluídos, principalmente em desenvolvimento e com democracias recentes. A disciplina das políticas públicas teve início nos EUA e não tem base no Estado, mas

na ação do governo sobre os problemas emergentes, e foi liderada por quatro grandes fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton.

SOUZA (2006) resume cada autor e sua contribuição à área da seguinte forma:

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores, etc., mas a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios.

Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí por que as políticas públicas necessariamente incorporam outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. (SOUZA, 2006, p. 23-24)

Na atual conjuntura mundial, as políticas públicas ganham uma agenda mundial e passam a ser organizadas não só por governos, mas por instituições supranacionais, embora a implementação dependa da ação do governo local em relação às políticas sociais universais (SOUZA, 2004). O projeto internet social desenvolvido pelo município de Alvorada é um exemplo e é fruto de uma agenda da OCDE, da ONU e de outras organizações que estabeleceram a inclusão digital numa agenda global que repercute em nível local com a fomentação de políticas públicas com reflexo na vida da população local, principalmente os que estão à margem da sociedade tradicional.

Do ponto de vista político, os governos locais sempre foram instituições relevantes, particularmente os prefeitos. A distribuição dos partidos políticos que hoje governam as cidades também espelha a diversidade que caracteriza a instituição município no Brasil.

(...)

Analisar o papel que vem sendo desempenhado pelos governos locais, no que se refere ao estímulo ou constrangimento à instituição de mecanismos

pluralistas e republicanos de gestão das cidades, assim como buscar padrões de gestão local e de implementação de políticas públicas e de provisão de serviços, não é tarefa fácil devido à diversidade existente entre os municípios brasileiros (SOUZA, 2004, p. 31).

Diante da complexidade das políticas públicas estabelecidas entre Estado e Sociedade, inúmeras disciplinas se envolvem na construção das ações, inclusive com a construção de mecanismos de avaliação. O Brasil, até o final dos anos de 1990, era formado por uma fragmentação organizacional e pela burocracia pública ; contudo, a necessidade cada vez maior de ações governamentais exigiu uma mudança na agenda, principalmente na criação de empregos na administração pública ou em organizações não governamentais e privadas envolvidas com os serviços sociais. Para caracterizar a desigualdade digital podemos afirmar que a sociologia necessita do outro para demarcar a diferença entre ambas e assim criar critérios para mensurar a desigualdade e sua diminuição através de índices de valoração (CORTES; LIMA, 2012).

### 5.3 SOFTWARE LIVRE COMO POLÍTICA PÚBLICA: A PRIMEIRA AGENDA GLOBAL SOBRE ACESSO À TECNOLOGIA

Um dos primeiros movimentos relacionados à inclusão digital, antes do surgimento da internet, e relacionados à área de tecnologia, é o movimento social do *software* livre e foi instituído por Richard Stallman em 1984 através da *Free Software Foundation* (FSF), cujo objetivo principal era a revolução do conhecimento livre nos programas de computadores. O termo “*free*” não deve ser confundido com “gratuito”, pois sua funcionalidade é ser livre, ressaltando a liberdade de acesso e não o preço. A vantagem do *software* livre frente a seus concorrentes é a cooperação entre programadores e usuários, obtendo-se, desta forma, vantagem social por meio da liberdade de acesso ao código-fonte, assim como garantir ao usuário ou, pelo menos, dar ciência ao conteúdo que está “rodando” em seu computador.

Como forma de proteção do movimento e de suas criações, a entidade *Free Software Foundation* criou a Licença Pública Geral – GPL (*General Public License*) – , que garante regras aos usuários e aos programadores e evita, desta forma, a apropriação indevida do material desenvolvido, tais como o direito autoral, patentes e marcas. Pela descrição da licença, o *software* livre pode ser cobrado na primeira vez; contudo, o adquirente poderá disponibilizá-lo a custo zero.

Em 1992, o finlandês Linus Torvald conseguiu agrupar várias ferramentas e programas em torno de um Kernel, núcleo central, o que viabilizou a criação do LINUX, um sistema operacional livre frente ao Windows (SILVEIRA, 2003). Assim, surgia um sistema operacional concorrente ao sistema proprietário.

O Brasil se coloca como um grande parceiro neste projeto, seguindo uma tendência mundial ao gerar desenvolvimento em nível local, talvez remontando a política nacional do *software* da década de 80, quando se priorizava o *software* brasileiro em detrimento do software estrangeiro. Contudo, desta vez não se trata de uma imposição legal, mas uma nova solução para o aprisionamento em tecnologias estrangeiras, que não geram desenvolvimento intelectual em nível local e encarecem o acesso a *softwares*.

Um dos meios discutidos pelo governo sobre *software* livre é a inclusão social através da inclusão digital, transportando este aspecto da esfera particular para as políticas públicas. Claro que as políticas públicas de inclusão digital não dependem exclusivamente do governo, mas de toda sociedade, muito embora o Estado detenha força política e econômica para tanto. A sociedade é cada vez mais tecnodependente, tornando o controle da tecnologia ponto fundamental para o desaprisionamento tecnológico imposto por países ricos e controladores da propriedade intelectual. Em razão da internet, a teia colaborativa do *software* livre ganhou outra dimensão e passou a agregar um maior número de colaboradores, seja na tradução dos programas, seja na programação de código-fonte.

Num país com tantos problemas sociais, temos o poder de reverter prioridades e usar em outras áreas críticas o dinheiro que se paga por licenças a Sistemas Operacionais de qualidade duvidosa. Hoje, a adoção do *software* por países em desenvolvimento é marcante, assim como a fusão desse movimento com uma via antiglobalização (PINHEIRO, 2003, p. 277).

Os reflexos da adoção de *software* livre não param na área social e tecnológica, mas se estendem também à balança comercial, pois evitam a remessa de royalties ao exterior e passam a gerar conhecimento em nível local. Entre as empresas que adotaram o *software* livre como modelo de negócio temos o Bannisul, cuja plataforma de caixa eletrônico é baseada em *software* livre, assim como o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que implementou os documentos eletrônicos oficiais com padrões livres.

O conhecimento com o *software* proprietário não segue a linha de disseminação da informação e nem mesmo a possibilidade de gerar desenvolvimento

local, diferentemente do *software* livre, que inverte a lógica da hegemonia, pois o conhecimento é gerado em nível local mediante a prestação de serviços para treinamento e desenvolvimento das ferramentas e dos usuários, assim como o código-fonte possui acesso livre e passível de alteração.

Num momento em que tanto se discute privacidade e espionagem internacional, os *softwares* proprietários possuem seus códigos-fontes fechados, dando margem à programação espiã. Suponha-se, por exemplo, um governo dependente de *software* americano e que não tem conhecimento do que trafega pelo processamento de dados; tem-se uma possibilidade de falha na soberania da nação.

Iniciando as atividades e ações pelo estado do Rio Grande do Sul, na empresa de processamento de dados daquele estado – Procergs – bem como no banco estadual – Banrisul – e na empresa de informática do município de Porto Alegre – Procempa–, o CIPSGA alavancou em conjunto com o Governo Democrático e Popular as primeiras experiências, que levaram à organização concreta de um movimento pró-*software* livre, o que ocasionou também a organização do Fórum Internacional do *Software* Livre, reproduzindo em outros estados, como também em Brasília, onde a entidade impulsionou a discussão dentro do parlamento brasileiro. (PINHEIRO, 2003, p. 279).

No modelo de *software* livre, a fonte geradora de recurso não é necessariamente a produção do produto, mas a prestação de serviço em virtude dessa ferramenta. Assim, o desenvolvimento intelectual é gerado na criação do *software* e na necessidade de agregar conhecimento permanentemente através de colaboradores e pesquisadores, uma vez que todos podem conhecer e estudar o seu código-fonte.

Uma vez que o *software* livre é uma forma alternativa de fomentação para a produção e qualificação do conhecimento local a partir de um novo paradigma de desenvolvimento sustentado, surge uma nova postura que insere inclusão social e igualdade de acesso aos avanços tecnológicos nos vários níveis de sociedade.

Mendes (2006, p. 95) argumenta:

A inovação tecnológica, já identificada por Schumpeter (1912) como motor do capitalismo, é movida pela geração de conhecimento e sua ampliação na geração de novos produtos e processos que possam trazer vantagens competitivas para as empresas. Apropriar-se e proteger ativos e insumos relevantes, dentre eles aqueles protegidos pela propriedade intelectual, para o processo de inovação passou a ser estratégico para empresas e países... de outro lado, a própria inovação tecnológica reduz a eficácia dos mecanismos tradicionais de proteção, seja por facilitar a reprodução de ativos protegidos, seja por provocar reações à própria proteção.

É nesse ambiente protecionista que surge o movimento do *software* livre, onde o desenvolvimento tecnológico e a proteção intelectual dos *softwares* proprietários são tão restritivos que acabam por beneficiarem poucos. Esse movimento surge em reação a restrição de acesso e ao conhecimento imposto pela indústria do *software*. No contexto jurídico, cabe ressaltar que o Rio Grande do Sul é pioneiro na implementação de *software* livre em escolas e repartições públicas e criou a Lei Estadual nº. 11.871/2002.

O grande desafio do *software* livre é consolidar sua proteção jurídica para que não se torne uma propriedade exclusiva de quem a detém. Sempre que, agregados novos recursos, possa ser disponibilizado a quem tem interesse em também agregar mais conhecimento ao produto. O *software* livre, através de suas licenças, traz uma nova forma de compartilhar a propriedade intelectual. No mesmo compasso, foram criados padrões de arquivos livres para livros e documentos que podem ser compartilhados de várias maneiras, através de licenças específicas.

O projeto de inclusão digital passa a ser conduzido pelo contexto de que a informação é um bem oneroso e a geração de riqueza depende do acesso às novas tecnologias, bem como a capacitação de profissionais. A utilização de *software* livre nos computadores reconcondicionadas é um mecanismo de formar conhecimento em nível local e evitar o repasse de royalties aos grandes conglomerados da área de tecnologia, através de *softwares* proprietários.

Existem inúmeros *softwares* livres disponibilizados para uso, mas os que possuem maior assimilação pelos atores sociais são utilizados nos computadores. Entre os benefícios destes *softwares* compartilhados de forma livre está o fato de que algumas máquinas não necessitam de memória interna, pois o sistema operacional e seus programas funcionam diretamente do CD-ROM. Desta forma, um maior número de máquinas são disponibilizadas para utilização, pois não é necessário portar uma memória interna.



## 6 ANÁLISE DOS RESULTADOS PESQUISA

Os resultados obtidos na pesquisa exploratória e nas entrevistas semiestruturadas passam a ser analisadas nessa parte da dissertação, conforme metodologia de pesquisa descrita na introdução deste trabalho. Na coleta de dados, os entrevistados e os questionários foram realizados em duas praças próximas, no município de Alvorada (RS). A primeira em frente a prefeitura municipal e a segunda na Praça Central, localizada na frente da primeira, mas do outro lado da avenida, ao lado do camelódromo municipal e do palco para eventos.

### 6.1 DA CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALVORADA

A elaboração e operacionalização das políticas públicas inclui vários princípios e determinantes, sendo que neste momento passo a compreender as percepções dos indivíduos que utilizam o sinal aberto e gratuito de internet nas duas principais praças do município de Alvorada/RS, sendo que ambas ficam na área central da cidade, uma localizada na frente da prefeitura e a segunda do outro lado da rua, onde concentram a sua frente o fórum, a Brigada Militar, o camelódromo municipal, e alguns órgãos municipais.

O município de Alvorada fica localizado na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e teve sua emancipação em 17 de setembro de 1965, através da Lei Estadual nº. 5026, anteriormente, essa gleba de terras pertencia ao município de Viamão, sendo chamado de Distrito Passo do Feijó. O nome Alvorada é baseado nas pessoas que acordam para trabalhar nas primeiras horas da manhã, assim como na inspiração do Palácio da Alvorada constituído em Brasília. Atualmente, faz fronteiras com a capital do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), Gravataí, Cachoeirinha e Viamão e possui uma população de 195.673 habitantes, segundo dados do Censo do IBGE de 2010 e tem população estimada de 207.392 em 2016, conforme dados do IBGE.

Muitos consideram uma cidade-dormitório, pois existe um grande fluxo de trabalhadores que possuem residência no município, mas trabalham em outras cidades, principalmente na capital. A economia da cidade é baseada no comércio e na prestação de serviços e possui IDHM 2010 de 0,699. Segundo dados da Fundação de Economia e Estatísticas do Estado do Rio Grande do Sul, o município de Alvorada

possui PIB per capita de R\$ 9.731,00, sendo baixo comparado aos seus municípios limítrofes (Cachoeirinha R\$ 45.380,00, Gravataí R\$ 37.905,00, Viamão R\$ 10.722,00 e Porto Alegre R\$ 39.092), sendo que a média do estado é de R\$ 29.657,00.



Mapa 3: Região metropolitana de Porto Alegre.

## 6.2 MÉTODOS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O levantamento e a análise de dados sobre o projeto “Internet Social” no município de Alvorada (RS) foi realizado pela perspectiva qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas realizadas nas duas principais praças centrais do município, uma vez que o sinal de internet livre somente está disponível nesses locais. A interação com os atores sociais teve a finalidade de buscar informações daqueles que, com alguma frequência, utilizaram ou utilizam a rede municipal de dados. Desta forma, não se estava buscando estatísticas, mas um lado não perceptível nas estatísticas.

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 1994, p. 22).

Antes de planejar as entrevistas semiestruturadas, foi realizada uma pesquisa exploratória com o objetivo de identificar os usuários da rede pública de internet – Projeto Internet Social – através de uma abordagem quantitativa, pois o questionário possuía questões fechadas.

O primeiro procedimento foi a realização de pesquisa bibliográfica sobre os principais eixos teóricos da pesquisa. Após, foram realizadas construções de temas relevantes à área problematizada e sua contextualização com o projeto estudado. O segundo procedimento foi a constituição de pesquisa exploratória; e, o terceiro, a aplicação de entrevistas individuais semiestruturadas, de forma aleatória, mas limitando a proporcionalidade por gerações z e y. A técnica de entrevista foi adotada com a finalidade de obter detalhes mais espontâneos dos atores sociais envolvidos, conforme aponta Cunha (1982) ao destacar a possibilidade de captar reações, sentimentos e hábitos do entrevistado.

### 6.3 DA PESQUISA EXPLORATÓRIA

A pesquisa exploratória foi realizada no dia 23 de agosto de 2016 nas duas principais praças municipais e que são abrangidas pelo projeto internet social, com o objetivo de compreender o formato dos usuários do projeto, bem como avaliar dispositivos de acesso, frequência de acesso, grupo etário, finalidade do acesso e uma percepção do projeto através da qualidade do sinal de internet livre. Importante destacar que, na oportunidade, não ocorreu identificação pelo nome do sujeito, apenas idade e local de residência.

A entrevista semiestruturada foi baseada na pesquisa exploratória através de uma criação de um terreno que se pretendia descobrir a partir da internet livre e pública, e demonstrou que havia necessidade de continuidade da pesquisa por métodos quantitativos através de entrevistas mais aprofundadas (GUERRA, 2006 apud BERTAUX, 1997).

A metodologia nessa fase tinha o caráter exploratório da pesquisa sem procurar um público-alvo, selecionando as pessoas que transitavam nas praças ou que estavam utilizando a praça para lazer aleatoriamente. Muitos entrevistados transitavam entre as duas praças para buscar sinal de internet e alguns, principalmente os mais jovens, mencionavam determinadas áreas onde o sinal era mais forte e fácil de conexão, uma vez que ficavam perto das antenas de sinal de wi-fi.

Com base nas gerações descritas no primeiro capítulo da dissertação (*baby boomer*, geração x, geração y e geração z) foi realizada a classificação por classe etária. Os dados foram coletados através de 52 entrevistas que ocorreram durante todo o dia, das 9 h às 16 h, sendo que o roteiro do questionário foi descrito está descrito no Anexo A.

Nicolaci-da-Costa (2004), ao estudar o comportamento dos jovens com o celular no início dos anos 2000, já demonstrava uma tendência de gerações mais novas em pautar a vida através de dispositivos móveis, gerando autonomia, liberdade e privacidade do indivíduo. As entrevistas revelaram um mundo mediado de outra forma. Por exemplo: a mãe que atendia o namorado no portão não teria mais este contato, uma vez que o celular criou a ligação direta entre os indivíduos.

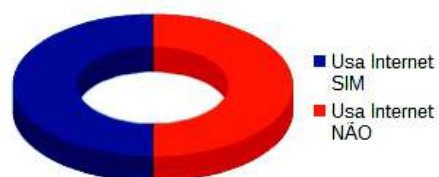
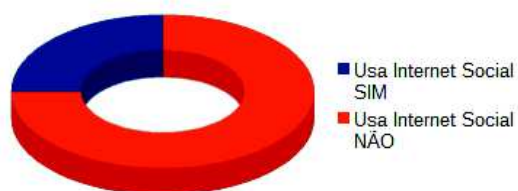
A comunicação entre esses jovens é tão frequente que alguns chegam a ser da opinião de que os celulares aumentam a intimidade de certas relações. Esse é o caso de Carla Nóbrega, para quem o uso do celular facilita a construção da intimidade: É, eu acho que às vezes facilita. Por exemplo, eu acho que esse negócio de namorado, por exemplo, ele ligar qualquer hora. Antigamente era só em casa, mãe atendia e às vezes ficava com vergonha. Acho que poder ligar, poder mandar mensagem de texto pode ajudar a ir criando a intimidade, pode aumentar.

(...)

Viviane Batista é ainda mais dramática. Diz que se ficasse sem o celular: “la faltar alguma coisa, imagina vir para a faculdade e ficar sem o celular. Como eu ia falar com alguém? Não dá. la ser horrível.” O depoimento de Paula Mendes, no entanto, é o mais radical: Não consigo sair de casa, eu não fico sem celular, parece que eu tô sem calcinha, sem cabeça. Se eu sair sem celular, eu dou um jeito, volto. Ficar sem bateria é um desespero porque, ao mesmo tempo que eu quero falar com as pessoas, as pessoas querem falar comigo. Se não conseguirem, ficam nervosas. “Onde é que você tá?” Então, é imprescindível (...) Vicia, faz parte do corpo quase. Esses depoimentos nos fornecem uma importante pista para compreender o papel que o celular desempenha na vida dos entrevistados. Se sua falta os deixa desorientados, inseguros e sós, o fato de terem-no por perto gera uma sensação de segurança e de estarem acompanhados. De fato, a questão da segurança aparece explicitamente em todas as entrevistas. Seguem-se alguns exemplos. Flávia Dantas acha muito bom ter um celular porque: Meus pais já se preocuparam muito com a minha demora, com o trânsito, violência. É para mim uma segurança, é de eu estar de repente num carro e acontecer alguma coisa e eu ter a quem chamar... É uma segurança. (NICOLACI-DA-COSTA, 2004, p. 170-171)

Os gráficos abaixo mostram a utilização da internet e da internet social através da pesquisa exploratória, comprovando que a internet está se universalizando e que existe uma dependência dos grupos mais jovens de acesso livre ao sinal de internet, bem como exigem e qualificam o sinal de internet como fundamental para navegação na rede, ou seja, o acesso não basta, tem que haver banda suficiente para exercer o

acesso digital à rede. O grande número de jovens entrevistados nessa fase da pesquisa comprova que são os maiores frequentadores das praças no município de Alvorada e que buscam muitas vezes o acesso livre, que é fornecido, atualmente, apenas nessa parte da cidade.



Homem	2
Mulher	2

Estuda SIM	0
Estuda NÃO	4

Trabalha SIM	3
Trabalha NÃO	1

Usa Internet SIM	2
Usa Internet NÃO	2

Usa Internet Social SIM	1
Usa Internet Social NÃO	3

Frequência	
Raramente	1

Horário	
Manhã e Tarde	1

Finalidade	
WhatsApp	1
Facebook	1

Dispositivo	
Celular	1

Bairro	
Santa Isabel	1

Local de Acesso	
Frente Prefeitura	1

Está Conectado SIM	1
Está Conectado NÃO	0

Qualidade	
Boa	1

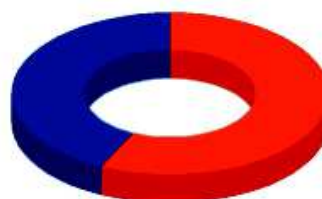
Escolaridade	
Ensino Fundamental	3
Ensino Médio	0
Superior Inc	0
Superior Completo	1

Bairro outros	
Intersul	1
Nova Americana	1
Porto Alegre	1

Tabela 1: Baby Boomer.



■ Usa Internet SIM  
■ Usa Internet NÃO



■ Usa Internet Social SIM  
■ Usa Internet Social NÃO

Homem	5
Mulher	2

Estuda SIM	1
Estuda NÃO	6

Trabalha SIM	6
Trabalha NÃO	1

Usa Internet SIM	7
Usa Internet NÃO	0

Usa Internet Social SIM	3
Usa Internet Social NÃO	4

Frequência	
Todo dia	2
3 x na semana	1

Horário	
Intervalo Trabalho	1
Durante Trabalho	1
Tarde	1

Finalidade	
WhatsApp	3
Facebook	1

Dispositivo	
Celular	3

Bairro	
Americana	1
Stela Maris	1
Porto Alegre	1

Local de Acesso	
Praça	2
Trabalho	1

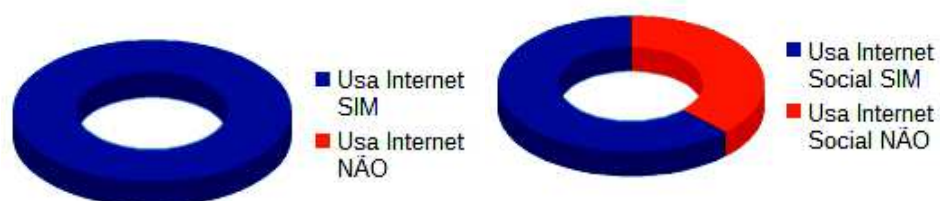
Está Conectado SIM	0
Está Conectado NÃO	3

Qualidade	
Ruim	2
Boa	1

Escolaridade	
Ensino Fundamental	5
Ensino Médio	2
Superior Inc	0
Superior Completo	0

Bairro outros	
Jardim Alvorada	1
Jardim Porto Alegre	1
Maringá	1
Centro	1

Tabela 2: Geração X.



Homem	8
Mulher	8

Estuda SIM	1
Estuda NÃO	15

Trabalha SIM	12
Trabalha NÃO	4

Usa Internet SIM	16
Usa Internet NÃO	0

Usa Internet Social SIM	10
Usa Internet Social NÃO	6

Frequência	
Todo dia	3
1 x na semana	2
Final de semana	1
Muito Pouco	3

Horário	
Manhã	0
Almoço	3
Tarde	5
Dia todo	1
Domingo	1

Finalidade	
WhatsApp	8
Facebook	7
E-mail	1
Google	3
Youtube	1

Dispositivo	
Celular	10

Bairro	
Intersul	1
Tijuca	1
Piratini	1
Vila Isabel	1
Maringá	1
Umbu	1
Jardim Aparecida	1
Nova Alvorada	1
Maria regina	1
Primavera	1

Local de Acesso	
Praça	6
Trabalho	4

Está Conectado SIM	4
Está Conectado NÃO	6

Qualidade	
Ruim	2
Boa	6
mais ou menos	2

Escolaridade	
Ensino Fundamental	3
Ensino Médio	9
Superior Inc	3
Superior Completo	1

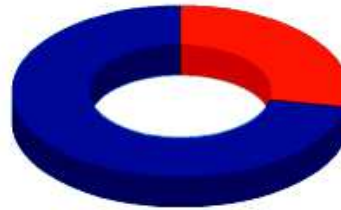
Bairro outros	
Vila Elza	1
Porto Alegre	3
Intersul	1
Passo do Feijó	1

Tabela 3: Geração Y.





■ Usa Internet SIM  
■ Usa Internet NÃO



■ Usa Internet Social SIM  
■ Usa Internet Social NÃO

Homem	11
Mulher	14

Estuda SIM	16
Estuda NÃO	9

Trabalha SIM	8
Trabalha NÃO	17

Usa Internet SIM	25
Usa Internet NÃO	0

Usa Internet Social SIM	18
Usa Internet Social NÃO	7

Frequência	
Sempre	9
1 x na semana	1
poucas vezes	5
3 x na semana	1
Raramente	2

Horário	
Manhã	4
Almoço	2
Tarde	3
Durante trabalho	1
Depois da aula	4
Dia todo	3
Noite	1

Finalidade	
WhatsApp	11
Facebook	14
Snapchat	1
Google	3
Youtube	2
Atualizar APP	1
Baixar Música	1
Jogos	1
Pesquisa	1

Dispositivo	
Celular	18

Bairro	
Maringá	2
Salomé	3
Americana	4
Tijuca	1
Intersul	3
São Pedro	1
Três Figueiras	2
Formosa	1
Jardim Aparecida	1

Local de Acesso	
Praça	10
Escola	2
Frente Prefeitura	2
Praça/Frente Prefeitura	1
Parada de ônibus	1
Trabalho	1
Caminho Escola	1

Está Conectado SIM	3
Está Conectado NÃO	15

Qualidade	
Ruim	9
Boa	5
mais ou menos	4

Escolaridade	
Ensino Fundamental	4
Ensino Médio	19
Ensino Técnico	1
Superior Completo	1

Bairro outros	
Piratini	1
Tijuca	1
Vila Elza	1
Onze de Abril	1
Nova Alvorada	1
Bela Vista	2

Tabela 4: Geração Z.

A percepção do pesquisador nesta fase levou a novas investigações na segunda etapa da pesquisa in loco, uma vez que os usuários da internet social reclamavam constantemente da qualidade do sinal de internet, principalmente os mais jovens, os quais passavam a impressão de estarem altamente conectados e dependentes da internet para várias situações (pesquisa, comunicação, interação, educação, localização, entretenimento, etc.), tanto é que os dados comprovam que as ferramentas acessadas são maiores que os entrevistados com maior faixa etária. Entre o público mais jovem, havia uma angústia muito grande quando a internet ficava fora do ar ou quando não conseguiam comunicação instantânea, bem como a reclamação pelo corte da internet por suas operadoras após o uso do pacote de dados contratado e a internet social como último meio de acesso, uma vez que o acesso privado não estava acessível. Em uma primeira impressão, passo a notar que a internet passa pela lógica da escassez, ou seja, existe uma limitação operacional e econômica na exploração da ferramenta, seja pela iniciativa privada que quer obter mais lucros, seja pela política pública de livre acesso que não possui banda suficiente para garantir acesso universal a todos.

A emergência da internet está criando uma revolução comunicacional que pode ser comparada ao surgimento da escrita ou da imprensa gutemberguiana, uma vez que as esferas atingidas por esse processo são infinitas, principalmente na esfera social e cultural global, onde os limites territoriais são meras figuras simbólicas e, dentro dessa revolução, grandes transformações foram e estão sendo mediadas pelas ferramentas que utilizam a internet como base, tais como as redes sociais e as ferramentas de comunicação instantânea, podendo ser citados inúmeros eventos, como a Primavera Árabe e a candidatura de Barack Obama em 2008 (JUNGBLUT, 2015).

Diante dessa revolução apresentada, a geração z, que já nasce imersa na tecnologia, apresenta um anseio forte de estar conectada a todo momento, sentindo estranheza a falta de discussão pública pelo livre acesso à internet, principalmente em locais públicos, uma vez que a ferramenta pode ser uma forma de mobilização social e geração de riquezas. Durante a pesquisa exploratória, tive a percepção de que os jovens queriam trazer sua voz através de mídias sociais e não mais em locais físicos, uma vez que a mobilização pode ter o mesmo efeito ou até ter efeito maior, mas são limitados pelo acesso. Podemos qualificar a capacidade ou possibilidade de se agir socialmente como “agência” nos termos de Aheran (2001), que a define como

a capacidade de “agir socioculturalmente mediada”, ou seja, o meio vai moldar a produção e interpretação através da interação entre humanos, máquinas, animais, etc.

Uma segunda observação notada na pesquisa exploratória é a multiculturalidade (YÚDICE, 2004) propiciada pela geração z através de aceitar o diferente de forma mais natural e com uma nova abordagem de vínculo ou laços (BAUMAN, 2004), que são mais fáceis de serem desligados ou reconectados.

#### 6.4 DELIMITAÇÃO EMPÍRICA

O tema estabelecido no projeto visa estudar a relação entre desenvolvimento tecnológico e acesso à internet, bem como seus reflexos na realidade social (econômica, cultural e política). Dentro da perspectiva histórica, os reflexos são evidenciados pelo desenvolvimento das ferramentas de acesso e seus desdobramentos nos processos de inclusão/exclusão digital, bem como as contrapartidas criadas pelas políticas públicas em relação às desigualdades geradas em tais processos.

Uma perspectiva situacional, porém, pode evidenciar que as ações públicas geralmente intervêm nesses processos seguindo o modelo de desenvolvimento em pauta, o que resulta em um arranjo de dispositivos que tornam a internet acessível para uma população, mas que acaba reproduzindo as condições ou formas sociais estabelecidas. Nesse sentido, propus como contexto situacional de investigação das questões aqui discutidas o projeto “Internet social”, no município de Alvorada (RS), pois ele abrange várias formas de acesso, permitindo uma abordagem ampla do problema.

#### 6.5 DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

A divisão em linhas abissais é apresentada por Santos (2007) e demonstra que existem fronteiras tênues, mas segregadoras sobre um mesmo objeto, no caso do acesso à internet, podemos citar a qualidade do acesso à rede (rede móvel: 2G, 3G e 4G; rede fixa: Banda larga de 2 Mb, 10 Mb, 20 Mb, etc.) ao mesmo tempo que existe uma parte da cidade que acessa a internet em alta velocidade e uma outra parte tem limitações técnicas. Assim é em todo o Brasil e, mais abissal, entre o norte e o sul global. Ainda no pensamento do autor, existe uma crítica forte a reiterada contra o Estado quando privatizada as regulações sociais e serviços públicos. Desta forma, a

vida e o bem-estar de vastas populações são mediadas por atores não-estatais e que não estão comprometidos com a qualidade de vida dos atores atendidos.

Os entrevistados, principalmente os mais jovens, trazem a percepção que a internet é um bem fundamental e não pode deixar de existir e necessitam da conexão ininterruptamente, assim como é uma ferramenta utilizada para inúmeras funcionalidades (social, educação, lazer, trabalho, etc). No contexto analisado em Alvorada (RS), o conceito de fascismo social<sup>32</sup> apresentado por Santos (2007) fundamenta a percepção dos usuários sobre o acesso à internet, pois existe um poder de veto sobre o modo de vida da parte mais fraca. Aqui relaciono o controle do gestor governamental sobre os equipamentos e os poucos investimentos, bem como as empresas de telecomunicações que não investem em qualidade de sinal e limitam os pacotes de dados. O fascismo social é dividido em três formas por Santos (2007): Fascismo do *apartheid* social, fascismo contratual e o fascismo territorial. A primeira forma trata a segregação social dos excluídos por meio de uma divisão urbana em zonas; o segundo é o uso do contrato para impor condições ao polo mais fraco da relação contratual; por fim, a terceira forma baseia-se em determinados atores que tomam do Estado as instituições e suas regulamentações sobre os interesses dos indivíduos, principalmente os mais fragilizados.

Durante as entrevistas, a percepção da qualidade do acesso é o ponto fundamental da reclamação dos entrevistados, seja pela internet pública (internet social) ou pela internet privada (pacote de dados das operadoras), e comprova que as gerações Z e Y são tecnodependentes (GARDNER; DAVIS, 2014). Outro fato citado pelos entrevistados é a falta de segurança no ambiente digital, tanto na internet pública quanto na internet privada.

I. J. (20 anos), aluno de jornalismo e estagiário da Prefeitura Municipal de Alvorada, cita que a internet é um meio de comunicação e não pode deixar de existir, sendo necessária para sua existência. O entrevistado propõe uma necessidade de ampliação dos projetos que envolvem sinal livre de internet:

*Internet é um meio principal que eu utilizo para me informar e saber das coisas para me comunicar. (...) No meu caso, é um bem material e super necessário para minha existência. (...) Cara! eu utilizo as redes sociais Twitter, Facebook, WhatsApp, Instagram e utilizo isso para me manter em contato com meus grupos de amigos, familiares e até daqui um pouco para*

---

<sup>32</sup> O conceito Fascismo Social é utilizado pelo autor e mantido na dissertação para manter a originalidade do pensamento de Boaventura de Souza Santos.

*estudar pois tem ferramentas agora eu não me lembro mas tem ferramentas acadêmicas que tu pode compartilhar resumos de trabalhos sobre artigos também. (...) Algumas eu conheço pessoalmente outras acabei conhecendo na rede mesmo.*

A criação de redes em ambientes digitais – ciberespaço – comprova a nova interação criada pelo indivíduo com a máquina (LEVY, 1999) e a internet é a principal ferramenta da construção de pontes entre os indivíduos (CASTELLS, 2003), desta forma, o mito do homem tecnológico ingressou em nossos lares, transformando-o em realidade (FERKISS, 1969). Na sequência, o entrevistado I. J. faz uma crítica ao acesso privado e a necessidade do sinal livre de internet, principalmente, em lugares onde o acesso é baixo em razão da classe social.

*Eles sabem que eu tô utilizando daqui um pouco isso pode ser possível, fazer rastrear o que eu tô acessando até para ter um controle de quantos dados estão sendo utilizados. (...) Eu ouvi um dado interessante esses tempos de que só 48% das pessoas tem acesso à internet no Brasil e a gente tem uma ideia que todo mundo tem, porém não é todo mundo que tem, por exemplo no Brasil 100 milhões de pessoas não têm internet então eu acho que internets sociais são interessantes porque bairros mais pobres onde as pessoas não têm acesso elas podem começar a ter acesso à internet.*

A função do Estado, através de seus governos, é amplamente questionada pelos mais jovens, principalmente quando o assunto é internet livre; no entanto, o poder advindo da internet é altamente relevante e os meios de comunicação estão se tornado um espaço social para esta finalidade. Apesar disso, é necessária a democracia para sua implementação (CASTELLS, 2009), portanto, aqueles que acessam a internet possuem maior afinidade no processo de criação de redes. Ainda no diálogo de I.J. sobre sua percepção de políticas públicas e a emergência da área, fica claro, através do exemplo do acesso ao conteúdo do ENEM, como está presente uma possibilidade de poder sobre os alunos que não possuem acesso ao conteúdo digital.

*IJ: Cara! Eu acho que deveria entrar com uma política pública porque é incrível a quantidade de coisas que tu pode fazer com a internet. Até tem esse programa do governo federal sobre o ENEM da gente poder se preparar para o Enem via internet se 100 milhões de pessoas não têm internet e 100 milhões tem... Acaba que quem não tem está em desvantagem em relação com os que possuem.*

*Eu: E tu confia na segurança da internet?  
 IJ: Não confio!*

Existe um número crescente de ferramentas e aplicativos que utilizam a internet como meio de interação e comunicação, e a cada dia surge uma nova tecnologia e desaparece outra, assim foi com o Facebook e o Orkut: um ocupou o espaço do outro, desta forma, o indivíduo “tecnológico” continua sendo inventado através de novas tecnologias (FERKISS, 1976, p. 165). A entrevistada E. B. (34 anos), ainda que oriunda na zona limite entre a geração x e y, aborda a necessidade cotidiana de acesso à rede, mas parece não discutir criticamente o acesso, conforme termo de tecnodendência cunhado por (GARDNER; DAVIS, 2014). Por outro lado, comprova a necessidade de conexão com a internet a todo o tempo (CASTELLS, 2003):

*Internet pra mim, é um meio de comunicação, de saber das coisas, de informação (...) Antigamente, a gente não usava ele, mas eu acho que agora a gente não consegue viver sem internet. Acho que ela faz parte do nosso cotidiano (...) Ultimamente eu tô sempre conectada, é tipo um vício, já estou viciada, bem dizer, não posso ficar sem acessar.*

Os indivíduos oriundos da geração x e *baby boomer* reconhecem a necessidade da internet pelos seus usuários, mas não conseguem mensurar sua necessidade nos dias atuais. I. M., 58 anos, aposentado, não usa internet e classifica essa ferramenta: “*Bah! Que que é internet... Pra se comunicar umas com as outras...*” Ao ser questionado sobre a existência dessa ferramenta tecnológica e sua manutenção, diz: “*A internet não precisava nem ter existido (...). A internet faz o bem e o mal (...)*”. A dicotomia apresentada entre o bem e o mal pelo entrevistado coloca em discussão todos os avanços pautados pela humanidade que, numa mesma ferramenta, incorpora pontos negativos e positivos: assim como a fuligem foi lançada no céu com o desenvolvimento industrial, o desenvolvimento tecnológico deixará sua marca também (BRYNJOLFSSON; McAfee, 2015). Dentro desse contexto, dois grandes repertórios – progresso e decadência –, que possuem a mesma origem, podem ser qualificados na ambiguidade bem e mal (LATOUR, 2013). No mesmo passo, esses indivíduos possuem um pequeno conhecimento sobre a qualidade de conexão e da reclamação de algumas pessoas sobre a internet social: “*A internet pública é mais ruim né... A prefeitura tem né. É muito ruim (...). O pessoal reclama que é ruim (...). É pra ser... Apesar que eu sou contra a internet*”, conforme critica I.M.

L. M., 50 anos, oriunda da geração x não usa internet, mas sua percepção sobre a ferramenta é mais positiva em relação à necessidade e sua manutenção, principalmente pelo fato de os netos estarem sempre conectados: *“um mundo dentro de casa (...) É um bem necessário”*.

Os mais jovens, aqueles que nascem imersos na tecnologia, ou que adquiriram acesso na adolescência, designados como geração y e z, caracterizados por Gardner (2014) como geração APP, possuem a tecnologia desde o nascimento até a morte (que “les acompanha de lacuna a la tumba”) e transformam a vida num grande aplicativo. Assim, toda a rotina é mediada por aplicativos e necessidade de acesso à rede. A entrevistada D. G. (20 anos), usuária da internet social, classifica a internet como: *“acesso ao facebook, twitter, whatsapp, e algo mais (...)”*. Parece que não há uma preocupação dessa jovem e dos demais em discutir as ferramentas e seus aplicativos, dentro de uma possibilidade mais crítica pois, ao ser questionada sobre a internet, faz referência ao sinal de conexão *“mais ou menos (...)”*, assim como, ao ser questionada sobre o que deveria melhorar, ela responde: *“a velocidade”*.

Algumas aplicações parecem ser hegemônicas, tais como Facebook, Instagram e Whatsapp, e são muitas vezes compreendidas como a própria ferramenta de internet, conforme a entrevista das irmãs B. N. (16 anos) e K. N. (14 anos), ao serem questionadas sobre o que é internet: *“É onde a gente vê Facebook, Twiter, todas essas coisas, Instagram, Snapchat”*.

L. N., 18 anos, usuário da internet social, salienta que a internet é um meio de comunicação: *“Eu acho que na sociedade que vivemos é um bem necessário”*. Quando questionado sobre o sinal, diz: *“O sinal é mediano (...) A qualidade do sinal, porque se não tiver muito perto não pega”*. A apresentação de L. N caracteriza a preocupação com a política pública de acesso livre à rede e o limitador de acesso através do pouco investimento na qualidade do acesso.

M. da G., 40 anos, ao ser questionada sobre a internet social, diz: *“Tentei (.) Não segura o sinal, o sinal é ruim, péssimo. A internet, pra mim, é uma válvula de escape, uma ponte para comunicação. É muito necessário. Utilizo o Whats e o Face. (...) Usava a internet por 5, 10 minutos, pois o sinal caía”*. A entrevista salienta a expressão “válvula de escape” para descrever a ferramenta internet, da mesma forma que Bauman (2004) apresenta que uma porta fechada com um celular parece ser menos arriscada e mais segura do que compartilhar o terreno doméstico comum com outros indivíduos.

M. da G., ao explicar os laços estabelecidos na rede, demonstra que as ferramentas tecnológicas aproximam as pessoas distantes geograficamente, diz “*Consigo estabelecer laços familiares que moram longe, amigos, eu consigo pela internet (...) Pedir ajuda em matéria de ajuda, um acidente dentro de casa*”. A entrevistada demonstra seu anseio pela necessidade de estabelecer redes para continuar mediando sua comunicação, não somente no sentido de troca de informações, mas participar de forma efetiva na construção de redes sociais com o mesmo nível de participação (LEVY, 1999).

Por fim, os entrevistados, ao serem questionados sobre o monitoramento e a neutralidade da rede, desconhecem por onde transitam os dados e não se sentem seguros no ambiente digital, colocando a privacidade como mediador de limitação de conteúdo na rede (JUNGBLUT, 2015, p. 14).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho foi possível compreender a íntima relação entre os atores sociais, políticas públicas, tecnologia e sociedade, que frequentemente criam todo o sistema de vida através de aplicações digitais. Foram apresentadas várias pesquisas, dados e abordagens com o intuito de demonstrar as desigualdades digitais estabelecidas no Brasil, suas políticas públicas e temas relacionados à área, bem como a sociabilidade existente dentro do município de Alvorada (RS) através da dicotomia periferia/centro, uma vez que os atores sociais que fazem uso da internet social no centro da cidade são, na grande maioria, oriundos de zonas periféricas que buscam naquela política pública uma forma de inclusão digital.

Por outro lado, a inclusão/exclusão digital atravessa vários arranjos das sociabilidades existentes entre os usuários do projeto “Internet Social”, alguns com o intuito de manutenção ou extensão de novos laços sociais (Whatsapp e Facebook); outros, com uma abordagem mais ampla do acesso, perpassando por movimentos sociais, acesso à educação e cyberativismo digital, mesmo que de forma moderada, mas articulando na rede esse movimento. Outros atores sociais conhecem o projeto, mas não querem participar dele nem mesmo da internet, pois têm outra visão de mundo.

No curso da pesquisa, ocorreu uma mudança de objeto, uma vez que os agentes públicos se mostraram intransigentes na apresentação e divulgação de dados do projeto “internet social”.

Os limites da inclusão digital, no contexto apresentado, passam pela interação do ator social com a ferramenta e seu nível de domínio, assim como uma tendência de gerações mais novas, denominadas na pesquisa APP, de uma tecnodependência cada vez maior da internet, dispositivos e aplicativos. Além disso, essas novas gerações apresentam uma universalização no acesso, embora, como explicado na pesquisa, a lógica da escassez passe pelos dispositivos e banda de internet, dificultando a paridade de acesso entre inferricos e infopobres (SILVA, 2002).

A privacidade foi outra tema relevante durante as entrevistas, pois nenhum entrevistado se sente seguro no ambiente digital e acredita que está sendo monitorado a todo instante, seja por órgãos estatais ou empresas privadas relacionadas ao acesso e a informação. Desta forma, a autonomia é limitada por inúmeros fatores externos que moldam o comportamento no ambiente digital.

Ampliar a esfera pública e apoiar políticas públicas vinculadas à internet são eficazes à medida que contemplam maior acessibilidade à rede, não só pela conexão, mas também pela banda disponibilizada, uma vez que o descrédito não está na rede, mas no meio de acesso a ela. Para enfrentar este novo cenário, o gestor das políticas públicas deve antecipar-se ao aumento das exigências dos atores sociais/usuários que, cada vez mais conectados, realizam uma infinidade de tarefas pelas TICs.

A sociedade civil ainda carece de discussão sobre o acesso universal à internet por outras perspectivas, uma vez que as novas gerações não concebem o mundo sem a internet e os dispositivos móveis, além de virtualizarem a maior parte de suas tarefas. Logo, uma sociedade que busca uma universalidade digital não pode manter políticas públicas restritivas, pois toda a informação e conhecimento, atualmente, transitam pela internet e sua limitação é retirar um bem fundamental do indivíduo, seja ele usuário ativo ou não das políticas públicas. Cito o exemplo de acesso a uma biblioteca municipal, que possui horário de funcionamento em dias úteis e horários diurnos, universalizando o acesso, mas restringindo o acesso pelo horário; da mesma forma, a limitação de acesso público à internet através de uma política pública mal estruturada gera acesso universal, mas o limita, uma vez que o uso de dispositivos na praça é realizado, principalmente durante o dia, em razão da segurança dos atores sociais e da possibilidade de transitarem no centro em horário de funcionamentos dos ônibus municipais.

A inclusão digital e a diminuição da desigualdade digital perpassam por inúmeros institutos jurídicos que permeiam a formação de políticas públicas, sendo o Marco Civil da Internet um instrumento regulatório para o setor, muito embora inúmeros projetos e políticas públicas já fizessem parte do mapa de inclusão digital. A desigualdade digital estabelecida no Brasil, em algumas abordagens, não está ligada necessariamente a renda, pois a infraestrutura da rede de telecomunicações é deficitária em algumas regiões e altamente desenvolvidas em outras, portanto, uma pessoa rica e localizada em uma zona remota terá a mesma dificuldade de conexão de uma pessoa pobre.

A ausência de uma política pública eficiente no município de Alvorada, com acesso à internet por meio de rede pública e gratuita, gera inúmeras decepções aos usuários, principalmente os mais jovens e carentes, que buscam através do projeto “internet social” acessar conteúdo digital e suas redes, uma vez que alguns não

possuem acesso em suas residências e as operadoras de telecomunicações limitam a banda de acesso.

Quando foi realizada a pesquisa exploratória nas praças centrais do município, a grande preocupação dos usuários era sobre a qualidade da “internet social”, sendo vista como mais uma política pública ineficiente. Ademais, nos contatos realizados com a administração municipal para esclarecimentos sobre o projeto não existia uma pessoa responsável, apenas uma que recebia a informação de que a responsabilidade era da Secretaria de Administração. Essa, por seu turno, contratava uma empresa terceirizada para fornecer o sinal e os equipamentos, sendo que no último contato o responsável pelos contratos disse que o projeto não deveria ser estudado, pois é ruim demais.

Durante a pesquisa semiestruturada, muitas preocupações sobre a rede pública de internet - objeto desta pesquisa - foram descritas: monitoramento, qualidade do sinal, extensão da rede, etc. O levantamento de dados trouxe perspectivas de acesso diferentes em razão da geração dos atores sociais e as atividades desenvolvidas através da rede, bem como a angústia maior dos mais jovens com a limitação do acesso, seja pela rede pública ou privada. Nesse sentido, muitos elencaram a internet como mais um bem fundamental, tais como saúde, educação e direito à vida.

Falta aos entes federativos considerar a internet e sua difusão no Brasil como prioridade, estabelecendo metas e políticas públicas efetivas na consolidação da diminuição da exclusão digital em outras perspectivas além do acesso. O desejo maior dessa dissertação é contribuir para a criação de pautas relacionadas as novas abordagens criadas pela internet, indicando caminhos que podem ser percorridos para sanar lacunas nas políticas públicas que tentam diminuir a desigualdade digital estabelecida no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKER, Stephen. **Numerati**. São Paulo. Editora Arx, 2009.

BARBOSA, A. et al. **Risks and safety on the internet**. Comparing Brazilian and European results. Londres: LSE, 2013. Disponível em: <<http://arrow.dit.ie/cgi/viewcontent.cgi?article=1060&context=cserart>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

BARRUCHO, Luís Guilherme. IBGE: Metade dos brasileiros estão conectados à internet; Norte lidera em acesso por celular. **BBC**, São Paulo, 29 abr. 2015. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150429\\_divulgacao\\_pnad\\_ibge\\_lg\\_b](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150429_divulgacao_pnad_ibge_lg_b)>. Acesso em: 25 out. 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humano; tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BLACK, Edwin. **IBM e o Holocausto**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca (org.). **Inclusão digital**: polêmica contemporânea. Salvador : EDUFBA, 2011. v. 2. 188 p.

BORGES, Maria Luzineide. **Políticas Públicas de Emancipação Digital**: possibilidades e avanços à inclusão sociodigital no Estado da Bahia. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual da Bahia, Salvador, 2008.

BORGES, Hélder Pereira; SOUZA, José Neuman; SCHULZE, Bruno; MURY, Anotnio Roberto. **Computação em nuvem**. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/861>>. Acesso em 20 jul. 2016.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Sociedade Civil: Sua democratização para a reforma do Estado. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos et al. **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: Editora da UNESP. 1999, p. 67-116.

BRYNJOLFSSON, Erik; McAFEE, Andrew. **A segunda era das máquinas**: trabalho, progresso e prosperidade em uma época de tecnologias brilhantes. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo Menezes. **A trajetória da internet no Brasil**: do surgimento das redes e computadores à institucionalização dos mecanismos de governança. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Computação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Revisão Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). TIC Kids Online Brasil 2013. **Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014.

CLELAND, Scott. **Busque e destrua**: por que você não pode confiar no Google Inc. Tradução Fernando Effori de Melo. São Paulo: Matrix, 2012.

CORTES, Soraya Vargas; LIMA, Luciana Leite. A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 87, p. 33-62, 2012.

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. **O direito de estar só**: tutela penal da intimidade. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

CUNHA, Murilo Bastos. Metodologias para estudo de usuários de informação científica e tecnológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.10, n.2, p. 5-19, jul./dez. 1982.

DI FIORE, Bruno Henrique. **Teoria dos círculos concêntricos da vida privada e suas repercussões na praxe jurídica**. Disponível em: <[www.flaviotartuce.adv.br](http://www.flaviotartuce.adv.br)>. Acesso em: 16 de abr. de 2016. Portal Professor Flavio Tartuce. Publicação 2012.

FERKISS, Victor. **O homem tecnológico**: mito e realidade. Tradução Joseph P. Kane. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

GARDNER, Howard; DAVIS, Katie. **La Generación APP**. Tradución Montserrat Asensio Fernández. Caracas: Espasa Libros, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. In: **Caderno CRH**. Vol. 21. Nº 54º. set. /dez. 2008 Salvador.

GORZ, André. **Miserias del presente, riqueza de lo posible**. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 1998.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa de Qualitativa e análise de conteúdo**: Sentidos e formas de uso. Príncipe Editora: São João do Estoril, Portugal. 2006.

GUZZI, Drica. Diálogo, configurações de privacidade e compartilhamento: aja, não seja só um espectador. In: BARBOSA, Alexandre F. Et al. **TIC Kids Online Brasil 2013**: pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil. 1ª edição. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014

HAGEN, Everett. O processo de mudança. In: DURAND, G. (org.) **Sociologia do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p 27-40.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari: **Antropologia do Ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Tradução e organização Tomaz Tadeu. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HELOU, Angela Regina Heinzen Amin; LENZI, Greicy Kelli Spanhol; ABREU, Ana Donner; SAISS, Gerson; Santos, Neri dos. Políticas públicas de inclusão digital. **Revista RENOTE** – Revista Novas Tecnologias na Educação, v. 9, nº 1, 2011.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

JESUS, Cristiano. **Tecnologia e Sociedade**. LP-Books: São Paulo, 2013.

JUNGBLUT, Luiz Airton. Práticas ciberativistas, agência social e cibercontecimentos. **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, v. I., n 45, p. 13-22. jan./jun. 2015.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2013.

LEONARDI, Marcel. **Tutela e Privacidade na Internet**. São Paulo: Saraiva. 2012.

LÉVY, Steven. **Os Heróis da Revolução**. São Paulo: Editora Évora, 2012.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996.

LUPI, André Lipp Pinto Basto. **Proteção jurídica do software**: eficácia e adequação. Porto Alegre: Síntese, 1998.

MALHEIROS, Tadeu Fabricio; PHILIPPI, Arlindo Jr., COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. **REVISTA SAÚDE E SOCIEDADE**, São Paulo, v.17, n.1, p. 7-20, 2008.

MELCHIOR, Silvia Regina Barbuy. Neutralidade no Direito Brasileiro. In. DEL MASSO, Fabiano et al. **Marco Civil da Internet**: Lei 12.965/2014. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 99-138.

MENDES, Cássia Isabel Costa. **Software livre e inovação tecnológica**: uma análise sob a perspectiva da propriedade intelectual. Dissertação de Mestrado, Campinas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Unicamp, Brasil. 2006.

MENDONÇA, Nadir Domingues. IBM e o Holocausto. Edwin Black. 3. ed. São Paulo, Campus, 2006. **Revista Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, PR, v.3, n. 1, p. 107-110, jan./jun. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOORE, GORDON E., Cramming more components onto integrated circuits. **Electronics**, April 19, v. 38, n. 8, 1965.

NERI, Marcelo Cortês. **Mapa da exclusão digital**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Revoluções Tecnológicas e Transformações Subjetivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Rio de Janeiro, vol. 18 n. 2, p. 193-202, mai./ago. 2002.

OCDE. **Understanding the Digital Divide**. Paris: OCDE, 2001.

OLIVEIRA, Sidnei. **Geração Y**: o nascimento de uma nova versão de líderes. São Paulo: Integrare Editora, 2010.

OLIVEIRA, Sidnei. **Geração Y**: ser potencial ou ser talento? Faça por merecer. São Paulo: Integrare Editora, 2011.

PINHEIRO, Walter. A luta pelo Software Livre no Brasil. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João (org.). **Software livre e inclusão digital**. São Paulo: Conrad, 2003, p. 275-286.

POSTMAN, Neil. **Tecnopólio**; a rendição da cultura à tecnologia. São Paulo: Nobel, 1994.

RAMOS, Jair de Souza. Subjetivação e poder no ciberespaço. Da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais. **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, v. I., n 45, p. 57-75. jan./jun. 2015.

REZENDE, Luciano Galdino de Melo Rezende. **Inclusão digital**: um desafio para o Brasil. Goiânia. Disponível em: <<http://www.inf.ufg.br/espinedu/sites/www.inf.ufg.br/espinedu/files/uploads/trabalhos-finais/Artigo%20Luciano%20GaldinoF.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2014. Publicado em 2014. Portal INF.UFG.

RUSHKOFF, Douglas. **As 10 questões essenciais da era digital**: programe seu futuro para não ser programado por ele. Tradução Carlos Alberto Silva. São Paulo: Saraiva, 2012.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estud. – CEBRAP**, nº. 79, 71-94, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 5ª Educação. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SASSEN, S. **Territory, auhtority, rights**. From medieval to global assemblages. Princeton: Princeton University Press, 2006.

SCHERKERKEWITZ, Iso Chaitz. **Direito e Internet**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SEGURADO, Rosemary; LIMA, Carolina Silva Mandú de; AMENI, Cauê S. Regulamentação da internet: perspectiva comparada entre Brasil, Chile, Espanha, EUA e França. **Hist. cienc. saude-Manguinhos** [online], 2015, v. 22, suppl., p.1551-1571, 2014.

SERRA JUNIOR, Gentil Cutrim; ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. A internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais. **Rev. Katálysis** [online], Florianopolis. v. 16. n. 2. jul./dez. p. 205-213, 2013.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

SILVEIRA, S. S e CASSINO, J. (org.). **Software Livre e Inclusão Digital**. São Paulo: Conrad, 2003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Exclusão Digital**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

SIMMEL, George. A sociologia do segredo e das sociedades secretas. Tradução Simone Carneiro Maldonado. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 43, n 1, p. 219-242. abr. 2009.

SORJ, Bernado. **Brasil@povo.com**: A luta contra a desigualdade na sociedade da Informação. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

SOUZA, Celina. Governos Locais e Gestão de Políticas Sociais Universais. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 27-41, 2004.

VANDRESEN, Rogério Schueroff; MAGALHÃES, Willian Barbosa. Conceitos e aplicações da computação em nuvem. XV SEINPAR – Semana de Informática e XII Mostra de Trabalhos de Iniciação Científica de Paranavaí, 2013, local. **Anais eletrônicos...** Paranavaí: Universidade Paranaense (UNIPAR), 2013. Disponível em: <<http://ftp.unipar.br/~seinpar/2013/artigos/Rogério%20Schueroff%20Vandresen.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

VIEIRA, Eduardo. **Os bastidores da Internet no Brasil**. Barueri: Manole, 2003.



TOFFLER, Alvin. **O choque do Futuro**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1994.

TAKAHASHI, 2000) (TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TAYLOR, Charles. A política liberal e a esfera pública. In. TAYLOR, Charles. **Argumentos Filosóficos**. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 275-304.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Tradução de Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 219-289.

**ANEXO A: PESQUISA EXPLORATÓRIA**

Homem Mulher / Idade: \_\_\_ / Escolaridade: \_\_\_\_\_

Estuda?  Sim  Não / Trabalha  Sim  Não

Usa Internet?  Sim  Não

Usa a Internet Social?  Sim  Não

Com que frequência? \_\_\_\_\_

Horário? \_\_\_\_\_

Finalidade (informação)? \_\_\_\_\_

Qual a qualidade da internet? \_\_\_\_\_

Por qual dispositivo? \_\_\_\_\_

Região onde mora? \_\_\_\_\_

Acessa em que local da cidade? \_\_\_\_\_

Está conectado na rede agora?  Sim  Não

## ANEXO B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa sobre **Internet, políticas públicas e suas múltiplas perspectivas de inclusão/exclusão digital**.

**A JUSTIFICATIVA, OS OBJETIVOS E OS PROCEDIMENTOS:** O motivo que nos leva a estudar o problema é a presença da internet na vida de milhões de brasileiros, os quais consomem, partilham, produzem e disseminam informações, entre outras possibilidades, através desse meio técnico, mantendo uma relação com a tecnologia diferente do que ocorreu com outros meios de comunicação social em épocas passadas, casos da Televisão e do Rádio. A pesquisa se justifica pelos dados estatísticos, sendo que o Brasil atingiu em 2015 mais de 50% da população com acesso à internet. O objetivo desse projeto é estudar a relação entre desenvolvimento tecnológico e acesso à internet, bem como seus reflexos na realidade social (econômica, cultural e política). Dentro da perspectiva histórica, os reflexos são evidenciados pelo desenvolvimento das ferramentas de acesso e seus desdobramentos nos processos de inclusão/exclusão digital, bem como as contrapartidas criadas pelas políticas públicas em relação às desigualdades geradas em tais processos. O procedimento de coleta de material de dados será da seguinte forma: Será realizado um questionário semiestruturado para avaliar a percepção do indivíduo sobre a internet social no município de Alvorada, SENDO GRAVADO EM VÍDEO E ÁUDIO.

**GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E PUBLICIDADE DOS DADOS:** Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento.

O pesquisador irá identificá-lo e sua entrevista será utilizado para pesquisa acadêmica descrita acima, bem como a criação de um documentário sobre internet que será disponibilizado na internet de forma gratuita, como forma de apresentação da pesquisa.

**CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS:** A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

**DECLARAÇÃO DA PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELA PARTICIPANTE:**

Eu, \_\_\_\_\_, RG/CPF  
nº \_\_\_\_\_, endereço

---

fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. O pesquisador Gabriel Borges dos Santos certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão

públicos e utilizados com a finalidade de pesquisar a internet e inclusão digital.  
**Sendo assim, concedo permissão para utilização das imagens e informações obtidas para fins acadêmicos e de sua publicação.**

Em caso de dúvidas poderei entrar em contato com: 51-99054357

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

---

Participante

---

Pesquisador

---

Representante Legal

## ANEXO C: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

### INTERNET SOCIAL ALVORADA – Roteiro da Entrevista

Nome:

Bairro:

Composição do grupo familiar?

Idade:

Escolaridade:

Estuda? Trabalha?

Usa Internet? Usa a Internet Social?

#### O que é internet?

#### A internet é um bem necessário ou pode deixar de existir?

Através da internet você possui redes (redes de amigos? Família? Movimento social)? A rede é estabelecida por quais aplicativos (face, whats)?

Essas pessoas que tem contato pela internet conhece pessoalmente ou não?

Qual tua visão da internet para manutenção desses laços, dessas redes?

O que acessa através da internet? (lazer, escola, profissional)

Quais os principais acessos e aplicativos?

Quantas horas conectados na internet por dia? E na internet social?

Em que horário usa a internet social? Qual a qualidade da internet privada? E pública? O que deveria ser melhorado?

Está conectado, nesse momento, na internet pública ou privada?

Sabe a diferença entre internet privada e pública?

**TRAJETÓRIA:**

Desde quando acessa a internet? Lembra dos primeiros acesso?

De onde acessa?

Como a família acessa a internet? O que acessa?

É função do Estado, da Prefeitura dar acesso a todos à internet?

**Confia na segurança da internet? Você que é monitorado pela internet? Por quem?**